

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

MARCILENE REIS DE ALMEIDA

**O LUGAR DA FÉ NO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E À MIGRAÇÃO
FORÇADA: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS
HUMANOS DE BRASÍLIA**

GOIÂNIA

2023

MARCILENE REIS DE ALMEIDA

**O LUGAR DA FÉ NO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E À MIGRAÇÃO
FORÇADA: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS
HUMANOS DE BRASÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de mestra em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Alberto da Silva
Moreira.

GOIÂNIA

2023

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

A4471 Almeida, Marcilene Reis de
O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e à migração forçada : estudo de caso do Instituto de Migrações e Direitos Humanos de Brasília / Marcilene Reis de Almeida. -- 2023.
120 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2023.
Inclui referências: f. 85-90.

1. Instituto Migrações e Direitos Humanos. 2. Tráfico humano. 3. Refugiados. 4. Obras da Igreja junto aos imigrantes. I. Moreira, Alberto da Silva - 1955. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - 31/03/2023. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 27-784-488.85(043)

O LUGAR DA FÉ NO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E À MIGRAÇÃO FORÇADA. ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO DE MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS DE BRASÍLIA

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 31 de março de 2023.

MARCILENE REIS DE ALMEIDA

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alberto da Silva Moreira / PUC Goiás



Prof. Dr. Robson Gomes Filho / PUC Goiás



Prof. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás



Prof. Dr. Flavio Sofiati (UFG)

Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Pedro Fernando Sahium / UEG (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder força, sabedoria e discernimento.

À minha família pela compreensão nas horas de ausência, pelo incentivo, pela ajuda sempre necessária e apoio incondicional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, pelo auxílio financeiro ofertado, sem o qual seria difícil concluir a presente pesquisa.

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás em seus professores e funcionários, especialmente às pessoas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, pelo empenho e qualidade do ensino.

Ao Prof. Dr. Alberto da Silva Moreira pela orientação e paciência.

Aos colegas de mestrado pelo acolhimento, respeito, amizade e suporte demonstrados.

Gratidão, amor e realização de um sonho definem essa trajetória e o resultado aqui apresentado em forma de dissertação.

Para o migrante,
a pátria é a terra que lhe dá o pão.

(São João Batista Scalabrini)

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional
CBS – Casa Bom Samaritano
CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano e Caribenho
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados
CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DEJUS / SNJ/ MJ – Departamento de Justiça, Qualificação e Títulos, da Secretaria Nacional de Justiça/ Ministério da Justiça
ICMPD – International Center for Migration Policy Development
IMDH – Instituto de Migrações e Direitos Humanos
IP – In Plurimis
LG – Lumen Gentium
MDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MSCS - Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas
MPF – Ministério Público Federal
MPT – Ministério Público do Trabalho
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OIM – Organização Internacional para as Migrações
ONU – Organização das Nações Unidas
PESTRAF – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil
PNETP – Polícia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC – Pontifícia Universidade Católica
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TL – Teologia da Libertação
UDHR – Declaração Universal dos Direitos Humanos (do inglês)
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UNTOC – Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de pessoas vítimas de tráfico com finalidade de exploração	29
Gráfico 2 - Número de pessoas vítimas de deslocamento forçado	31
Gráfico 3 - Número de pessoas vítimas de tráfico por faixa etária	32
Gráfico 4 - Número de pessoas vítimas de tráfico por gênero	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeiras missionárias Scalabrinianas	63
Figura 2: Brasão Scalabriniano	66
Figura 3: Entrega de material didático à comunidade de etnia Warao	70
Figura 4: Projetos do IMDH em 2022	72
Figura 5: Festa junina 2022	76
Figura 6: Apresentação de Natal 2022	77
Figura 7: Casa Bom Samaritano	78
Figura 8: Atendimentos da CBS em 2022	70

RESUMO

ALMEIDA, Marcilene Reis de. *O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e à migração forçada*: estudo de caso do Instituto de Migrações e Direitos Humanos de Brasília. 2023. 120 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia.

A presente dissertação pretende oferecer uma contribuição para os estudos que conjugam os fenômenos migratórios e a religião. A pesquisa, além da consulta à bibliografia especializada, utiliza dados e informações advindos da pesquisa documental e de campo. Analisa também a mudança de postura da Igreja Católica e de seus agentes, no passado e no presente, diante da escravidão, bem como aborda as mudanças ocorridas desde o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e o advento da Teologia da Libertação, que fizeram a Igreja lançar um olhar diferente aos marginalizados e aos migrantes a nível global. Nesse quadro surge a atuação do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH) em Brasília, uma organização católica que se dedica ao apoio e ao trabalho em prol de pessoas em situação de grande vulnerabilidade, sobretudo migrantes e vítimas do tráfico humano. A pesquisa também visita trabalhos de autores como Gomes, para embasar a questão da escravidão no Brasil; Bauman e Eco foram utilizados para melhor entender a condição dos migrantes e refugiados. Estudos de Milesi e Andrade, Coury, Paula e Rovey, Medeiros e Pinheiro embasaram a pesquisa sobre o trabalho do IMDH na assistência aos migrantes e refugiados e no enfrentamento ao tráfico humano. Por fim, Boff e Löwy contribuíram para analisar a Teologia da Libertação e as pastorais sociais da Igreja Católica. A questão central que essa pesquisa busca responder é compreender a motivação religiosa que norteia a atuação dos membros do IMDH. Partimos da hipótese de que a motivação ética e espiritual dos membros dessa organização é um fator decisivo para entender o engajamento da mesma, indo mais além de motivações meramente confessionais. Concluímos finalmente que os membros do IMDH buscam, além de acolher pessoas em vulnerabilidade, desenvolver ações para melhorar ou transformar a estrutura social, para que esta dê mais atenção aos pobres e marginalizados.

Palavras-chave: Religião, Fé, Migrantes, Refugiados, Tráfico Humano, IMDH.

ABSTRACT

ALMEIDA, Marcilene Reis de. *The place of faith in the fight against human trafficking and forced migration: a case study of the Institute for Migration and Human Rights in Brasília*. 2023. 120 p. Dissertation (master's degree) – Pontifical Catholic University of Goiás, Teacher and Humanities Training School, Goiânia.

This dissertation intends to offer a contribution to studies that combine migratory phenomena and religion. The research, in addition to consulting the specialized bibliography, uses data and information from documentary and field research. It also analyzes the change in attitude of the Catholic Church and its agents, in the past and in the present, in the face of slavery, as well as addresses the changes that have occurred since the Second Vatican Ecumenical Council (1962-1965) and the advent of Liberation Theology, which made the Church take a different look at the marginalized and migrants globally. In this context, the work of the Institute of Migrations and Human Rights (IMDH) in Brasília, a Catholic organization dedicated to supporting and working on behalf of people in situations of great vulnerability, especially migrants and victims of human trafficking, emerges. The research also visits works by authors such as Gomes, to support the issue of slavery in Brazil; Bauman and Eco were used to better understand the condition of migrants and refugees. Studies by Milesi and Andrade, Coury, Paula and Rovey, Medeiros and Pinheiro supported research on the work of the IMDH in assisting migrants and refugees and in combating human trafficking. Finally, Boff and Löwy contributed to analyze Liberation Theology and the social pastorals of the Catholic Church. The central question that this research seeks to answer is to understand the religious motivation that guides the actions of IMDH members. We start from the hypothesis that the ethical and spiritual motivation of the members of this organization is a decisive factor to understand its commitment, going beyond merely confessional motivations. We finally conclude that IMDH members seek, in addition to welcoming people in vulnerability, to develop actions to improve or transform the social structure, so that it pays more attention to the poor and marginalized.

Keywords: Religion, Faith, Migrants, Refugees, Human Trafficking, IMDH.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 – A MOBILIDADE HUMANA E A RELIGIÃO	19
1.1 MIGRANTE OU REFUGIADO?	22
1.2 TRÁFICO DE PESSOAS	26
1.3 CONTRABANDO DE MIGRANTES OU TRÁFICO DE PESSOAS?	30
1.4 O PERFIL DAS VÍTIMAS	31
1.5 O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL E NO MUNDO	33
1.6 O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL	35
1.7 ACOLHIDA DOS REFUGIADOS NO BRASIL E NO MUNDO	37
2 UMA HISTÓRIA CONTROVERSA: A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO MIGRATÓRIA	39
2.1 A IGREJA CATÓLICA E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL	39
2.2 A IGREJA CATÓLICA E A MIGRAÇÃO	43
2.3 NINGUÉM É ESTRANGEIRO NA IGREJA	45
2.4 A OPÇÃO PELOS POBRES	49
2.5 O PONTIFICADO DE FRANCISCO	52
3. O INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS – IMDH	57
3.1 SÃO JOÃO BATISTA SCALABRINI, PAI DOS MIGRANTES	57
3.2 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS	63
3.3 O IMDH - HISTÓRIA E ATUAÇÃO	67
3.3.1 CENTRO DE ACOLHIDA CASA BOM SAMARITANO	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	91
ANEXO I – ENTREVISTA 1	91
ANEXO II – ENTREVISTA 2	97
ANEXO III – ENTREVISTA 3	102
ANEXO IV – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	115
ANEXO V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	118

INTRODUÇÃO

O fenômeno da mobilidade humana é um tema amplo e complexo que pode ser analisado sob vários aspectos.

A questão migratória envolve milhões de pessoas no mundo inteiro. Dados publicados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, apontam que cerca de 89,3 milhões de pessoas estão em situação migratória, elas foram forçadas a deixar suas casas em todo mundo. Dentre elas, quase 27,1 milhões são refugiados (UNHCR, 2021). E não podemos deixar de mencionar o tráfico de pessoas, uma prática repugnante com dimensões transnacionais e que infelizmente continua muito presente na história da humanidade. É um crime e pode ser considerado como uma nova forma de escravidão. Essa transação ilegal atinge 2,5 milhões de pessoas e movimenta cerca de 32 bilhões de dólares por ano (UNODC, 2010).

A realidade dramática do deslocamento humano em razão de guerras, perseguições, violações dos direitos humanos e busca de uma vida segura e confortável só aumenta a vulnerabilidade dos grupos de pessoas em trânsito e reforça a necessidade de políticas públicas e ações articuladas que visem proteção eficaz a migrantes, refugiados, vítimas de tráfico humano e escravidão em todos os espaços e territórios.

Existem inúmeras instituições e organismos que atuam no campo migratório no Brasil e no mundo. Essas iniciativas geralmente possuem diferentes formas de constituição, finalidades, características civis e jurídicas, formas de organização não governamentais de caráter religioso ou não.

Foi durante a graduação no curso de Direito concluído integralmente no Centro Euroamericano de Brasília - UNIEURO (2015 - 2020), ao ingressar em um grupo de iniciação científica, que tive meu primeiro contato com instituições e órgãos governamentais de acolhida a pessoas em situação de vulnerabilidade e enfrentamento ao crime de tráfico humano. Na visita à Secretaria de Justiça do Distrito Federal pelo grupo de iniciação científica, senti a necessidade de aprender mais sobre a legislação brasileira e o crime de tráfico humano, bem como conhecer melhor a realidade e as instituições de enfrentamento existentes.

Assim procedi durante a graduação no curso de Direito, aprofundando a temática. Como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no dia 27 de novembro de

2019, frente à Banca de Avaliação do UNIEURO, apresentei a monografia intitulada “Tráfico de Pessoas: A Legislação Brasileira e o Protocolo de Palermo no combate à exploração laboral”. Para desenvolvê-la consultei diversos autores, entre os quais o jurista Damásio de Jesus (2003), que aborda a legislação brasileira e o crime de tráfico humano, e dados da ONU sobre o enfrentamento a este crime.

Mas eu queria, além de conhecer teoricamente a problemática, atuar junto a esse público migrante e vulnerável. Conseqüentemente, me senti impulsionada a ir a campo e a colocar a “mão na massa”, como dizia meu pai Roberto Paulo, aprender praticando e sendo útil. Dessa forma, tornei-me voluntária em um centro de acolhida a refugiados e migrantes em Brasília, a “Casa Bom Samaritano”. Esta instituição faz parte de um projeto implantado pelo Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH) e pela Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil (AVSI Brasil). O centro funciona em um imóvel localizado na QI 05, Chácara 67, Lago Sul, Brasília – DF, cedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Normalmente, as religiosas católicas são mais expressivas nas paróquias, em obras assistenciais ou nas escolas confessionais. Chamou minha atenção o fato de que o IMDH é uma das instituições religiosas com atuação importante na acolhida de migrantes, refugiados e no enfrentamento ao crime de tráfico humano. Essa percepção trouxe-me uma nova provocação, a de pesquisar as motivações que levam religiosas, membros de uma instituição específica, a se engajar de tal forma na assistência às pessoas em situação de migração forçada e precariedade.

Essa é a proposta da presente pesquisa: compreender por que homens e mulheres ligados a uma congregação religiosa, com dezenas de outras formas de trabalho e de evangelização disponíveis, passam a atuar nessas questões políticas e sociais, o que hoje deveria ser de certa forma, uma tarefa do Estado. Escolhi então como objeto de estudo pesquisar a atuação do Instituto de Migração e Direitos Humanos – IMDH e a motivação das religiosas que nele trabalham. A instituição é vinculada à Congregação das Irmãs Scalabrinianas e está sediada em Brasília/ DF. O IMDH é uma instituição sem fins lucrativos, que concretiza sua atuação em serviços e iniciativas que colocam os migrantes, refugiados e as vítimas do tráfico humano no centro de sua atenção.

Essa pesquisa tem por objetivo explorar a motivação religiosa das pessoas envolvidas no trabalho da instituição em prol das pessoas vítimas dos processos migratórios e compreender a relação desse *ethos*, ou seja, de seu estilo de vida, com

sua visão de mundo. É a partir desses sentimentos e atitudes que se pretende obter alguma referência perante uma problemática que, por seu tamanho e complexidade, tornou-se um desafio global que a cada ano produz estatísticas terríveis e impacta a vida de diversas sociedades.

Ante o exposto, provocou-me o seguinte questionamento: qual a motivação das instituições religiosas ao oferecer acolhida a pessoas em situação de mobilidade ou de tráfico humano? Esse engajamento pode parecer óbvio, haja vista o que se sabe da pessoa de Jesus ou do Evangelho, mas estamos falando de uma situação-limite e alarmante de vulnerabilidade – e que às vezes ameaça a própria vida daqueles que nela se envolvem. Trata-se de pessoas que se dedicam em favor de “estrangeiros”, desconhecidos, não para realizar proselitismo religioso, mas em situações onde as questões religiosas, humanitárias e políticas estão entrelaçadas.

Considerando o posicionamento da Igreja Católica desde a época da escravidão no Brasil, a hipótese que se persegue é de que a Igreja e as instituições religiosas a ela ligadas voltaram sua atenção às pessoas em situação de mobilidade e enfrentamento ao tráfico humano em razão das transformações ocorridas no interior da instituição desde o Concílio Vaticano II, sobretudo após as mudanças teológicas e pastorais provocadas pela Teologia da Libertação na América Latina. Foi na América Latina, sobretudo no Brasil, que essa corrente teológica despontou, expandindo-se depois para os continentes africano e asiático.

O presente estudo utiliza uma metodologia que conjuga pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica qualitativa conforme a metodologia proposta por Lakatos (1996). A pesquisa foi conduzida mediante aplicação de entrevista aos membros e à diretora do IMDH, com o intuito de captar as motivações, os valores e concepções que orientam e embasam o trabalho realizado pela instituição. Para isso, foi necessário realizar primeiramente uma revisão bibliográfica de textos relativos aos temas com os quais trabalha o IMDH e uma leitura dos documentos disponibilizados pela instituição. Antes de realizar as entrevistas o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Goiás, através da Plataforma Brasil.

Nessa pesquisa são consideradas como formas de mobilidade os tipos de deslocamento geográfico por motivos de trabalho ou religião; para definir o conceito de “refugiados” usa-se aquele da Convenção de Genebra¹ e também “migrantes” por

¹ Convenção de 12 de agosto de 1949 relativa à proteção aos civis em tempo de guerra, tal como foi aprovada pela Conferência Diplomática de Genebra, é um importante progresso do direito internacional

razões humanitárias e migrações forçadas, como é o caso das vítimas de tráfico humano (CICV, 2016, p. 178).

A pesquisa se estrutura em três capítulos. O primeiro “Mobilidade Humana e a religião”, trata da relação entre mobilidade humana e a religião, onde se pergunta como a religião pode ser uma força motivadora para tal mobilidade, bem como a influência das migrações religiosas na formação da cultura e da sociedade. Em sua primeira parte, portanto, trata-se das migrações por motivação religiosa; na segunda parte faço uma abordagem conceitual dos termos utilizados no estudo da mobilidade, considerando que a pessoa em situação de migração, em função da sua condição de vulnerabilidade, seja uma possível vítima de exploração para os mais diversos fins. Essa abordagem se faz necessária para que possamos, no capítulo terceiro, entender razões e motivos pelos quais os religiosos e as religiosas assumiram as questões ligadas à assistência pública e ao enfrentamento da violência praticada contra pessoas em situação de vulnerabilidade e migração.

No segundo capítulo “Uma História Controversa: A Igreja Católica e a questão migratória”, partindo da constatação de que a Igreja Católica no período escravagista do Brasil mantinha uma postura escravagista repleta de ambiguidades, trataremos da escravidão no mundo moderno e de como aconteceram as fortes mudanças na percepção do tema por parte da Igreja Católica. Para compreender o envolvimento da Igreja com tais assuntos julguei importante abordar a questão do pensamento social da Igreja, fazendo menção a documentos e processos que mudaram fundamentalmente a forma da Igreja perceber a figura do pobre, dos marginalizados e dos excluídos. Além disso, foi preciso levar em conta a inspiração e o legado deixado pelo fundador da família religiosa dos Scalabrinianos, João Batista Scalabrini (1839-1905) e pela figura de Josefina Bakhita (1869-1947), que vivenciou na própria pele o drama do tráfico humano.

No terceiro capítulo abordamos a história e os detalhes da atuação concreta do Instituto de Migração e Direitos Humanos – o IMDH. Apresentamos a missão e os objetivos da instituição, bem como sua atuação concreta nos projetos e ações em prol dos grupos assistidos. Pareceu muito importante, para atingir os objetivos desta pesquisa, realizar também entrevistas com lideranças influentes na condução e na

escrito em matéria humanitária. Trata na seção II sobre os estrangeiros no território de uma das partes em conflito: direito de sair do território (art. 35), garantias em caso de internamento (art. 41), refugiados (art. 44).

orientação do IMDH, como a diretora do IMDH, Irmã Rosita Milesi², o cientista social e especialista em migrações Roberto Marinucci³ e outros membros da equipe de colaboradores do IMDH. Queremos conhecer de forma independente a motivação e as orientações que regem a atuação do instituto, na qual se incluem também as diversas parcerias do IMDH com órgãos governamentais.

Ressalto que tive algumas dificuldades para a realização de uma das entrevistas, devido à extensa agenda de compromissos da Irmã Rosita e à falta de tempo dos colaboradores, devido ao seu volume de trabalho. Por esse motivo foi-me solicitado que enviasse as perguntas por e-mail. Enviei, então, um questionário com 14 perguntas enumeradas de 01 a 14 para a coordenadora, Irmã Rosita, das quais a mesma pôde responder as 9 primeiras (anexo 01). Para os colaboradores do IMDH que atuam em Brasília foi enviado um formulário de perguntas via WhatsApp, sendo que obtive 05 respostas (anexo 02). Realizei uma entrevista presencial com o especialista em migrações Roberto Marinucci, ligado ao IMDH, um ex-missionário Scalabriniano (anexo 03). Ressalto que para preservar a identidade dos colaboradores entrevistados, não citarei nomes, a identificação será realizada por número, como passo a demonstrar: *Entrevistado 1*: pessoa do sexo feminino, solteira, idade entre 30 anos, Católica; *Entrevistado 2*: pessoa do sexo feminino, solteira, idade entre 28 anos, de formação religiosa judia; *Entrevistado 3*: pessoa do sexo feminina, solteira, idade entre 30, de formação religiosa espírita; *Entrevistado 4*: pessoa do sexo masculino, casado, idade entre 52 anos, de formação religiosa não informada; *Entrevistado 5*: pessoa do sexo feminino, em união estável, idade em torno de 35 anos, de formação religiosa de matriz africana.

Espero que esta pesquisa possa contribuir para se buscar conhecer as organizações da sociedade civil que enfrentam graves problemas sociais e procuram dar significativa contribuição para tornar a sociedade brasileira mais justa, humana e fraterna, independentemente de cor, nacionalidade, religião ou cultura dos seus habitantes.

² Irmã Rosita Milesi é membro das Congregação das Irmãs Scalabrinianas. É advogada, formada na PUCRS, Brasil, concluiu mestrado em Migração e Refúgio na Universidade Pontifícia Comillas (Madri, Espanha). Dedicar-se à causa das migrações e do apoio aos refugiados desde 1989, com especial envolvimento na atenção a refugiados na década de 1990. Em 1988 viabilizou a fundação do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), fundado pela Congregação das Irmãs Scalabrinianas e, em 1999, fundou o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), atualmente é diretora do IMDH.

³ Pesquisador do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios e diretor da Revista REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana.

1 – A MOBILIDADE HUMANA E A RELIGIÃO

O processo migratório é uma característica fundamental da nossa espécie, é a capacidade de se movimentar fisicamente e de se deslocar de um espaço geográfico para outro. Muitas vezes o deslocamento é suscitado por problemas políticos, socioeconômicos, mas ainda há a possibilidade de que a migração seja vivenciada na forma de exílio, dado que nem todo deslocamento acontece pelo desejo ou pela busca voluntária de uma melhor condição de vida.

Basta voltar nosso olhar para os conhecidos relatos bíblicos, por exemplo, que mostram cenas nas quais as pessoas e populações estavam em constante deslocamento, como é o caso do Êxodo no Egito, do exílio na Babilônia, as andanças de Jesus e de seu grupo de seguidores, a fuga da família de Jesus para o Egito. Historicamente podemos observar que desde o início da humanidade muitos povos e pessoas ligadas às tradições religiosas passaram por alguma forma de migração ou exílio. Afirma Marinucci (2014) que essas tradições religiosas acabaram reinterpretando simbolicamente a experiência do sagrado como migração, caminho ou passagem da morte para vida, da escravidão para a liberdade, do desespero para esperança. Essas experiências históricas e a utilização simbólica de categorias migratórias inspiraram a difusão das religiões, com o protagonismo de pregadores itinerantes, resultando numa diversidade religiosa global e facilitando a expansão territorial de algumas religiões, como ocorreu com o Cristianismo, o Islã e o Budismo.

Ainda que a mobilidade humana e a religião pareçam não ter muito em comum, a verdade é que esses dois aspectos da vida humana estão fortemente interligados. Ao mesmo tempo em que a religião pode ser uma força motivadora para o deslocamento de pessoas, a mobilidade também pode afetar a diversidade e a evolução das crenças religiosas ao redor do mundo. Ademais, com a migração de pessoas de diferentes religiões, a religião se tornou parte das culturas locais, transmitida de geração em geração.

Segundo Mircea Eliade (1972) o homem sempre foi migrante desde o período paleolítico superior, motivado pela busca de espaço, de melhores terras e condições climáticas, mas também para relembrar seus mitos, celebrar seus ritos e cultivar seus deuses.

Esse era o caso das romarias e das peregrinações, que além de ser um meio de fortalecimento da fé, também eram uma oportunidade para os fiéis trocarem mercadorias, experimentarem novas culturas e se relacionarem com outros povos.

De acordo com Franzin e Moreira (2019) esses deslocamentos passavam por caminhos e trajetos que levavam a santuários e lugares sagrados, localizados em muitas regiões na África, na Ásia e na Oceania. Então como se pode ver, em um contexto cada vez mais plural e global, é inevitável o contato de pessoas com diferentes motivações e expressões religiosas

Para Clifford Geertz (1989, p. 71), a motivação é uma tendência persistente, uma inclinação para executar certos tipos de atos e experimentar certos sentimentos em determinadas situações. Esse elemento humano é profundamente decisivo nos estudos de religião, dada sua dimensão suprarracional, que dá sentido ao fazer humano.

Afirmam Franzin e Moreira (2019) que viagens e peregrinações religiosas na época medieval obedeciam a oito diferentes motivações: 1) *devoção e fé*: a crença de se aproximar de lugar onde esteve um santo ou tocar suas relíquias no intuito de alcançar benefícios para o corpo e a alma; 2) *votiva*: praticada por meio de voto ou promessa para si ou para outra pessoa; 3) *expiatória*: penitência imposta à pessoa pelo guia dirigente espiritual como expiação dos pecados; 4) *testamentária*: peregrinação por uma ou mais pessoas feita para cumprir a última vontade do testador, que esperava obter benefícios espirituais após sua morte; 5) *interesse militar*: os senhores feudais utilizavam as peregrinações como pretexto para atravessar terras de seus inimigos e atacá-los no momento oportuno; 6) *aventureira*: com propósito de conhecer novas terras e culturas; 7) *econômica*: desejo de obter vantagens econômicas prometidas por reis por atividades comerciais; 8) *ocultação*: foragidos da lei que se misturavam à massa peregrinante para fugir das sanções.

Apesar das transformações das sociedades, da modernização e das mudanças feitas pela Igreja Católica, as peregrinações mantiveram seu valor histórico, religioso e cultural ao longo dos anos. Além das motivações políticas, afetivas e familiares, a motivação religiosa é o maior impulso para tomar parte das peregrinações (Franzin; Moreira, 2019, p. 111).

A peregrinação à Meca, por exemplo, é um dos pilares do Islã e requer que os muçulmanos viajem à cidade sagrada na Arábia Saudita ao menos uma vez na vida. Outras religiões também têm peregrinações, como o Hinduísmo e sua

peregrinação ao Rio Ganges, na Índia, e o cristianismo em suas peregrinações a Roma, Santiago de Compostela, Jerusalém, ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo ou à Igreja de Nossa Senhora D'Abadia (Franzin; Moreira, 2019, p. 37).

As viagens missionárias são um fator relevante de mobilidade, pois além de compartilhar a fé de uma religião para outras partes do mundo, os missionários desenvolvem, por vez, atividades humanitárias em defesa dos direitos humanos e acolhem pessoas em situação de vulnerabilidade. Bittencourt e Arduini (2017) frisam que nas migrações de religiosos há a escolha de partir do país de destino, como no exemplo da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), que através da sua missão, migraram para o Brasil e mais 27 países, justamente para trabalhar no apoio às pessoas em situação de precariedade devido a processos migratórios.

Destaca-se que a preocupação da Congregação Scalabriniana pelos migrantes nasceu do legado do seu fundador, o bispo Dom João Batista Scalabrini, que no tempo da grande migração italiana para as Américas (segunda metade do séc. XIX) atravessa o oceano e se volta para os emigrados de além-mar e suas famílias. O bispo Scalabrini procurou criar condições básicas para o afloramento das potencialidades do imigrante na sociedade de destino, como veremos mais à frente no segundo capítulo (Milesi; Bonassi; Shimano, 2001).

Por outro prisma, a religião também pode limitar a mobilidade humana. Algumas religiões impõem restrições sobre a locomoção de seus seguidores, especialmente das mulheres. Além disso, certos grupos religiosos acreditam que devem viver em comunidades separadas da sociedade secular para manter sua pureza espiritual. Ademais, esse deslocamento causou também conflitos religiosos, como na colonização europeia da América, que resultou na conversão forçada dos povos nativos à religião cristã.

Conforme João Hauck et al. (1980) não há notícias de catecismo na língua das diferentes nações africanas que aqui aportavam e que muitas vezes eram batizados no ponto de desembarque, quando não no porto de embarque na África. Através da catequese e do batismo cristão, a Igreja introduzia os homens e mulheres escravizados ao cristianismo, obrigando-os a abandonar sua cultura e sua religião ancestral. A evangelização era vista pelo Estado e pelos senhores de escravos como

uma forma de domesticar e pacificar os negros, ou seja, contribuía ideologicamente para a aceitação e a justificativa da escravidão.

O aumento dos fluxos migratórios e as situações de vulnerabilidade tem provocado o Estado e as instituições civis a voltarem sua atenção aos grupos em situação de migração. Em virtude da situação de vulnerabilidade, muitos migrantes tornam-se vítimas de alguma forma de exploração, escravidão ou tráfico humano.

Ressalta-se que o processo migratório é uma questão global, e é importante trabalhar para proteger as vítimas e acabar com práticas que culminam na violação dos direitos humanos e na sua exploração. Ademais, é importante ter em mente que cada fator de mobilidade apresenta desafios únicos que demandam um esforço conjunto do Estado e de organizações parceiras da sociedade civil.

Para melhor esclarecer o leitor, no próximo tópico passaremos a uma breve explanação conceitual dos termos mais utilizados sobre mobilidade e migração humana nesse estudo. A busca dessa compreensão é indispensável para entender posteriormente as ações do Instituto de Migrações e Direitos Humanos na assistência e no enfrentamento aos crimes contra pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os dicionários os explicitam: Direito à nacionalidade. É um direito fundamental da pessoa humana, que se concretiza no direito de ter uma nacionalidade desde o nascimento, o direito à mudança da nacionalidade e à não privação arbitrária da nacionalidade da pessoa.

1.1 MIGRANTE OU REFUGIADO?

Os dramas sofridos pelos refugiados e migrantes são amplamente divulgados pelas mídias sociais, mas dentro de um aspecto sociológico eles não podem ser reduzidos a números e manchetes, antes deve-se compreender como um fenômeno conflituoso, bastante complexo e de dimensão internacional. No intuito de melhor entender o fenômeno migratório, buscamos utilizar a terminologia adotada pela ACNUR e pelo Glossário do IMDH de Brasília⁴.

A *migração* é conceituada como um movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro, com a finalidade de estabelecer-se ou de trabalhar naquele local. Já *migrantes* são aqueles que se deslocam para fora ou para dentro do seu

⁴ Site IMDH, 02/04/2023.

país, por escolha própria. Entretanto, independentemente do status, o que motiva a saída do migrante é sempre uma questão de sobrevivência, é a esperança de encontrar um lugar seguro para viver (ACNUR, 2018, p. 10).

Segundo o glossário adotado pelo IMDH podemos dizer que existem os seguintes tipos de migração: a) *migrações internas*: referindo-se as pessoas que se movem dentro do seu país; b) *migrações internacionais*: referindo-se aos movimentos de migrantes entre países, além de suas fronteiras; c) *migração forçada*: quando alguém migra para um país que não o de sua nacionalidade por causas alheias à sua vontade, tais como causas econômica, política, social, desastres naturais, busca de sobrevivência etc.; d) *migração clandestina*: situação na qual as pessoas, independentemente da razão porque migraram, entraram ilegalmente sem portar qualquer visto ou permissão num país diverso de sua nacionalidade; e) *migração social*: gerada pela desigualdade de classe, a exclusão no estamento social com perda da qualidade de vida, da consciência crítica, da identidade política do indivíduo; f) *permanência*: o estrangeiro é admitido com visto permanente, ou seja, o governo o autorizou a estabelecer-se e residir permanentemente no país de acolhida; g) *anistia*: perdão ou a definição por parte do Estado de uma ação jurídica que possibilita aos estrangeiros que residem no país de forma irregular ou ilegal, regularizarem, sem penalidades, sua situação de permanência no país. O Brasil concedeu três anistias aos estrangeiros em situação irregular em 1981, 1988 e 1998. h) *Indocumentados*: aquelas pessoas residentes no Brasil, mesmo com direito a residir no país, que não providenciaram sua documentação ou, após obtê-la, não tomaram as necessárias providências para assegurar sua validade.

No fenômeno da migração encontramos ainda os seguintes agentes: o *emigrante* – aquela pessoa que deixa sua pátria ou região para residir em outro país ou região, e o *imigrante*, pessoa que ingressa em outra região, cidade ou país diferente, para aí viver.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR conceitua como *refugiados* pessoas que estão fora do seu país de origem devido a fundados temores relativos a conflitos internos ou internacionais, instabilidade política, perseguições religiosas e outras situações de violação de direitos humanos. Uma pessoa que atravessa a fronteira de seu país de origem por motivos de perseguição e violação dos direitos humanos é uma pessoa refugiada, independentemente de já ter sido reconhecido ou não esse status por processo legal (ACNUR, 2018, p. 10).

Relacionados às questões migratórias o ACNUR traz ainda os seguintes conceitos: 1) *solicitantes de refúgio*: alguém que solicita às autoridades competentes ser reconhecido como refugiado, mas que ainda não teve seu pedido avaliado definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio; 2) *deslocados internos*: aquelas pessoas forçadas a migrarem dentro do próprio país por motivos de violência interna, luta armada, violação generalizada e sistemática dos direitos humanos, grave desordem pública, incapacidade dos governos de garantir segurança a seus cidadãos. A causa do seu deslocamento é semelhante à dos refugiados, mas permanecem no território do próprio país.

É o que ressalta o Papa Francisco em sua mensagem comemorativa ao Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2018:

Cada forasteiro que bate à nossa porta é ocasião de encontro com Jesus Cristo, que se identifica com o forasteiro acolhido ou rejeitado de cada época (Mt 25,35.43). O Senhor confia no amor materno da Igreja cada ser humano forçado a deixar a sua pátria à procura dum futuro melhor (FRANCISCO, 2018).

O deslocamento forçado tem aumentado de maneira avassaladora nos últimos anos. Apesar do empenho dos parceiros nacionais e internacionais, cada situação demanda ações e abordagens distintas, visando a proteção e assistência dessa população, com o oferecimento de soluções duradouras e sustentáveis (ACNUR, 2020, p. 45).

São inúmeros os problemas enfrentados pelos migrantes e refugiados em busca de um lugar seguro. O deslocamento, a exploração e a incerteza quanto ao acolhimento também contribuem para a desesperança dessas pessoas.

O deslocamento pode ser tão perigoso quanto às situações de conflito já vividas pelo migrante. Os atravessadores de pessoas ou “coiotes”, como são conhecidos, surgem como uma solução arriscada, mas que muitas vezes é a única para aqueles que buscam fugir dos conflitos.

Desde 2013 mais de 20 mil migrantes, segundo o ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), perderam suas vidas na tentativa de atravessar o mar Mediterrâneo e desembarcar na costa europeia. O trágico naufrágio próximo à ilha italiana de Lampedusa em 2013 que fez 368 vítimas fatais, todos refugiados migrantes, não é um fato isolado. Na época da tragédia o Papa Francisco

visitou a Ilha de Lampedusa e se manifestou nos seguintes termos: “Renovo meu apelo para que essas tragédias não voltem a acontecer. Que os traficantes de seres humanos sejam detidos”⁵, tendo em vista as muitas vítimas de mais um naufrágio⁶. Todos os anos ocorrem mortes de refugiados na fronteira do México⁷, bem como inúmeros mortos venezuelanos em travessia na busca de asilo, como o fatídico naufrágio da embarcação venezuelana após serem recusados pelo governo de Trinidad e Tobago, ocorrido em 19 de dezembro de 2020⁸. Na reportagem do jornal Correio Braziliense postada em 20/12/2020, vemos a ministra do Interior venezuelana Carmen Meléndez informando: “hoje temos 29 mortes”.

Uma travessia contém muitas dificuldades e não se restringe somente à passagem de um local ou de um país para outro. Há a incerteza da acolhida e o sentimento de não pertencimento à cultura do país de acolhida.

O choque cultural é, com certeza, um fato inevitável entre pessoas de nacionalidades diferentes. Porém, a cultura mais estável, isto é, com menos disposição à mudança, será evidenciada e reforçada em caráter etnocêntrico, tais como tendências nacionalistas. Por outro lado, a cultura do migrante buscará assimilar traços da cultura local, sem perder, todavia, a sua identidade original. É certo que os impactos sofridos pelas pessoas em situação de mobilidade podem ser amenizados. Há de se levar em consideração as proximidades geográficas e culturais, sendo que nem sempre a proximidade geográfica coincide com traços culturais semelhantes ou harmônicos. Mencionamos aqui, por exemplo, a tragédia da divisão territorial africana feita pelos países europeus durante o neocolonialismo.

As tensões provocadas pelo choque cultural na macroestrutura, onde comumente a endoculturação é mais lenta, tendem a ser amenizadas na microestrutura de comunidades religiosas, onde congregados no mesmo espírito religioso compartilham experiências culturais comuns.

Melo (1987) afirma que as situações de vulnerabilidade das pessoas em situação de mobilidade às mudanças culturais afetam sobremaneira, pois

toda cultura poderá ser considerada entre dois extremos sem nunca atingi-los completamente. Um estado de estabilidade, outro de

⁵ Site CNN Brasil, 05/05/2023.

⁶ Site G1 Mundo, 03/10/2013.

⁷ Site G1 Fantástico, 23/05/2021.

⁸ Site Correio Braziliense, 20/12/2020.

mudança. Estabelecer as fronteiras precisas entre esses dois extremos tem sido muito difícil. Não é tarefa fácil estabelecer com precisão o que vem a ser uma cultura estável e uma cultura em mudança. Como foi dito num sentido largo, todas as culturas estão em mudança permanente (MELO, 1987, p. 80).

Vale a pena ressaltar ainda que o equilíbrio cultural não isenta a sociedade das mudanças inerentes a toda a sociedade, inclusive as impulsionadas pelas próprias motivações individuais manifestadas no imaginário coletivo. Neste contexto, as mudanças culturais, como a evolução da língua, contatos com outras culturas, influências geradas pelas exportações e importações, entre inúmeros outros aspectos, marcam uma sociedade em mudança. Os migrantes e refugiados são obrigados a abandonar seu lugar de nascimento e sua cultura, contra a sua vontade, como única forma de sobrevivência. As pessoas precisam de um lugar especial para se sentir seguras, ou seja, não um lugar com cercas elétricas e arames farpados, mas sim uma comunidade com todos os aspectos de segurança (Bauman, 2003, p. 103).

A cultura molda a identidade do indivíduo ao dar sentido às experiências vividas em circunstâncias de desigualdade social ou desigualdade de desenvolvimento, como é característica própria da migração, tornando possível optar por novas identidades ou produzindo identidades plurais (Hall, 2000, p. 21).

Os migrantes são vistos como estrangeiros por não pertencerem à nação, por serem estranhos aos códigos compartilhados e informados pela identidade cultural, social, étnica, religiosa, linguística da comunidade de destino. Esses são alguns fatores que provocam no migrante e refugiado um sentimento de falta de pertencimento pleno enquanto membros da comunidade receptora.

Outro problema enfrentado pelos migrantes ou refugiados é que devido sua situação de vulnerabilidade (falta de documentação, busca por melhoria de vida, dificuldade na comunicação), tornam-se vítimas de tráfico humano e de tantas outras formas de exploração.

1.2 TRÁFICO DE PESSOAS

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, o tráfico de pessoas é a segunda atividade mais rentável e atrativa para o crime

organizado no mundo. Essa transação ilegal atinge 2,5 milhões de pessoas, movimentando cerca de 32 bilhões de dólares por ano (UNODC, 2010).

Segundo o jurista Damásio de Jesus o tráfico internacional de pessoas é uma prática que diretamente viola os direitos humanos, utilizado para alimentar redes internacionais de exploração sexual, tráfico de órgãos, adoção ilegal e trabalho forçado. Tal fenômeno está ligado à globalização, desigualdade social, questão ética e de gênero (Jesus, 2003, p. 19).

Segundo dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) no relatório “Refúgio em Números” de 2020, há cerca de 57.099 pessoas refugiadas reconhecidas pelo Brasil. Dados publicados no site da ACNUR, apontam que cerca de 89,3 milhões de pessoas estão em situação migratória, elas foram forçadas a deixar suas casas em todo mundo (UNHCR, 2021).

Durante muito tempo não havia um consenso sobre o conceito de tráfico humano e em que consiste essa atividade. Muitas discussões entre várias organizações governamentais e não governamentais aconteceram devido à dificuldade de diferenciar o tráfico humano da migração, da prostituição, do contrabando de imigrantes, entre outras atividades parecidas. De acordo com Código Penal Brasileiro, o conceito para tráfico de pessoas implica em:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016).

I – Remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016)

II – Submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016)

III – submetê-la a qualquer tipo de servidão; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016)

IV – Adoção ilegal; ou (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016)

V – Exploração sexual (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (BRASIL, 1940). Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016).

Somente em 2003 o Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, mais conhecido como

“Protocolo de Palermo” (2003)⁹, trouxe no seu artigo 3º alínea “a” o conceito de tráfico de pessoas:

Recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração.

Essa definição apresentada pelo Protocolo de Palermo foi amplamente aceita por nosso ordenamento jurídico e trouxe importantes avanços nas discussões sobre o tema. O Protocolo faz referência ao tráfico de pessoas, e não mais apenas ao tráfico de mulheres como se observa nos protocolos anteriores. Essa mudança demonstra a ideia que se tem de que qualquer pessoa pode ser traficada, independente de sexo e idade.

O tráfico de pessoas é um lastimável crime e pode ser considerado como uma nova forma da escravidão, o objeto de troca acaba por ser a própria pessoa, que é vista e tratada como mercadoria, e o principal objetivo dessa atividade nada mais é que o lucro dos traficantes.

Ademais, esse crime é o indicador do quanto estamos longe de atingir o *ethos* igualitário e de liberdade para viver em sociedade. Traficar pessoas é, antes de tudo, negar o direito de igualdade e o de ir e vir do ser humano. Negociar o envio de um ser humano aos cuidados de outro, interessado em tirar proveito por meio da exploração ilícita dos recursos que o traficado possa oferecer, nada mais é do que a coisificação do homem, sua conversão em mera mercadoria, fazendo-o adquirir a mesma finalidade de um objeto com fins pecuniários, de comércio. Tal fato deve despertar o senso ético, a revolta e a indignação das pessoas. O Papa Francisco, por exemplo, escreveu em 30 de julho de 2018 no seu Twitter: “Escutemos o grito de tantos irmãos e irmãs explorados pelo tráfico criminoso: eles e elas não são mercadoria, são pessoas humanas e como tais devem ser consideradas”.

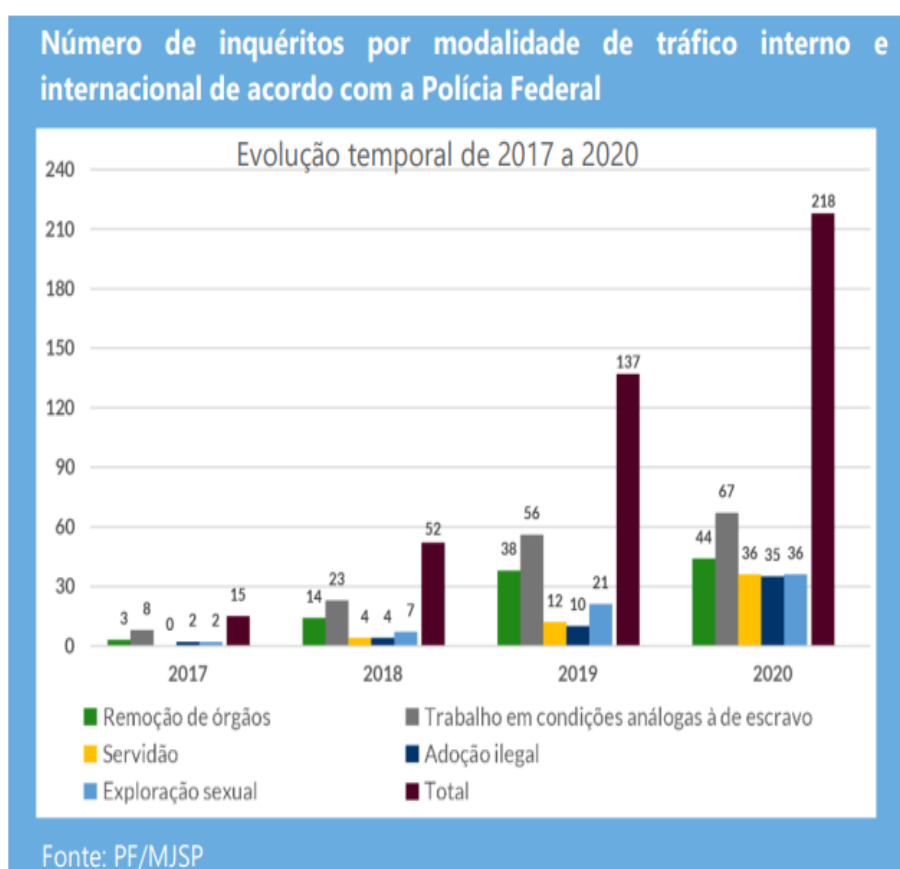
Ressalta-se que a finalidade dessa atividade criminosa é sempre a exploração humana, seja ela para fins sexuais, para remoção de órgãos, mendicância forçada,

⁹ Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Aprovado pela resolução da Assembleia Geral n. 55/25, o protocolo entrou em vigor em 25 de dezembro de 2003.

adoção ilegal de crianças, casamento forçado, trabalho doméstico e trabalho escravo ou forçado análogo à escravidão. Observa-se que as modalidades desse crime são diversas e não estão vinculadas exclusivamente à indústria do sexo.

Observa-se que em relação a 2018 houve uma queda no número de pessoas traficadas. No entanto, em 2020 o número de vítimas aumentou, mesmo em época de confinamento social devido à pandemia da COVID 19, conforme quadro abaixo.

Gráfico 1



Não me deterei no processo migratório como consequência do tráfico humano por se tratar de um tema que não está no foco na presente pesquisa. No entanto, foi importante trazê-lo à memória porque seu aceno se entrelaça inevitavelmente à discussão. Por hora, tenha-se em mente que o processo migratório precisa ser melhor clarificado e debatido.

1.3 CONTRABANDO DE MIGRANTES OU TRÁFICO DE PESSOAS?

Embora tenham características muito semelhantes, contrabando de migrante e tráfico de pessoas são duas expressões que não significam a mesma coisa. O contrabando de migrantes é um crime que envolve a obtenção de benefício financeiro ou material pela entrada ilegal de uma pessoa num Estado no qual essa pessoa não seja natural ou residente. O contrabando de migrantes afeta quase todos os países. Ele mina a integridade dos países e comunidades e custa milhares de vidas a cada ano. O UNODC, como guardião da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional – UNTOC e seus protocolos, assiste os estados em seus esforços para implementar o protocolo contra o contrabando de migrantes por via terrestre, marítima e aérea – Protocolo dos Migrantes.

O contrabando de migrantes é sempre transnacional, enquanto o tráfico de pessoas pode ocorrer tanto internacionalmente quanto dentro do próprio país. Só será considerado como contrabando de migrantes quando houver deslocamento de um país para o outro. Vale frisar que o migrante está, via de regra, à procura de melhores condições de vida e de trabalho, por isso pode ser vítima fácil de criminosos que, aproveitando-se de sua vulnerabilidade, o transformam em vítima do tráfico de pessoas.

No tráfico de pessoas o consentimento pessoal é irrelevante em termos jurídicos. Como diz o Protocolo de Palermo, o consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea.

O que prepondera para o contrabando de migrantes é o consentimento reiterado da pessoa em ser contrabandeada, mesmo em condições perigosas. A esperança de encontrar um lugar e melhores condições de vida, faz com que as pessoas acabem se colocando em situação de risco como aconteceu com o barco que naufragou no mar Egeu em 10 de agosto de 2022. Segundo publicação da ACNUR, havia entre 60 a 80 pessoas a bordo da embarcação que partiu de Antália, na Turquia, com destino à Itália, onde 29 sobreviventes foram resgatados à época dos fatos¹⁰.

¹⁰ Disponível em <https://news.un.org/pt/story/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

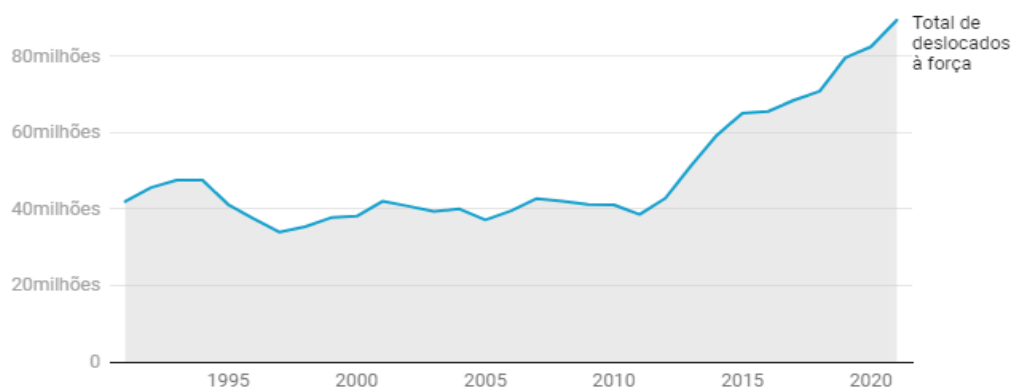
1.4 O PERFIL DAS VÍTIMAS

Para uma pessoa solicitar o status de refugiada há distinção de sexo, idade e nacionalidade. Somente em 2021, foram recebidas no Brasil 29.107 solicitações de condição de refugiado(a), sendo que o CONARE reconheceu apenas 3.086 pessoas com o novo status. Essa realidade vem aumentando de forma vertiginosa, pois dados do relatório de 2021 da UNHCR revelam que houve uma onda crescente de pessoas em deslocamento entre o ano de 2010 a 2020. Veja:

Gráfico 2

89,3 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas à força

no final de 2021 como resultado de perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos ou eventos que perturbem gravemente a ordem pública.



Fonte: UNHCR Global Trends 2021 - Obter dados - Criado com Datawrapper

Segundo dados do ACNUR, a nacionalidade com maior número de pessoas reconhecidas entre 2011 a 2021 foi venezuelana.

Motivos semelhantes às vezes agravados pelas correntes migratórias do passado, caracterizam as migrações atuais. Segundo dados do IMDH, a globalização, discriminação, xenofobia, as desigualdades econômicas entre países, a violência e a intolerâncias são algumas dessas causas.

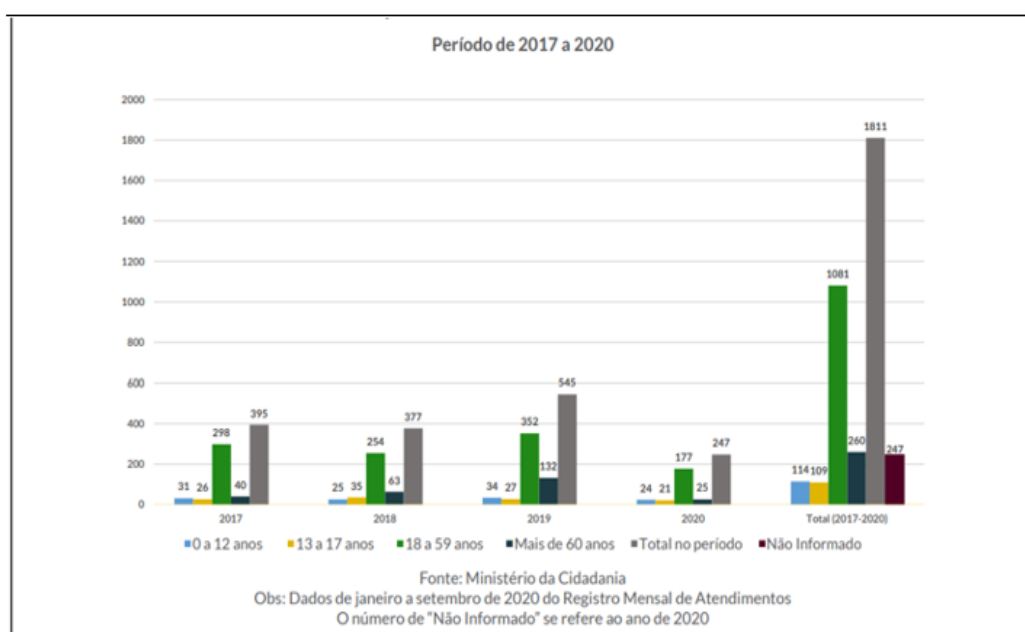
No entanto, quando se propõe analisar o tráfico de pessoas, o perfil das vítimas é um ponto que causa preocupação. Há vários fatores que tornam as pessoas mais suscetíveis de se tornarem vítimas desse crime. A vítima de tráfico encontra-se em situação de vulnerabilidade emocional e/ou financeira. Dados publicados no relatório global sobre o tráfico de pessoas (UNDOC 2020), mostram que a

vulnerabilidade socioeconômica das vítimas de tráfico de pessoas foi indicada como um dos principais fatores de risco ao tráfico. 95% acreditam que a pobreza é um dos principais fatores de risco ao tráfico, assim como 91,5% indicaram o desemprego como circunstância de vulnerabilidade (UNDOC, 2020, p. 31).

A condição social contribui para que muitas pessoas se submetam a circunstâncias precárias de trabalho, que depois se mostram como situações de exploração. Nem sempre a vítima se vê em situação de exploração, por vezes, chega a acreditar que seu empregador/ explorador esteja lhe fazendo um favor concedendo-lhe um pouco de comida e um lugar para morar.

No caso de trabalho infantil, além da tenra idade, torna-se muito fácil para seus patrões – cujo papel se confunde com o de pais da empregada – condicionarem as meninas a serem submissas, desestimulando-as para o exercício de outras atividades que não sejam as domésticas. Ademais, são poucos os mecanismos de fiscalização do trabalho escravo.

Gráfico 3: Idade das possíveis vítimas de tráfico humano, de acordo com os CREAs.

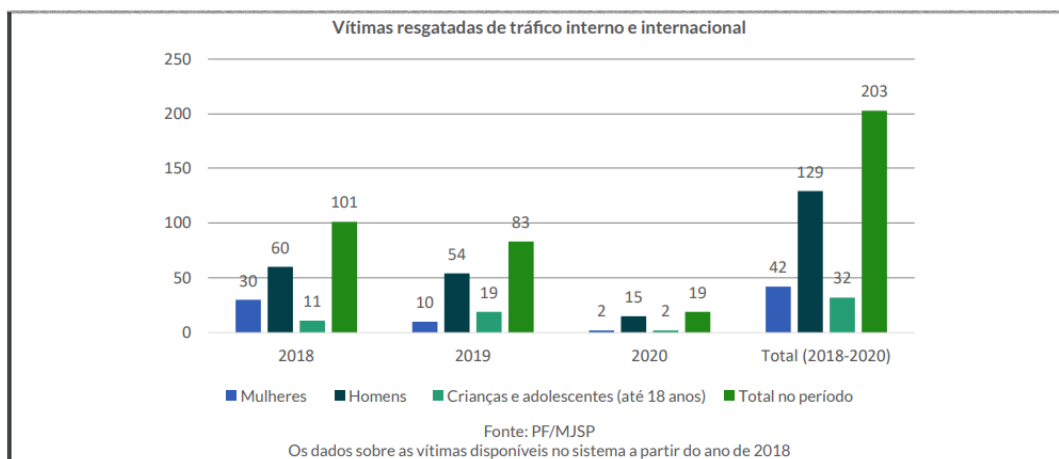


Percebe-se pelo gráfico acima que grande parte das vítimas se encontram em fase ativa de trabalho (18-59 anos).

Dados publicados no Relatório Nacional Sobre Tráfico de Pessoas de 2017 a 2020 apresentam número de vítimas resgatadas pela Polícia Federal em relação a

gênero e idade. Podemos observar que entre o ano de 2018 a 2020 o número de homens resgatados supera o de mulheres e crianças.

Gráfico 4. Vítimas resgatadas pela Polícia Federal em relação a gênero



Muitas pessoas traficadas enfrentam o medo para denunciar seus traficantes, outras apenas fogem. Apesar de desejado, o retorno para casa não é garantia de final feliz. As vítimas do tráfico costumam carregar traumas difíceis de superar, o que causa depressão, alcoolismo e uso de outras drogas mais pesadas. Um fato que ficou bastante conhecido em Brasília foi o de Letícia Peres¹¹, assassinada depois de ter denunciado à polícia detalhes do esquema de tráfico de pessoas na Espanha.

1.5 O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL E NO MUNDO

O tráfico de pessoas é um fenômeno em expansão no Brasil. Ele atrai, predominantemente, mulheres afrodescendentes entre 15 e 25 anos de idade. Segundo a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF), realizada em 2002 pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) sob a coordenação de Neide Castanha, existem aproximadamente 241 rotas de tráfico de pessoas no Brasil, envolvendo um fluxo permanente de jovens mulheres e, em número menor, homens. Desse total, 131 rotas eram internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais. O trabalho é uma das maiores referências

¹¹ Site Correio Braziliense, 17/03/2013.

sobre o problema no Brasil e serviu como ponto de partida para os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada no Congresso Nacional entre 2003 e 2004, que investigou a prática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no país.

Os traficantes exploram sexualmente homens e transgêneros brasileiros na Espanha e Itália. De acordo com a Embaixada e Consulado dos Estados Unidos da América no Brasil em um estudo realizado em 2019, 90% das mulheres trans no Brasil praticam sexo comercial. No Rio de Janeiro mais da metade está em situação de vulnerabilidade, o que pode resultar em tráfico¹².

Segundo levantamento do Ministério da Justiça, realizado no âmbito de projeto implementado com o UNODC entre 2008 e 2010, naqueles anos o Estado de Goiás era o principal exportador de pessoas, seguido por Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, sabe-se que as redes de tráfico atuam em todos os estados brasileiros. De acordo com dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), os dois principais estados com maior número de procedimentos vinculados ao tráfico de trabalhadores, entre 2017 a 2020 foram São Paulo e Minas Gerais.

Ainda quanto ao número de procedimentos, entre 2017 e 2020 São Paulo e Minas Gerais se destacaram como estados de origem de pessoas traficadas para fins de trabalho forçado ou análoga à escravidão. Goiás ocupa o sétimo lugar no ranking. Ao todo, em Goiás, foram resgatadas de 2003 a 2018, mais de quatro mil pessoas em situação de trabalho degradante, análogo ao da escravidão.

O Brasil faz parte da rota criminosa do tráfico internacional de pessoas por ser um país favorecido com baixo custo operacional, a existência de boas redes de comunicação, portos e aeroportos e a facilidade de ingresso sem a formalidade de visto consular.

O governo brasileiro e seus órgãos governamentais em vários níveis coletam dados e identificam vítimas do tráfico. Em 2020 o Ministério da Saúde identificou 61 adultos e 36 crianças traficados, autoridades de fiscalização do trabalho identificaram 942 vítimas de exploração laboral, porém não foi especificado quantas eram vítimas de trabalho forçado ou escravo ou de outras formas de exploração. Levando em consideração os dados publicados pelo UNODC, estima-se que o Brasil seja um dos principais países da América Latina a contribuir para o tráfico internacional, com cerca

¹² Disponível em <https://br.usembassy.gov/pt/relatorio-sobre-o-trafico-de-pessoas-2021-brasil/>.

de 75 mil mulheres e crianças brasileiras traficadas para a Europa. Observa-se então que o Brasil é um país de origem e de partida de pessoas em busca de um novo trabalho, ou de um lugar melhor para viver.

Há no Brasil um alto índice de tráfico interno de pessoas, especialmente de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e de homens para fins de trabalho escravo. De acordo com o Ministério Público Federal, o Brasil é também um local de trânsito: muitas pessoas em situação de tráfico permanecem no País aguardando as condições ideais para prosseguir viagem até o destino final – geralmente o continente europeu. O tráfico de seres humanos está vinculado aos fluxos migratórios, pois sua configuração está relacionada à movimentação geográfica das vítimas, seja dentro ou entre fronteiras nacionais.

Em nível global, o número de vítimas cresceu de um modo exorbitante em 2016, quando mais de 24 mil vítimas foram detectadas. O percentual de vítimas domésticas identificadas – vítimas de pessoas dentro de seu próprio país – dobrou de 27% em 2010 para 58% em 2016. O continente americano e algumas partes da Ásia reportaram o maior número de vítimas detectadas (UNODC, 2019).

O tráfico de pessoas é caracterizado como *internacional* quando há o tráfico de alguém de um Estado (nacional) para outro; o tráfico *interno* ocorre quando esse ilícito acontece dentro de um mesmo Estado ou de uma localidade para outra, que pode ser para outro município, estado-membro ou região. O modo como o tráfico de pessoas é praticado fere por completo a dignidade humana e, muitas vezes, a própria integridade física da vítima, tornando-a extremamente vulnerável em decorrência de ameaças, do uso da força, engano, rapto, abuso de autoridade e de outras formas de coação.

Os países mais ricos são mais propensos a ser áreas de destino de vítimas, que são recrutadas de países distantes; daí a necessidade de aumentar as respostas da cooperação internacional.

1.6 O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL

O Brasil conta com uma forte legislação para o combate ao tráfico de pessoas, abrangendo todas as formas de tráfico indicadas pelo Protocolo da ONU sobre Tráfico de Pessoas. No ano de 2004 o Brasil aderiu ao Protocolo Adicional à Convenção das

Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, conhecido como “Protocolo de Palermo”.

O governo brasileiro iniciou em sua agenda política a articulação para a aprovação da Polícia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), com ações para trabalhar metas de forma abrangente, com atenção à prevenção e repressão a este crime, na responsabilização dos autores e ao suporte às vítimas. Muitos atores são envolvidos articulando-se para executar ações nas esferas federal, estadual, municipal e distrital, com o apoio de organismos internacionais.

Em parceria desenvolvem-se atividades com ações voltadas a reduzir a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas no país o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹³ e iniciativas da sociedade civil como o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), uma instituição religiosa brasileira que tem reconhecida atuação na causa.

Assim como em outras partes do mundo, no Brasil a subnotificação e a insuficiência de dados confiáveis permanecem um grande desafio para o enfrentamento ao problema. O número de vítimas aumenta a cada ano, de forma globalizada, embora isso possa ser atribuído tanto ao aumento no volume de pessoas traficadas quanto à maior capacidade de identificar vítimas.

Dados do Relatório sobre o tráfico de pessoas no Brasil publicado em 2021, apontam que em 2020 foram identificadas e fornecido serviço de proteção a 494 potenciais vítimas de tráfico.

Poderíamos trazer aqui a legislação brasileira, protocolos e convenções ratificadas pelo Brasil no enfrentamento ao crime de tráfico de pessoas. No entanto, vamos nos restringir aos projetos desenvolvidos pelo IMDH, objeto do nosso estudo, que serão demonstrados no capítulo 3.

¹³ ONU no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

1.7 ACOLHIDA DOS REFUGIADOS NO BRASIL E NO MUNDO

O deslocamento forçado de milhões de pessoas que fogem dos conflitos armados e das violações dos direitos humanos é um assunto de pauta internacional. Diante do fato e por razões humanitárias, as comunidades internacionais começaram no início do século XX a assumir responsabilidades para proteger e assistir os refugiados por meio de acordos internacionais, em especial destaca-se a Convenção de 1951¹⁴ na tentativa de resolver a situação dos refugiados na Europa no contexto pós-guerra.

Inclusive o Brasil passou a ter uma política pública para identificação, recebimento e acolhimento de refugiados após a promulgação da Lei 9.474/1997, Estatuto dos Refugiados do Brasil¹⁵, em consonância com a Convenção de 1951 (ACNUR, 2010, p. 17).

Ações de apoio e acolhimento dos refugiados e migrantes foram desenvolvidas por organizações internacionais e nacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Organização Internacional para as Migrações (OIM), AVIS BRASIL. Além das pastorais de acolhida ao migrante, comunidades religiosas possuem um carisma do auxílio ao migrante e refugiado. Como exemplo temos o IMDH, que será melhor identificado adiante.

Souza (2016, p. 41) argumenta que a migração pode ser integrada e operacionalizada por um sistema de fatores como de redes sociais ou instituições com interações entre vários atores no processo migratório, no apoio e suporte necessário ao refugiado e migrante. O drama da mobilidade humana e seus enfrentamentos exigem, portanto, um diálogo interdisciplinar. Entretanto, o protagonismo desses atores e seus pares não deve eximir a responsabilidade do Estado perante essa população.

Recapitulando, abordamos nesse capítulo o contexto em que acontece o processo migratório, a interpretação que o fenômeno recebe de modo a tornar mais

¹⁴ Convenção de 1951 adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, nº 2545, vol. 189, p. 137. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>, acesso em 26 de setembro de 2022.

¹⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 25 ago. 2022.

fácil o entendimento do assunto. A seguir vamos tratar do posicionamento da Igreja Católica perante a escravidão no Brasil, para depois focarmos nossa atenção sobre a espiritualidade dos membros do IMDH.

2 UMA HISTÓRIA CONTROVERSA: A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO MIGRATÓRIA

A Igreja Católica tem uma longa história de envolvimento com questões relacionadas à migração, tráfico humano e à escravidão. Atualmente, a mesma se posiciona clara e abertamente contra a escravidão e o tráfico humano, considerando-os como violação dos direitos humanos. Entretanto, no passado, a Igreja Católica não tomou uma posição clara e firme contra a escravidão e muitas vezes teve um papel ambíguo na defesa dos escravizados.

Embora na época da escravidão institucionalizada ainda não houvessem leis que regulamentassem a proteção à dignidade e aos direitos humanos, a Igreja deveria proteger as pessoas mais vulneráveis seguindo os ensinamentos bíblicos. Evidencia-se que nem sempre na história do catolicismo ficou claro o papel do próximo e a quem seria dirigida a caridade, nem sempre se entendeu na plenitude a mensagem marcante de Jesus na parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37), onde qualquer um pode ser nosso próximo. Pode ser o migrante, o refugiado, a vítima de tráfico, independentemente da finalidade de exploração. Por exemplo, as mulheres e meninas (cis e trans) traficadas para a exploração sexual e laboral ou mesmo os homens vítimas tanto de tráfico interno quanto internacional (UNODC, 2021).

Nos próximos tópicos veremos o papel da Igreja perante algumas adversidades causadas pelo fluxo migratório e como mudanças sofridas pela Igreja ao longo dos anos influenciaram para que ela assumisse um novo posicionamento em relação aos oprimidos.

2.1 A IGREJA CATÓLICA E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A partir do século XV a Igreja começou a se opor à escravidão em si mesma. Ela passou a emitir documentos que reforçavam sua posição contrária à escravidão dos povos indígenas. Citando alguns documentos da época temos a bula *Sublimis Deus*, emitida em 1537 pelo Papa Paulo III, declarando que esses povos originários da América eram seres humanos e, portanto, não deveriam ser escravizados. Em 1839, o Papa Gregório XVI emitiu a bula *In Supremo Apostolatus*, condenando a escravidão e o tráfico de pessoas.

Segundo Gomes (2002), o Papa Leão XIII somente se pronunciou de forma inequívoca a favor da abolição dos escravos em fevereiro de 1888. No entanto, faltava a elaboração de um documento oficial em que a Igreja condenasse publicamente a escravidão. O fato se deu com a encíclica *In Plurimis*, anunciada pelo Vaticano em 5 de maio de 1888, e que só chegou ao Brasil após a assinatura da Lei Áurea (Gomes, 2022, p. 52), de onde se extrai o trecho *in verbis*:

[...] de fato, assim havia decretado o supremo Criador de todas as coisas: que o homem exercesse uma espécie de senhorio real sobre os animais da terra, do mar e das aves e não que dominasse sobre seus semelhantes. Segundo Santo Agostinho: “Criado razoável, à Sua imagem, Ele não quis que o homem dominasse exceto os seres irracionais; que o homem dominasse não o homem, mas o rebanho” (Gn 1:26). [...], Portanto, além de iniciar a libertação dos escravos nos templos, como ato de piedade, a Igreja decidiu recomendar esse ato aos cristãos que fizessem seus testamentos, como um trabalho muito grato a Deus e em sua presença digno de grande mérito e recompensa (IP).

No século XVI os missionários católicos que chegaram ao Brasil junto com os colonizadores portugueses tiveram uma postura crítica em relação à escravidão. Eles se opunham à escravidão de indígenas, que muitas vezes eram capturados e forçados a trabalhar nas plantações e minas, ao mesmo tempo incitando convertê-los ao cristianismo. No entanto, a partir do século XVII, a Igreja começou a aceitar a escravidão de africanos que foram trazidos ao Brasil em grande número para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, café e outras culturas.

De forma conivente com a escravidão, a Igreja com postura escravocrata fez uso da mão de obra escrava na sua sustentação econômica. Várias ordens religiosas possuíam escravos nos conventos e colégios, como a Ordem dos Beneditinos, que possuía mais de mil cativos trabalhando nas suas fazendas no Rio de Janeiro e de São Paulo, os frades do Carmo e das Mercês, no Maranhão, sem deixar de fora os conventos de ordens femininas: Clarissas, Ursulinas, Concepcionistas e Carmelitas Descalças, todos os serviços eram prestados por cativos (Gomes, 2019, p. 336-337). Ainda em 1557 o Padre jesuíta Manuel da Nóbrega escreveu ao rei de Portugal pedindo o envio de escravos para trabalharem nos colégios (Leite, 1945, p. 347-348).

O colégio jesuíta de Luanda enviava regularmente uma carga de africanos para os colégios de Salvador e Olinda. “Nunca consideramos este tráfico ilícito. Na

América, todo escrúpulo é fora de propósito”, declarou Luís Brandão (In: GOMES, 2019, p. 335), reitor do referido colégio em Luanda, justificando o envolvimento da ordem com o tráfico de escravos no Brasil.

Durante o período da escravidão no Brasil, a Igreja Católica desempenhou um papel importante como instituição que ajudou a moldar a sociedade brasileira. No entanto, a posição da Igreja em relação à escravidão não foi sempre consistente.

Para os autores Hauck et al. (1980) havia ainda um paradoxo que marcará a posição da Igreja perante os escravizados. Em relação ao índio, ela lutava para separá-lo do convívio com os colonos; em relação ao negro, ela fez aliança com os senhores de escravos para manter sua própria posição escravocrata.

Houve momentos em que Igreja também defendeu a humanização dos escravos e trabalhou para minimizar o sofrimento causado pela escravidão. Os jesuítas, por exemplo, fundaram aldeias onde os escravos poderiam viver em condições mais humanas e receber alguma instrução religiosa. Além disso, a Igreja proibiu a escravidão de indígenas convertidos ao cristianismo e excomungou os proprietários de escravos que abusassem ou matassem seus escravos.

No século XIX, quando o movimento abolicionista ganhou força, a Igreja Católica no Brasil se dividiu em relação à questão da escravidão. Em geral, pode-se dizer no período da escravidão no Brasil ela desempenhou um papel ambíguo em relação à questão da escravidão. Embora a Igreja tenha se oposto à escravidão em certas ocasiões, também a tolerou e justificou em outras. Enquanto alguns líderes religiosos apoiavam a abolição, outros resistiam à mudança, argumentando que a escravidão era um mal necessário e que a libertação dos escravos levaria à desordem social.

Afirmam os autores Hauck et al. (1980) que os argumentos religiosos contra a escravidão defendiam a ideia de uma emancipação pacífica e sem a perturbação da ordem. Seguindo essa linha, os clérigos passaram a defender a educação religiosa, moral e técnica dos libertos. No entanto, na passagem da escravidão para liberdade os ex-escravos encontraram pouca acolhida dentro da pastoral da Igreja. Mas essa é uma realidade que ainda perdura na atualidade em relação ao estrangeiro/ migrante, como explica Marinucci:

Às vezes o migrante é estrangeiro também dentro das paróquias. Isso é algo que tem que ser avaliado, inclusive quando o estrangeiro é

católico, só que as vezes vem de outro país, tem de outro jeito de fazer, tem outra espiritualidade, outras devoções[...] Então, raramente tem um lugar, um espaço mesmo de protagonismo dentro das paróquias, e muito mais quando estrangeiro de outra religião (Entrevista, Roberto Marinucci, Brasília, 27/03/2023).

Concluimos que durante muito tempo a Igreja manteve uma posição de apoio às estruturas de poder, muitas vezes justificando a opressão e explorando certos grupos sociais. No entanto, ao longo dos anos, a Igreja foi confrontada com diversos movimentos sociais e políticos que questionam essa posição. E gradualmente foi se abrindo para novas perspectivas e abordagens em relação aos oprimidos. E apesar de documentos e declarações abolicionistas, alguns membros da Igreja Católica estiveram envolvidos no comércio e posse de escravos em algumas regiões do Brasil, contribuindo com várias injustiças praticadas contra os escravizados durante longos anos, vindo a mudar bastante a partir do final do séc. XIX e sobretudo depois do Concílio Vaticano II (1962-1965), que condena a escravidão como um pecado contra a dignidade humana, assunto que será abordado em sequência.

É importante destacar que a escravidão foi abolida no Brasil em 1888. No entanto, as desigualdades raciais e sociais ainda estão muito presentes na sociedade brasileira e no mundo. Atualmente o tráfico de pessoas é considerado como escravidão moderna, como já mencionamos no primeiro capítulo. Infelizmente, tão presente no nosso meio, cito os mais de 220 trabalhadores resgatados¹⁶ no dia 16/02/2023 em condições degradantes de trabalho, em usinas de cana de açúcar nos municípios de Araporã, em Minas Gerais, e Itumbiara, Edeia e Cachoeira Dourada, em Goiás. Segundo o MTE, a maioria dos trabalhadores eram provenientes do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte e foram transportados clandestinamente para Goiás.

Essas operações de resgate são realizadas em conjunto por órgãos governamentais como o MTE, Polícia Federal e instituições não governamentais como o IMDH, que no intuito de proteger a dignidade das vítimas de escravidão e de tráfico humano desenvolve um trabalho humanitário para além da assistência material, por isso seu apostolado chamou atenção de várias pessoas e instituições não somente religiosas, já que o amor cristão deve excluir toda espécie de aceitação de pessoas (Rm 2,11; At 10,34).

¹⁶ Site MTE, 17/03/2023.

Em resposta à pergunta formulada durante essa pesquisa: “Por que razão um setor da Igreja Católica assumiu um trabalho com os migrantes e pessoas traficadas” a diretora do IMDH afirma:

a Igreja Católica sempre esteve atenta às necessidades do povo, sobretudo, disposta a atuar em prol de condições de dignidade de todo ser humano, principalmente, os mais pobres e desprovidos de recursos que lhes possibilite viver humana e espiritualmente bem (Entrevista, Irmã Rosita, Brasília, 25/02/2023).

Sem a pretensão de esgotar a temática sobre a Igreja frente às adversidades enfrentadas por pessoas em situação de vulnerabilidades causadas por questões migratórias, no próximo tópico apresentaremos alguns posicionamentos da Igreja diante da migração.

2.2 A IGREJA CATÓLICA E A MIGRAÇÃO

A migração é uma questão complexa que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, gerando desafios sociais e políticos. Diante do processo de migração a Igreja Católica, ao longo dos anos, tem buscado proteger os direitos humanos dos migrantes, prestando assistência, oferecendo-lhes acolhimento, apoio e solidariedade. Por meio da parceria com organizações religiosas e instituições caritativas ela tem prestado assistência médica, alimentação, abrigo e educação aos acolhidos, muitas vezes em condições extremamente precárias e de vulnerabilidade.

Nesse tópico não se pretende apresentar como a Igreja se posiciona em relação a cada tipo de migração existente, como já mencionamos, e sim a assistência ao migrante independentemente da causa do seu deslocamento.

Nesse contexto, a Igreja Católica vem desempenhado um papel importante como defensora dos direitos dos migrantes, independentemente da religião ou origem da pessoa assistida.

Entretanto, foi apenas na segunda metade do século XIX que a igreja passou a olhar a migração como uma questão social. Foi um processo lento, afirmam os autores Baggio e Sussin (2012). Com a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII o magistério da Igreja Católica viu que não poderia mais se calar diante da exploração

dos trabalhadores e que as questões em torno das migrações só iriam aumentar. De lá para cá foi-se elaborando uma Doutrina Social da Igreja, com uma abertura crescente da evangelização e dos ensinamentos da Igreja voltados para as questões sociais e para a assistência aos migrantes.

O magistério foi amadurecendo junto com o aumento dos fluxos migratórios que atualmente tornaram-se uma questão mundial. Com a nova fase da globalização, a migração, os refugiados, o tráfico de pessoas e agora os refugiados climáticos, tornaram-se onipresentes por todo o globo e se movem em todas as direções. Com a reação da Igreja ante o aumento e os problemas da mobilidade humana, também cresceu sua compreensão e suas atitudes e ações concretas a respeito do tema.

Frisa-se que com a grande migração italiana para as Américas e as notícias de grandes dificuldades nas terras de destino, Roma começou a preocupar-se com o risco da perda da fé pelos imigrantes. O Bispo de Piacenza, João Batista Scalabrini, compartilhava com o papa Pio X (1846-1878) sua preocupação com os pobres italianos que migraram em busca de melhores condições de vida. Ambos defendiam que os migrantes precisavam de assistência nas lutas para vencer a pobreza, mas também de assistência espiritual para não perderem sua fé ao chegarem no país de destino, sobretudo se não recebiam aí a devida acolhida (Baggio; Sussin, 2012, p. 216).

Nesse ínterim, o bispo de Piacenza colocou-se a visitar os migrantes nas terras de acolhida, conhecendo de perto as condições de vida e as necessidades dos migrantes. Ante a necessidade do envio de missionários a outros países como Estados Unidos e Brasil no final do século XIX, Scalabrini com grande sensibilidade para o drama dos migrantes reivindicou em 1887 à Sé Apostólica a criação de uma assistência aos migrantes italianos nas Américas (Entrevista, Roberto Marinucci, Brasília, 27/03/2023). Em 1908, o Papa Pio X fundou as comissões diocesanas e paroquiais em favor dos migrantes com a finalidade de oferecer apoio e formação aos que partiam.

Segundo Baggio e Sussin (2012) o progresso no modo de pensar da Igreja em relação à pessoa do migrante teve por motivação desde o medo de perder os fiéis até a percepção de que o migrante é potencialmente um agente de transformação social, econômica e cultural. Observa-se que à época da grande migração italiana, o bispo de Piacenza procurou se fazer próximo dos migrantes italianos, indo pessoalmente ao encontro deles nas novas terras para entender suas necessidades.

No final do século XIX, no Brasil, as igrejas Católica, Anglicana e Protestante tinham dificuldade em inserir-se pastoralmente nas levas de migrantes. Afirma Zamberlam (2004) que as dificuldades eram causadas pela escassez do clero, pelas dificuldades de comunicação, devido à diferença de idioma, e pelo sistema do Padroado régio.

As dificuldades enfrentadas à época foram sendo mitigadas com a chegada no Brasil de missionários de várias congregações de outras nacionalidades e de outras denominações religiosas, como veremos no próximo tópico.

2.3 NINGUÉM É ESTRANGEIRO NA IGREJA

Ante a questão migratória a Igreja encontrava grandes desafios, como a maneira em que as migrações interferem e modificam o universo religioso, individual e coletivo. Atualmente a questão migratória continua impondo às pessoas uma situação de vulnerabilidade, seja pela ruptura dos migrantes com a cultural nacional e religiosa do local de emigração, ou muitas vezes devido à intolerância, xenofobia e preconceito que sofrem quando ali chegam. Esses fatores criam nos migrantes um sentimento de abandono e indiferença em relação à fé e, por outro lado, um sentimento de não pertencimento. Afirma Marinucci que por vezes o migrante é estrangeiro também dentro das paróquias, inclusive quando o estrangeiro é católico, mas vem de outro país, tem outro jeito de fazer, tem outra espiritualidade, outras devoções. Então, raramente tem um lugar, um espaço de protagonismo dentro das paróquias. Isso se acentua muito mais quando o estrangeiro pertence a outra religião (Entrevista, Marinucci, Brasília, 27/03/2023). No entanto, todos os imigrantes deveriam ser acolhidos, independentemente de professarem ou não uma mesma religião. No seu discurso no Cazaquistão o Papa Francisco defende que

na maior parte, somos estrangeiros. É verdade, porque vindes de lugares e países diferentes, mas a beleza da Igreja está nisto: em sermos uma única família, na qual ninguém é estrangeiro. Repito: ninguém é estrangeiro na Igreja, somos um único Povo santo de Deus, rico de tantos povos! (FRANCISCO, 2022).

De acordo com o autor Zamberlam (2004), no século XIX os grupos de migrantes católicos que chegavam ao Brasil vinham sem companhia de padres de sua

nacionalidade, enquanto os migrantes protestantes eram acompanhados por seus pastores. Por isso, no final do século XIX várias congregações católicas de outros países iniciaram o envio de missionários aos locais de recepção, inclusive ao Brasil, para assistência aos migrantes.

Vamos citar algumas congregações de diferentes segmentos religiosos que chegaram ao Brasil no recorte temporal entre 1837 a 1911. Sem aprofundar no trabalho desenvolvido por cada uma, nossa intenção é localizar na linha temporal a chegada da Congregação das Irmãs Scalabrinianas ao nosso país.

- Em 1837 chegou o missionário metodista americano, Daniel Parish Kidder, como correspondente da Sociedade Bíblica Americana;
- Em 1849 chegaram os primeiros jesuítas alemães para atender os imigrantes daquele país;
- Em 1855 chegou ao Rio de Janeiro o primeiro casal de missionários presbiterianos;
- Os primeiros padres do clero diocesano polonês chegaram em 1865 acompanhando os imigrantes daquele país;
- Em 1871 deu-se início aos trabalhos da Igreja Batista no Brasil, em Santa Bárbara do Oeste, São Paulo;
- A primeira congregação religiosa italiana a chegar no Brasil foi a dos padres salesianos, em 1875;
- A segunda congregação religiosa italiana a enviar sacerdotes para atender os migrantes italianos no Brasil foram os Palotinos, em 1886. (Zamberlam, 2004, p. 158);
- A primeira missão dos padres italianos da Congregação Scalabriniana - Carlistas, chegou no Espírito Santo e no Paraná entre 1888-1894; a segunda missão foi em São Paulo e Rio Grande do Sul (1895), onde passaram a dar assistência espiritual e social aos imigrantes italianos;
- Em 1891 chegaram a Santa Catarina missionários franciscanos alemães, para atender os imigrantes daquele país;
- As Irmãs de São José de Chambery chegaram a São Paulo (Itú) em 1880;
- Em julho de 1892 chegaram na 4ª Colônia (Vale Vêneto), as Irmãs do Sagrado Coração de Maria;

- Em 1895 veio para São Paulo a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos - Scalabrinianas (MSCS);
- Outras congregações que chegaram no Brasil em 1895 foram a Congregação das Irmãs da Divina Providência e a Congregação Missionária do Verbo Divino;
- Em 1896 chegaram ao Brasil os Capuchinhos franceses e em junho de 1897 chegou ao Brasil o primeiro sacerdote da Ordem de São Basílio Magno, atendendo aos imigrantes ucranianos da então Colônia Rutena de Prudentópolis;
- Em 1897 os Irmãos Maristas franceses fixaram-se em Congonhas do Campo, em Minas Gerais;
- No ano de 1899 chegou a Caxias do Sul/ RS um grupo de Monges Camaldulenses;
- Em 1903 missionários poloneses de São Vicente de Paulo chegaram ao Paraná acompanhando migrantes daquela nacionalidade;
- As irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo chegaram em 1904. No mesmo ano chegaram a São Paulo as missionárias do Sagrado Coração de Jesus;
- Em 1906 chegaram as Irmãs da Sagrada Família;
- Em 1907 vieram os primeiros educadores da Congregação dos Irmãos Lassalistas;
- Em 1911 chegaram os missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg e fundaram a primeira Igreja da Assembleia de Deus no Brasil, em Belém/ PA.

Em que pese existirem ordens e congregações religiosas que se dedicam ou dedicaram no trabalho em prol das comunidades em situação de vulnerabilidade, não são todas que foram fundadas sob o carisma de assistência ao migrante.

Afirma Zamberlam (2004) que as Congregações abaixo se dedicam à assistência aos migrantes sem que esse carisma específico esteja na sua constituição:

- Sociedade do Apóstolo Católico (Palotinos);
- Sociedade Salesiana de São João Bosco;

- Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus;
- Filhas de Maria Auxiliadora – Salesianas;
- Congregação Inaciana – Jesuítas (Zamberlam, 2004, p. 165).

Conforme apontamos, existem vários organismos internacionais e instituições civis que desenvolvem ações importantes no acolhimento aos migrantes/refugiados e ao enfrentamento do tráfico de pessoas. É importante registrar o trabalho de outras entidades religiosas católicas, como a Cáritas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Trinitários, que também lutam em prol das pessoas em situação de vulnerabilidade.

A Cáritas Internacional, que é uma confederação de mais de 150 organizações humanitárias ligadas à Igreja Católica, atua em mais de duzentos países com a missão de trabalhar para construir um mundo melhor, tendo como marco a opção preferencial pelos pobres¹⁷. A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das organizações-membro da Cáritas Internacional.

A CNBB foi fundada em 1952, tem como um dos fundadores Dom Helder Câmara, e tem como uma de suas missões estudar assuntos de interesse comum da Igreja no país, para melhor promover a ação pastoral orgânica. Anualmente no período quaresmal, a CNBB lança a Campanha da Fraternidade com temas normalmente relacionados às políticas públicas.

A Ordem dos Trinitários foi fundada no final do século XII, na França, por São João de Mata e São Félix de Valois. Inicialmente tinha como trabalho o resgate de cristãos feitos prisioneiros por muçulmanos na tentativa de reconquistar a Terra Santa durante as Cruzadas. Diminuindo as tensões entre cristãos e muçulmanos, os Trinitários atuam hoje auxiliando na educação dos mais necessitados e no auxílio aos migrantes e refugiados.

Atualmente, no mundo das migrações atuam com o carisma específico de assistência pastoral ao Migrante as seguintes congregações católicas:

- Congregação dos Missionários de São Carlos - Scalabrinianos, (1887);

¹⁷ A expressão foi cunhada na III Conferência Geral do episcopado Latino-Americano - CELAM realizada em 1979 em Puebla, desde então sendo um marco na ação pastoral, principalmente das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base, e da Teologia da Libertação.

- Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos – Scalabrinianas (1895);
- Sociedade dos Santos Anjos (1924);
- Sociedade de Cristo (1932);
- Sociedade Missionária do Sagrado Coração de Jesus (Cabrinianas – 1880),
- Instituto Secular das Missionárias Scalabrinianas;
- Movimento de Irmãos e leigos/as Scalabrinianos/as (ZAMBERLAM, 2004, 165).

Entre essas congregações cito a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo (Scalabrinianas), que se destinou especialmente à acolhida dos migrantes, atendendo-os na assistência pastoral e social. Sobre a Congregação das Irmãs Missionárias Scalabrinianas trataremos posteriormente no capítulo 3.

Como referimos anteriormente, no curso histórico houve acontecimentos que trouxeram uma nova visão quanto ao fenômeno migratório, bem como mudanças nas ações da igreja. Essa nova postura da Igreja é o tema do nosso próximo tópico.

2.4 A OPÇÃO PELOS POBRES

A Igreja havia sido vista como aliada dos ricos e poderosos, mas com a *Rerum Novarum* de Leão XIII – 1891 ela se posicionou ao lado dos trabalhadores e passou a defender seus direitos. A encíclica inaugurou uma nova fase na reflexão da Igreja sobre a questão social e representou uma mudança na posição da Igreja em relação à questão das migrações. Ela foi escrita em um momento de grande mudança na Europa, com a industrialização e a urbanização gerando novas formas de trabalho e de organização social. Nesse contexto, a Igreja se mostra preocupada com a situação dos trabalhadores, que muitas vezes eram explorados e viviam em condições precárias.

Outros momentos importantes contribuíram para esse novo olhar da Igreja a respeito das questões sociais. Não pretendemos fazer uma cronologia dos documentos magisteriais desde a *Rerum Novarum*. Logo, faremos uma passagem temporal direta para os anos de 1950-1965, pois foi nessa época em que de fato se

realizaram mudanças substanciais tanto na doutrina como na prática pastoral da Igreja em relação às questões sociais. E isso vai impactar diretamente o trabalho posterior do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, o IMDH.

O Papa João XXIII convocou um novo concílio ecumênico, que foi realizado em Roma entre 1962 e 1965. O Concílio Vaticano II tratou de assuntos importantes, tais como modernizar a Igreja e adaptá-la aos desafios do tempo presente. Bispos do mundo todo discutiram sobre temas que mudaram a compreensão da Igreja no mundo.

O evento produziu documentos importantes, como a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*¹⁸ sobre a natureza e finalidade da Igreja, e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (Alegrias e Esperanças), que redefiniu a natureza e o papel da Igreja no mundo e na sociedade. Além disso esse Concílio promoveu mudanças significativas na liturgia e na visão em relação ao mundo contemporâneo, incentivando o diálogo com os judeus e protestantes, abertura às outras religiões, à ciência e à sociedade em geral, inclusive, permitindo mais acesso das mulheres na vida eclesial.

Todos os homens são chamados a esta unidade católica do Povo de Deus, a qual anuncia e promove a paz universal; a ela pertencem, de vários modos, ou a ela se ordenam, quer os católicos quer os outros que acreditam em Cristo quer, finalmente, todos os homens em geral, pela graça de Deus chamados à salvação (LG 1).

Além disso, a Igreja Católica se posicionou perante os problemas socioeconômicos que atingiam a América Latina e o Brasil na época, engajando-se em diversas iniciativas sociais e políticas em defesa dos direitos humanos, como a promoção da justiça social e de denúncias da violência e da opressão.

Ante o contexto de aumento do envolvimento da Igreja Católica com as questões sociais e o agravamento da pobreza e marginalização na América Latina, organizaram-se na Igreja diversas iniciativas, sobretudo a partir de 1968 – ano em que aconteceu a II Conferência dos bispos latino-americanos em Medellín, Colômbia.

A Conferência de Medellín foi um evento importante na história da Igreja Católica, pois reuniu bispos de toda a América Latina para discutir questões

¹⁸ A *Lumen Gentium* é uma constituição dogmática que procura compreender a Igreja, seguidora de Cristo, “Luz dos Povos”, na perspectiva de seu interior, de sua natureza, organização e função.

relacionadas à Igreja e à sociedade na região. Os bispos buscavam encontrar maneiras de aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II em suas dioceses e adaptá-los às realidades latino-americanas.

O que veio a seguir de Medellín na igreja foi influenciada pela terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em 1979 na cidade de Puebla, no México. Na conferência destacou-se a necessidade de a Igreja estar mais envolvida na promoção da justiça social e na luta contra a pobreza e a exclusão. Os bispos reconheceram que esses problemas eram especialmente graves na América Latina e que a Igreja deveria ter um papel ativo na solução deles.

Afirma Clodovis Boff em “A originalidade histórica de Medellín” que a conferência trouxe os traços que iriam definir o perfil teológico-pastoral da Igreja. E a partir da Conferência de Puebla esses traços passaram a ser claramente chamados de “opção pelos pobres”, Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base.

Observa-se que na Conferência de Puebla os bispos cunharam a expressão “opção preferencial pelos pobres”. Essa opção é colocada dentro de um gesto de vontade e não de necessidade. Afirma-se aí o lugar preferencial onde a Igreja deve estar, ao lado dos pobres e dos marginalizados (Manzatto, 2015, p. 187).

Partindo do pressuposto que Deus sempre se manifestou em favor dos pobres, mormente através de Cristo nos Evangelhos, a Igreja deve manter-se fiel no mesmo caminho. Importante ressaltar que a opção pelos pobres representa uma chave hermenêutica do fazer teológico, ou seja, um critério básico de interpretação, revelando que Deus defende continuamente os pequenos e os mais fracos.

Considerando que o conceito de Igreja dos Pobres engloba a ação pastoral social e política da Igreja, seu espírito simples e humilde, assim como o compromisso social da Igreja em favor dos empobrecidos, as Comunidades Eclesiais de Base são a estrutura através da qual se torna mais visível esta Igreja. Essa Igreja dos Pobres se historiciza também em organizações que vão para além das CEBs. Notadamente, foram uma maneira bastante efetiva de concretizar a nova forma de pensar da Igreja.

A Teologia da Libertação (TL)¹⁹ abordou a preocupação com a justiça social e a libertação dos oprimidos, enfatizando a necessidade de uma ação transformadora

¹⁹ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que surgiu na América Latina na década de 1960, com objetivo de refletir sobre a relação entre a fé cristã e a luta contra a pobreza, a injustiça e a opressão social. Ela deslançou e inspirou inúmeros movimentos sociais importantes, como as pastorais sociais, o movimento por moradia, a luta pela redemocratização e pela terra.

da Igreja e dos cristãos para mudar as estruturas injustas da sociedade. Conforme Manzatto, a TL não se preocupa em pensar teologicamente a libertação, mas na forma de repensar a teologia a partir do processo de libertação dos pobres de forma ampla e plural (Manzatto, 2015, p. 185).

Segundo Leonardo Boff, a Teologia da Libertação e o Jesus Cristo Libertador representam o grito dolorido dos cristãos oprimidos que batem à porta dos irmãos ricos pedindo tudo e não pedindo nada. Pedem para ser gente, suplicam ser acolhidos como pessoas (Boff, 2012, p. 39).

A teologia libertadora faz referência a um projeto amoroso de Deus revelado por Jesus: a utopia do Reino de Deus, um projeto de inclusão de todos que ficaram perdidos pelo caminho, os desvalidos, os doentes, os marginalizados. A realidade do Reino de Deus não é apenas de ordem espiritual ou abstrata, ela precisa envolver todas as outras dimensões da realidade, a sociológica, biológica, psicológica, política, cultural, física e material. Numa Teologia Libertadora toda a realidade está referida a Deus, que é o fundamento de tudo que existe (Moreira, 2016, p. 83).

Afirma Manzatto (2015) que existe um certo consenso que permite afirmar uma metodologia própria da Teologia da Libertação como sendo a do método *ver-julgar-agir*. E esse é um método próprio da Ação Católica. Trata-se de compreender o real, o mundo onde a Igreja está inserida e onde os cristãos vivem sua vida de fé. Quanto mais profundamente se conhecer este mundo onde se vive, mais pertinentes serão os apontamentos de ações que podem modificá-lo. Daí a necessidade de analisar o melhor possível a realidade, inclusive com apelo às ciências do social.

Ante o exposto, concluo que uma forma de opção pelos pobres já estava presente na vida e nas obras de São João Batista Scalabrini, entretanto, no curso histórico e nas mudanças sociopolíticas isso acabou ficando estagnado. Foi reavivado, transformado e reforçado pela prática eclesial e política pelo advento da Teologia da Libertação.

2.5 O PONTIFICADO DE FRANCISCO

Nesse tópico apresentamos uma descrição da trajetória de Jorge Mario Bergoglio no aspecto eclesial, relacionando seu ministério ao nosso trabalho.

Jorge Mario Bergoglio, primeiro papa americano, nasceu em Buenos Aires - Argentina, em 17 de dezembro de 1936. É o primogênito de cinco filhos de imigrantes italianos, Mario José Bergoglio e Regina María Sívori.

Francisco estudou em escolas jesuítas em Buenos Aires e em 1958 ingressou na Companhia de Jesus, tornando-se padre em 1969. Ele estudou filosofia e teologia em Buenos Aires e em Frankfurt²⁰, Alemanha. Depois disso, passou anos ensinando literatura e psicologia em escolas da Argentina e do Uruguai.

Em 1992 Bergoglio foi nomeado bispo auxiliar de Buenos Aires e em 1998 arcebispo da mesma capital. Durante seu tempo como arcebispo o religioso trabalhou para melhorar as condições de vida dos pobres e marginalizados em sua arquidiocese. Ele também lutou contra a corrupção e a pobreza em toda a Argentina e liderou esforços para melhorar as relações entre a Igreja Católica e as outras religiões.

Em 2013, quando o Papa Bento XVI renunciou ao papado, o Cardeal Bergoglio foi eleito papa em 13 de março de 2013. Ele escolheu o nome “Francisco” em homenagem a São Francisco de Assis, que dedicou sua vida à pobreza e à simplicidade²¹. O Papa Francisco é conhecido por seu estilo humilde e despojado, morando em uma casa de hóspedes em vez do apartamento papal tradicional. Toda a sua atuação lembra e retoma motivos, causas e nomes que sempre foram fundamentais para tal teologia.

As primeiras palavras e gestos do Papa, apontando para a simplicidade e humildade, nos faz reconhecer que Francisco toma como referência o Concílio Vaticano II e sua proposta eclesiológica (Manzatto, 2015, p. 195). Na concepção do autor, apesar do pontífice praticamente não usar a palavra “libertação”, nota-se que como arcebispo de Buenos Aires o mesmo se notabilizou por referências à TL. Embora na Argentina essa teologia tenha sido construída sob o nome de “teologia do povo”, em muitos aspectos é a própria Teologia da Libertação com características argentinas, inclusive com o uso do método ver-julgar-agir.

Francisco tem enfatizado que a escravidão moderna não é apenas um problema do passado, mas uma realidade presente em muitos países. Ele também tem mostrado preocupação com a proteção dos pobres, migrantes e vítimas do tráfico humano e dos trabalhadores em condições análogas à escravidão, como se pode

²⁰ Site do Vaticano, 03/02/2023.

²¹ Site do Vaticano, 03/02/2023.

observar em inúmeros discursos seus. No dia 10 de abril de 2014 aos participantes do Encontro sobre o Tráfico de Pessoas o Papa argentino sublinhou que

o tráfico de seres humanos é uma ferida no corpo da humanidade contemporânea, uma chaga na carne de Cristo. Trata-se de um delito contra a humanidade. O nosso encontrar-nos aqui, para unir os nossos esforços, significa que desejamos que as estratégias e competências sejam acompanhadas e fortalecidas pela compaixão evangélica, pela proximidade aos homens e mulheres que se tornaram vítimas deste crime (FRANCISCO, 2014).

No papado de Francisco foi escrito o documento *Orientações Pastorais sobre o Tráfico de Pessoas*, pela seção para migrantes e refugiados do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano e Integral. Grande destaque também pode ser dado à Carta Apostólica “Misericórdia e Miséria”, concluindo os trabalhos do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, realizado de 8 de dezembro de 2015 a 20 de novembro de 2016.

Através da carta encíclica *Fratelli Tutti* do mesmo pontífice sobre a fraternidade e a amizade social, a Igreja chama os cristãos a se tornarem cidadãos do próprio país e do mundo inteiro, a sermos construtores de um vínculo social, a nos darmos conta de que a existência de cada um está ligada à existência do outro, que o planeta é a grande casa comum de todos (*Laudato Si*), por isso não podemos permitir uma sociedade de exclusão, mas devemos nos fazer próximos de todos que precisam de ajuda.

O ser humano está feito de tal maneira que não se realiza, não se desenvolve, nem pode encontrar a sua plenitude «a não ser no sincero dom de si mesmo» aos outros. E não chega a reconhecer completamente a sua própria verdade, senão no encontro com os outros: «Só comunico realmente comigo mesmo, na medida em que me comunico com o outro». Isso explica por que ninguém pode experimentar o valor de viver, sem rostos concretos a quem amar. Aqui está um segredo da existência humana autêntica, já que «a vida subsiste onde há vínculo, comunhão, fraternidade; e é uma vida mais forte do que a morte, quando se constrói sobre verdadeiras relações e vínculos de fidelidade. Pelo contrário, não há vida quando se tem a pretensão de pertencer apenas a si mesmo e de viver como ilhas: nestas atitudes prevalece a morte» (FT 87).

Em virtude do 108º Dia Mundial do Migrante e Refugiado, comemorado no dia 25 de setembro de 2022, o Papa deixou uma mensagem que leva a refletir sobre a inclusão social e o acolhimento ao próximo para construção de um lugar melhor para todos. Segundo Francisco, o plano divino é essencialmente inclusivo e coloca, no centro, os habitantes das periferias existenciais. Entre estes, há muitos migrantes e refugiados, deslocados e vítimas de tráfico humano. A construção do Reino de Deus é feita com eles, porque, sem eles, não seria o Reino que Deus quer (Francisco, 2022).

Desde que assumiu o pontificado em 2013 o Papa Francisco tem feito uma série de declarações e ações que buscam denunciar e combater as formas de exploração e violência. Ele tem sido um defensor vocal dos direitos dos imigrantes e refugiados e tem criticado a cultura do consumismo e do individualismo.

Também tem se concentrado em questões como a justiça social, a luta contra a pobreza, a defesa do meio ambiente e a promoção da paz e da unidade entre as religiões. Ele também defendeu mudanças na Igreja Católica para torná-la mais acessível e inclusiva para todas as pessoas. No percurso do seu papado, a doutrina Social da Igreja e algumas temáticas sociais tem ganhado especial destaque, que podem ter tido seu impulso já com a frase do cardeal brasileiro Dom Cláudio Hummes ao Papa recém-eleito: “Não se esqueça dos Pobres”²². Ao colocar o cuidado com os pobres e com a Casa Comum (o planeta Terra, casa de todos os viventes) no centro de sua atuação como Papa, Francisco pode ser considerado hoje o melhor herdeiro da Teologia da Libertação.

Além de suas declarações públicas, alguns papas têm tomado diversas iniciativas concretas para a conscientização contra a escravidão e contra o tráfico de pessoas e assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade. Importante citar o dia 1º de outubro de 2000, data em que a sudanesa Josefina Bakhita foi reconhecida como santa pelo Papa João Paulo II e como padroeira das pessoas sequestradas e escravizadas. Josefina Bakhita era de origem sudanesa e vivenciou ela própria a escravidão, sendo vendida na África como escrava ainda criança.

Segundo o Papa Francisco, Josefina conheceu através de sua dolorosa experiência pessoal a realidade da escravidão e a suas consequências violentas e humilhantes. E mesmo assim, por graça de Deus, ela chegou a conhecer a verdadeira

²² Entrevista do Papa Francisco à CNN Brasil em 05/07/2022. Matéria disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/papa-francisco-records-fala-de-dom-claudio-hummes-sobre-cuidado-aos-pobres/>. Acesso em: 20 set. 2022.

liberdade e a verdadeira alegria. Outro santo reconhecido pelo Papa Francisco, em 9 de outubro de 2022, foi justamente João Batista Scalabrini, fundador dos Scalabrinianos, do qual já falamos anteriormente e que também será mencionado no próximo capítulo.

3. O INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS – IMDH

Nos capítulos anteriores, sem a pretensão de esgotar o tema, apresentamos uma breve revisão sobre a mobilidade humana, incluindo algumas informações sobre a ambiguidade da postura da Igreja Católica durante a época de escravidão e grandes migrações no Brasil. Iniciamos, portanto, buscando compreender o fenômeno de migração em sentido lato e com exemplos particulares. A menção do catolicismo foi importante por se tratar da confessionalidade ou motivações de fundo religioso e humanitário para, assim, particularizar a discussão em uma instituição que não dissocia obras temporais e fé (IMDH).

Antes de apresentar o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Migrações e Direitos Humanos e sua missão, considerando a importância de São João Batista Scalabrini na assistência aos migrantes, julgo necessário fazer um breve relato sobre a sua vida e principais obras.

3.1 SÃO JOÃO BATISTA SCALABRINI, PAI DOS MIGRANTES

Giovanni Battista Scalabrini²³ era um cidadão italiano que teve sua vida consolidada na fé e em ideais humanos, sociais e eclesiais inovadores. Ele viveu entre os anos de 1839 a 1905, lutava contra o tráfico de pessoas e desempenhou um importante papel na proteção dos migrantes italianos.

João Batista Scalabrini nasceu em 8 de julho de 1839 em Fino Mornasco, Província de Como, na Itália, era o terceiro filho do comerciante Luigi Scalabrini e de Colomba Trombetta e teve sete irmãos. Era um estudante exemplar, cursou o primário em Fino Mornasco, e o ginásio, em Como, no Liceu Volta. Na conclusão do ginásio, aos 18 anos, João Batista Scalabrini decidiu-se pela vida eclesiástica. Seus estudos seminarísticos foram custeados pela paróquia, uma vez que seus pais se encontravam em dificuldades financeiras devido ao fato de vários filhos seus estarem estudando (Rizzardo, 1974, p. 17).

Em 30 de maio de 1863 Scalabrini foi ordenado padre, recebendo a ordenação das mãos do bispo de Bérgamo, Dom Pedro Luís Speranza, em Como. Scalabrini

²³ Nome original de João Batista Scalabrini, tradução para o português por Baggio, 2020, p. 134. Nome que será referido nesse trabalho.

começou a desenvolver sua atividade apostólica em Fino Mornasco, tendo a caridade como centro de suas ações. Para isso fundou na sua paróquia a Pia União do Sagrado Coração de Jesus, para reavivar entre as pessoas o amor de Cristo (Rizzardo, 1974, p. 20).

Desde jovem sacerdote dedicava-se ao serviço daqueles que eram obrigados a deixar sua terra. Em 13 de dezembro de 1875 foi nomeado bispo de Piacenza, na Igreja da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos e, mais tarde, ficou conhecido como “Apóstolo dos migrantes”. Como bispo, escolheu São Carlos Borromeo para seu modelo e copiou-lhe a dedicação pastoral, fazendo seu caminho espiritual com muita radicalidade²⁴. No seu percurso como bispo, Scalabrini acompanhava o embarque de centenas de pessoas no porto de Gênova e sofria com a causa migratória, não só na sua diocese, mas em toda Itália e no exterior (Baggio, 2020, p. 134-135).

O episcopado de Scalabrini foi vinculado ao papado de Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio X (1903-1914) (Baggio, 2011, p. 145). Destaca-se que a relação com Leão XIII foi a mais duradoura: 25 anos. Segundo Baggio (2011) essa relação era de um lado conflituosa, porque na concepção do bispo era necessário dar uma resposta às questões emergentes da Igreja, mas por outro lado ele teve o apoio do Papa na sua missão junto aos migrantes.

As divergências entre eles situavam-se em relação ao posicionamento mais jurídico que no trabalho pastoral, como acerca da abstenção dos católicos às urnas, a pouca autonomia dada à imprensa na pastoral imediata e cotidiana (Baggio, 2011, p. 137).

No entanto, após a visita do Papa Leão XIII em 1885, a relação entre o bispo de Piacenza e o Pontífice ganhou mais confiança. O Papa percebeu a vontade do bispo em dispor seu serviço para reconstruir a Igreja sob o aspecto da religiosidade.

Segundo Baggio (2011) Leão XIII apoiou o trabalho desenvolvido por Scalabrini, o qual tinha objetivo de aproximar o governo da Santa Sé e a atenuação do decreto *Non Expedit*²⁵ para maior reconciliação com a obra para os migrantes (Baggio, 2011, p. 140).

²⁴ Site Scalabrinianas, 04/03/2023.

²⁵ Em 1868, através do decreto *Non Expedit*, o Papa Pio IX proibiu que os católicos italianos participassem de qualquer eleição.

Diante do que ele presenciava na estação ferroviária de Milão enquanto os migrantes embarcavam para as Américas, ele se encheu de questionamentos: o que devo fazer por eles? Como remediar isso?

Seu primeiro escrito específico sobre a migração foi “A migração italiana na América”, publicado em 1887. Segundo Baggio (2020) o livro traz as experiências vividas por Scalabrini juntos aos migrantes italianos, abordando a realidade migratória da época e causando muitas reflexões sobre o tema. Ele se tornou protagonista na conscientização migratória ainda no século XIX.

Scalabrini tinha conhecimento da realidade social e das leis migratórias italianas, o que foi de grande importância na busca de respostas para as crises migratórias, além de ajudá-lo a ter voz junto aos governantes do país, uma voz que nem sempre foi ouvida. Mesmo assim, ele não se calava diante do parlamento italiano e proferia suas ideias, conscientizando os bispos, sacerdotes e leigos que a Igreja não se ocupa só com a cura das almas, mas também com as questões sociais (Baggio, 2020, p. 140).

Através do que via, ouvia e das cartas que recebia dos migrantes, Scalabrini construiu e divulgou relatórios sobre a realidade migratória pelas Américas do Sul e do Norte, o que lhe deu autoridade para falar a partir de dados e fatos reais. É o que afirma Baggio (2020), autora de um trabalho intitulado “João Batista Scalabrini: observações e escritos sobre a migração”. Na visão da autora, Scalabrini era um homem entre vários mundos: do eclesial ao social, da política excludente à democracia, do mundo dos camponeses às altas rodas da sociedade eclesiástica.

Na busca por ajudar os migrantes, em 11 de janeiro de 1887 escreveu ao Cardeal Simeoni sugerindo constituir uma Associação de padres italianos, com o objetivo de prestar uma assistência espiritual nas Américas, acompanhando a partida e a chegada dos migrantes, ajudando a promover um futuro para eles, na medida do possível. Em 09 de fevereiro de 1887 o Cardeal Simione, respondendo-o, encarrega Scalabrini de elaborar um projeto sobre o assunto. Scalabrini envia o projeto à Santa Sé em 16 de fevereiro de 1887, no qual o bispo de Piacenza solicitava que fossem destinados sacerdotes, sem sede fixa, para os locais onde se encontravam os migrantes italianos. Estes deveriam incentivar a construção de igrejas, realizar e enviar ao responsável pela Pia Associação relatórios sobre condições observadas (Matiello, 2019, p. 71-72).

Alguns meses depois, Scalabrini solicita à Santa Sé autorização para constituir na sua diocese um instituto, com o objetivo de preparar os sacerdotes para o apostolado entre os italianos nas Américas.

A proposta foi aprovada pelo papa Leão XIII em 28 de novembro de 1887, tendo sido fundada a Congregação dos Missionários de São Carlos - Scalabrinianos²⁶. Para o bispo de Piacenza, a missão do clero e da Igreja é sair das sacristias e ir ao encontro do povo onde quer que ele esteja. Consciente de sua missão, Dom Scalabrini percebeu que a ação assistencial e por consequente o carisma da congregação não deveria ser restrito aos migrantes italianos e sim aos migrantes de toda e qualquer nacionalidade, conforme esclarece Marinucci (Entrevista, Marinucci, Brasília, 27/03/2023).

Com o objetivo de complementar a obra dos missionários de São Carlos, que já tinham como missão o atendimento aos migrantes italianos, foi fundado em 1895 o instituto feminino Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas (Matiello, 2019, p. 75). Escreve a autora que no ano de 1894, o Cônsul Geral italiano Geraldo Pio de Savoia descreveu a Scalabrini a situação dolorosa dos migrantes que desembarcaram em terras brasileiras.

Depois de suas visitas pastorais João Batista Scalabrini constatou que as principais causas da migração estavam na pobreza, atrelada à esperança de uma vida melhor. Como dito anteriormente, havia também o risco de abandono da fé e da religião pela ausência de sacerdotes nos locais de recepção dos migrantes.

Como relata Baggio (2011) na sua primeira audiência com o papa Pio X, em 23 de novembro de 1903, Scalabrini solicitou ao pontífice a permissão para visitar os migrantes italianos no Brasil. Por carta Pio X enviou a seguinte resposta:

Como lhe confirmei a viva voz, lhe confirmo por escrito, que convencido do bem feito pelo Senhor na primeira visita na América, ficarei contente se o Senhor puder retornar para servir de ajuda e de conforto aos nossos pobres emigrantes, com votos ardentes que Deus lhe acompanhe e lhe abençoe generosamente (PIO X apud BAGGIO, 2011, p. 142).

²⁶ Não temos a pretensão de aprofundar a pesquisa sobre a congregação masculina, indicam-se estudos sobre a congregação, escritos por Rizzardo (1981; 1974; 1990); Baggio (2011); Signor (1986).

No retorno da viagem de Scalabrini, o papa Pio X ouviu os relatórios sobre a viagem e as propostas com objetivo de organizar assistência religiosa aos migrantes de todas as nacionalidades (Baggio, 2011, p. 143). Scalabrini pôde observar o resultado de seu projeto destinado aos migrantes italianos nas visitas às missões tanto nos Estados Unidos (1901) como no Brasil (1904).

Em relação à visita ao Rio Grande do Sul, onde a missão Scalabriniana iniciou seu trabalho em 1896, o bispo observou com satisfação a organização da pastoral na sede central e a necessidade de ter mais missionários. No entanto, não havia como atender a tantas solicitações, mesmo que fossem importantes e urgentes.

A transcrição de um fragmento da obra de Scalabrini após suas viagens aos Estados Unidos e ao Brasil demonstra a visão do que ele tinha em relação ao fenômeno migratório:

Vi, espetáculo doloroso! Extinguir-se a fé em milhões de almas por falta de alimento espiritual (...). Vi reflorescerem populações inteiras, como uma primavera das almas sob o sopro de um santo apostolado, as práticas da vida cristã e as inefáveis esperanças da religião. Vi, numa palavra que se a Igreja de Deus, naquelas regiões, não tem maior importância do que tem agora, seja na direção da vida coletiva, seja na individual, se as almas se perderem aos milhões, deve-se, em grande parte, mais do que pela atividade, por grande que seja, dos inimigos da fé, à falta de um trabalho religioso bem organizado e bem adaptado a cada ambiente (= pastoral "específica"), e à falta de clero. Convenci-me de que é urgente prover e que é um erro grave, para não dizer culpa de nós todos à frente do governo da Igreja, deixar que se prolongue um estado de coisas, causa de tanta perda (= dano) nas almas e que diminua frente aos inimigos de Deus a importância social da Igreja Católica (FONGARO, 1998 apud MATIELLO, 2019, p. 76).

Scalabrini começou a adoecer quatro meses após sua visita ao Brasil, vindo a falecer em 1º de junho de 1905.

Em 09 de novembro 1997, o Papa João Paulo II declarou-o bem-aventurado. E em 9 de outubro de 2022, João Batista Scalabrini, bispo de Piacenza, conhecido como pai e apóstolo dos migrantes, foi reconhecido como santo pelo Papa Francisco.

Destaca-se que com objetivo de assistir os migrantes João Batista Scalabrini, criou uma pastoral que consistia na transmissão e conservação da fé. Inicialmente voltado exclusivamente para os italianos migrantes na Américas, posteriormente se abriu para os migrantes italiano no mundo, e finalmente passou a se ocupar com

migrantes de todas as nacionalidades. E dentro dessa realidade procurou meios de transmitir o evangelho e cumprir sua missão.

Foi através de conferências e textos em defesa do migrante, difundidos em todas as esferas da sociedade italiana que Scalabrini fez a conscientização da sociedade italiana da época sobre o tema da migração. Apesar de entender que pela imigração ou emigração os caminhos para o desenvolvimento do país se abririam, Scalabrini não deixava de se preocupar com os perigos materiais, morais e religiosos que os migrantes estavam expostos por entender que as migrações forçadas se configuram, em termos hediondos, em tráfico de pessoas, como exposto nos capítulos anteriores.

Frisa se que João Batista Scalabrini fundou três instituições religiosas ao longo de sua caminhada episcopal. A instituição masculina (1887) foi denominada Missionários de São Carlos, a feminina (1895) Missionárias de São Carlos, e a dos(as) leigos(as) (1889) denominada de Sociedade de São Rafael. Todas tendo como tarefa e carisma assistir os migrantes. Apesar de Scalabrini ter falecido meses após apresentar seu projeto ao Papa, suas ideias contribuíram para a organização da pastoral migratória da Igreja.

O carisma Scalabriniano convoca a pessoa devota a viver como viveu São João Batista Scalabrini, numa intensa vida de união com Deus pela oração (dimensão vertical do carisma), e a um fecundo serviço aos migrantes e refugiados que mais necessitam da atenção dos seus missionários e missionárias (dimensão horizontal do carisma).

Segundo a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Vita Consecrata* o carisma de um grupo religioso, ou seja, a identidade de um instituto ou congregação religiosa cristã, deve mostrar uma face da identidade de Jesus Cristo atualizada a uma necessidade temporal (*Vita Consecrata*, n. 36). Assim, tivemos no franciscanismo, por exemplo, uma espiritualidade que contemplava a face do Cristo pobre em meio a setores do clero e da nobreza do século XII que viviam na opulência e no luxo, indiferentes aos mais pobres. Da mesma forma, segundo os documentos da Congregação Scalabriniana, se evidencia hoje a face do Cristo migrante num contexto onde é notória a deficiência na assistência das pessoas em situação de vulnerabilidade. A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas nasceu da ação específica de Scalabrini em favor dos migrantes, com seu empenho pessoal e reunindo colaboradores e continuadores de sua obra.

No próximo tópico apresentaremos uma síntese histórica sobre a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas.

3.2 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS

A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas foi fundada sob o legado de São João Batista Scalabrini e tem como missão o cuidado e apoio aos migrantes. Segundo Baggio (2011) a obra dos missionários era considerada incompleta por Scalabrini, devido não contar com a presença de religiosas, especialmente no sul da América. Inicialmente, a intenção era que as irmãs tivessem um estilo de vida semelhante ao das dioceses francesas, vivendo em pequenas comunidades, dedicando-se ao catecismo, ministrando o ensino elementar e, se possível, assistindo aos doentes.

A fundação ocorreu em 25 de outubro de 1895, com a confirmação dos votos religiosos, entrega de crucifixo e envio das primeiras missionárias.

Conforme a Figura 1, apresentada a seguir, da esquerda para a direita, as primeiras missionárias foram: Angelina Meneguzzi, Angela Larini, Assunta Marchetti, Camila Dal Ri, Clarice Baraldi e Maria Franceschini.

Figura 1. Primeiras missionárias da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo- Scalabriniana



Fonte: Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (2014, p. 30).

Afirmam os autores Rosa et al. (2020) que o padre José Marchetti, missionário scalabriniano, foi o responsável por preparar, reunir e apresentar Dom Scalabrini às missionárias. O padre José Marchetti, cofundador da congregação, contribuiu imensamente para manter o espírito de generosidade missionária scalabriniana dos primeiros membros da congregação feminina.

A primeira sede da comunidade das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo no Brasil foi o orfanato Cristóvão Colombo, no Ipiranga, em São Paulo. Cuidar dos órfãos ali acolhidos foi a primeira missão das irmãs Scalabrinianas no Brasil.

A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos - Scalabrinianas estava ligada diretamente aos padres scalabrinianos e relacionada à migração italiana. Os padres serviam de referência e eram os mantenedores da missão, que tinha inicialmente, para além de fortalecer a fé católica, a intenção de enaltecer a cultura e o patriotismo italianos. Esse objetivo era buscado tanto pelos padres como pelas irmãs das congregações scalabrinianas com a abertura de escolas confessionais católicas. As missionárias foram aprendendo a ser religiosas, servas dos órfãos e abandonados do exterior, como eram reconhecidas no início enquanto realizavam sua missão (Matiello, 2019, p. 113).

Apesar das dificuldades enfrentadas nos inícios, a partir de 1910 a congregação se expandiu para a região meridional do país. Nesse período houve também a abertura de diferentes obras sociais, educacionais e na área da saúde (MSCS, 1965, p. 12).

Apesar de atuarem nos orfanatos e na assistência à saúde, o reconhecimento pela Santa Sé só ocorreu 39 anos depois da fundação. Conforme escrevem os autores Rosa et al. (2020) o decreto de Pio XI, de 13 de janeiro de 1934, aprovando em *ad experimentum* por sete anos as novas constituições, legitimou a congregação como instituto religioso de direito pontifício. As irmãs da congregação foram reconhecidas pela Igreja e se comprometeram a progredir em todas as virtudes, dedicando-se às obras de caridade.

As missionárias vieram para o Brasil para atender as necessidades provenientes da questão migratória, posteriormente se dedicaram à educação e à saúde que é uma necessidade do meio social no qual elas estavam inseridas.

Seguiu-se uma expansão da congregação que levou as irmãs, segundo Rosa et al. (2020) a iniciar em 1936 uma missão no seu próprio local de partida, Piacenza.

Em 1941 iniciou-se uma missão nos Estados Unidos. A sede geral, que estava no Brasil, foi transferida para Roma em 1960, onde permanece até hoje. A sede da congregação está vinculada a vários projetos em prol das questões migratórias.

Após o Concílio Vaticano II as constituições foram renovadas, entrando em vigor *ad experimentum* no Natal de 1971 e sendo aprovadas no dia de Scalabrini, 1º de junho de 1985. Entre 1969 e 1971, seguindo o espírito do Concílio, houve um esforço de reinterpretação e releitura do carisma original, voltando-se a colocar o acento e a opção pelo serviço pastoral junto aos migrantes e suas nacionalidades (Rosa et al, 2020, p. 16). Sobre a mudança na constituição da congregação esclarece Marinucci:

Foi uma mudança interna, que aconteceu na segunda metade do séc. XX, por que eu sei o momento que eles se deram conta que o carisma não era apenas [de trabalhar] com os italianos, era com todo tipo de migrante. E essa foi a mudança, a migração continuou, só que antes estava limitada a um tipo de pessoas, uma nacionalidade, como se fosse uma congregação para os italianos e de repente era para todos os migrantes. Enfim, a congregação acredito, também acompanha as mudanças que acontece na Igreja Católica, e em muitos aspectos também teve mudanças, mas não sei muito... um pouquinho da história da congregação eu conheço. Mas, com certeza a preocupação pelos migrantes, pela ação social se fortaleceu muito depois do Concílio Vaticano II, reconhecem a importância do trabalho social, muito mais que antes, como parte da missão evangelizadora da igreja que não é só converter pessoas, é mesmo lutar pela justiça social, pelos direitos humanos. Então isso a congregação pegou muito disso e colocou no carisma em relação da questão migratória (Entrevista, Marinucci, Brasília, 27/03/2023).

Houve também a recuperação do valor profundo de alguns elementos presentes na história da congregação, como a palavra latina *Humilitas*²⁷, elemento determinante na vida de Scalabrini, o qual por sua vez, havia recebido de São Carlos Borromeo, o patrono por ele escolhido para as Congregações. Scalabrini entregou o lema *Humilitas* para os missionários e missionárias, assumindo o compromisso de construir o Reino de Deus no mundo dos migrantes, especialmente dos mais pobres e necessitados.

²⁷ Traduzido do latim *Humilitas* significa humildade. O lema escrito em letras góticas pretas, apareceu pela primeira vez por volta do ano de 1445 e tornou-se o lema de São Carlos Borromeo. Para ele, essa é a atitude fundamental do ser humano diante de Deus e das demais pessoas. "As almas se conquistam de joelhos", dizia ele.

Tal atitude de humildade e serviço está expresso no brasão das Irmãs Scalabrinianas.

Figura 2: Brasão da Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas



Fonte: Site Scalabrinianas – Província maria, Mãe dos Migrantes

Nas palavras da Irmã Neusa de Fátima Mariano, Superiora Geral da Congregação, por ocasião da abertura da X Assembleia Geral das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo (Scalabrinianas)²⁸, o logotipo representa um estilo de vida e uma forma de agir. Afirmou ainda que se instaura um tempo particular de graça na Congregação, um tempo favorável de revitalização e busca de novas perspectivas (IMDH, 2023).

Atualmente a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos está presente em 27 países e conta com aproximadamente 600 irmãs. Para desenvolver melhor sua missão a comunidade está dividida em províncias e regiões de missão²⁹. Além da sede em Roma, a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos possui, ao todo, seis províncias, com suas respectivas sedes administrativas: Piacenza (Itália), Illinois (Estados Unidos da América), São Paulo (SP), Várzea Grande (MT), Porto Alegre (RS) e Caxias do Sul (RS).

No desenvolvimento das ações sociopastorais as Scalabrinianas reconhecem os migrantes como sujeitos e protagonistas de suas próprias histórias. Os serviços prestados pelas irmãs nos Centros de Atendimento, promovem a participação dos migrantes na sociedade de acolhida, preservam o seu patrimônio cultural e religioso, defendem a sua dignidade e os seus Direitos Humanos em vista do Reino de Deus, que é justiça e amor. Em Brasília o serviço de atendimento ao migrante vinculado às Irmãs funciona no Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

Segundo a diretora do IMDH, Ir. Rosita Milesi, a expectativa, em relação ao trabalho realizado no instituto, sempre foi a de ajudar migrantes e refugiados a terem

²⁸ X Assembleia Geral das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo (Scalabrinianas), realizada de 16 a 29 de janeiro de 2023 em Caxias do Sul/ RS.

²⁹ Site Scalabrinianas, 03/03/2023.

sua condição de residência legal no Brasil, de poderem trabalhar, de terem acesso aos serviços e benefícios públicos como cidadãos vivendo com dignidade (Entrevista, Irmã Rosita, Brasília, 25/02/2023).

O trabalho voltado a pessoas em situação de grande vulnerabilidade realizado no IMDH será o objeto do próximo tópico de nosso estudo.

3.3 O IMDH - HISTÓRIA E ATUAÇÃO

O carisma do bispo Scalabrini, chamado e conhecido por “Pai dos migrantes”, permanece vivo, no sentido da acolhida e inserção do migrante na sociedade receptora, e perdura nas ações da Congregação Scalabriniana no apoio aos migrantes e refugiados no Brasil e no mundo.

Conforme declara Irmã Rosita, as Irmãs Scalabrinianas ao longo da história congregacional se dedicaram a servir através da educação, da ação social-pastoral, da pastoral da saúde e da catequese, em especial em favor dos migrantes e refugiados (Entrevista, Irmã Rosita, Brasília, 25/02/2023).

O IMDH é uma organização não-governamental com sede na Quadra 7 – Conjunto C – Lote 1 – Vila Varjão – Lago Norte, em Brasília/ DF. Como instituição da Congregação das Irmãs Scalabrinianas, rege-se pelos mesmos princípios que motivaram a criação da própria Congregação e atua voltado à população migrante refugiada, com especial atenção às mulheres e crianças. O Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) é uma instituição social, filantrópica. Foi fundado em 1999 e está vinculado à Fundação Scalabriniana sediada em Roma.

Considerando o legado deixado por Dom Scalabrini, fundador das congregações scalabrinianas, o Instituto tem a missão de promover o respeito à dignidade e valor dos migrantes, refugiados e pessoas em situação de maior vulnerabilidade, defender o reconhecimento de sua cidadania, atuando na defesa de seus direitos, na assistência jurídica, social, humanitária e religiosa, em sua integração na sociedade e inclusão em políticas públicas (IMDH, 2020).

Segundo o depoimento colhido:

O instituto atua no atendimento a migrantes e refugiados em diversas áreas: sócio assistencial, na inserção comunitária e econômica, na documentação e orientação jurídica, na inclusão escolar das crianças

e adolescentes, e outros aspectos, dentro de suas possibilidades. O IMDH dedica-se também à promoção da defesa dos direitos humanos, implementação de políticas públicas e articulação das redes de entidades sócio assistenciais (Entrevista, Irmã Rosita, Brasília, 25/02/2023).

Segundo a congregação das Irmãs Scalabrinianas Missionárias (sigla MSCS), seu trabalho surgiu da convicção espiritual e do desejo de reconhecer Cristo na pessoa do migrante. As irmãs se dedicam ao trabalho com as pessoas em situação de vulnerabilidade, refúgio e migração no Brasil, onde a congregação se difundiu inicialmente, em seguida expandindo-se na Europa (1936), na América do Norte (1941) e, nas últimas décadas, em outros países da América Latina, na Ásia e na África.

[...] Diante da triste realidade que o Bispo de Piacenza via e do sofrimento dos emigrados, teve grande sensibilidade e em 25/10/1895 fundou nossa Congregação Scalabriniana com a missão específica que hoje as Irmãs buscam realizar e viver (Entrevista, Irmã Rosita, Brasília, 25/02/2023).

Milesi afirma que embora nascida na Itália, a Congregação desenvolveu sua atuação no Brasil, onde atuou durante os 40 anos iniciais. Somente em 1936 estendeu sua atuação na Itália e depois para outros países europeus.

Diante da necessidade de organizar e fundar uma instituição específica para atender diretamente os migrantes e refugiados, em 1999 um grupo de religiosos (Irmã Rosita Milesi, Maria Luiza Shimano e Pe. Virgílio Leite Uchoa) fundou o Instituto de Migrações e Direitos Humanos. A instituição surgiu para ser uma presença atuante nessa causa e oferecer sua contribuição na reflexão, sensibilização da sociedade e ação em defesa dos direitos humanos de migrantes e refugiados (IMDH, 2019).

Sobre a escolha do local para sediar o IMDH, a diretora da instituição respondeu que não houve uma decisão prévia de instalar o IMDH em Brasília. Foi a necessidade, a grande demanda de migrantes e refugiados que buscavam apoio de alguma instituição do governo em Brasília, que levou os membros fundadores a criar o IMDH, mediante autorização da Superiora Provincial da época (Entrevista, Irmã Rosita, Brasília, 25/02/2023).

Atuando a curto e médio prazo, o instituto responde às demandas emergenciais e à necessidade de integração social. Como por exemplo, a inserção

dos migrantes no mercado de trabalho, proporcionando aos assistidos um curso de língua portuguesa e a realização de entrevistas de emprego.

Já a longo prazo o IMDH se esforça por acompanhar e promover a formulação de leis e de políticas inclusivas, como: 1) acompanhar e atuar em favor da implementação da nova Lei de Migração; 2) defender políticas e direitos adquiridos, juntamente com outras organizações da sociedade; 3) defender e colaborar com medidas que favoreçam a integração social, educacional e laboral de pessoas migrantes e refugiadas no Distrito Federal; 4) manter-se atuante e vigilante em relação à resposta do Governo Federal a fluxos migratórios decorrentes de crises humanitárias; 5) atuar junto a instâncias administrativas, Conselhos e entidades parceiras em favor de políticas públicas e de acesso às políticas vigentes; 6) participar de audiências públicas e do trabalho de sensibilização de tomadores de decisão a respeito do tema das migrações e refúgio; e 7) propiciar aos coletivos de migrantes capacitação e apoiar seu protagonismo.

Uma das parcerias do IMDH é com a Associação de Voluntários para Serviços Internacionais (AVSI). Essa parceria visa, através do Centro de Acolhida Casa Bom Samaritano, promover a integração por meio do emprego de refugiados e migrantes venezuelanos interiorizados e outras pessoas vulneráveis no Brasil, com especial atenção às mulheres, crianças e pessoas em situações de maior vulnerabilidade, com atuação em Brasília. Fruto da parceria entre o IMDH e a Cáritas Arquidiocesana de Brasília, em 25 de julho de 2022 foi entregue à comunidade de etnia Warao a Cartilha Multilíngue de comunicação básica. A cartilha foi produzida em quatro idiomas (português, espanhol, E'ñpa e Warao).

Também em 25 de julho de 2022 foi entregue à comunidade de etnia Warao a Cartilha Multilíngue de comunicação básica. A cartilha foi produzida em quatro idiomas (português, espanhol, E'ñpa e Warao).

Figura 3: Entrega de material didático à comunidade de etnia Warao



Fonte: IMDH, Boletim Semanal, 29/07/2022.

Os membros do IMDH agem motivados pelo desejo e compromisso de incidir, enquanto parte da sociedade civil, na formulação de políticas voltadas à população refugiada, de modo a contribuir na construção de seus direitos e deveres, e em sua plena inserção na sociedade e na vida cidadã (Milesi; Andrade, 2015, p. 176).

Entende Irmã Rosita que o maior desafio enfrentado pelo IMDH está em atender a demanda de apoio socioassistencial. Ela frisa ainda que a instituição é referência para muitas comunidades de migrantes e refugiados, o que leva à crescente busca por apoio de pessoas em situação de alta vulnerabilidade social, por isso a procura sempre é maior que as capacidades estruturais da instituição.

Em 2021, apesar das dificuldades enfrentadas, foi possível atender diretamente 14.710 pessoas – migrantes internos, imigrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas. No ano de 2021, segundo dados do relatório anual do IMDH, foram atendidos 1.037 crianças e adolescentes. Esse número representa 29% do total de solicitantes de refúgio, refugiados e imigrantes atendidos no referido ano, com o contingente de 8 funcionários. Maior desafio do ano foi a continuidade do ensino remoto que se prolongou até o dia 3 de novembro de 2021, ou seja, por quase todo o

ano letivo de 2021 muitas crianças migrantes e refugiadas não tiveram acesso às aulas remotas e, sem outra opção, se ausentaram das atividades letivas por não disporem de computadores, smartphones e internet.

Assim, o instituto desenvolve programas voltados para atenção às vítimas, apresenta e informa sobre essas causas sociais e humanitárias e a atividades realizadas juntamente com outras entidades, para evitar retrocessos na proteção de direitos e políticas públicas em relação a refúgio, migração e direitos humanos. O IMDH realizou em 2021, por exemplo, reuniões com a Pastoral do Migrante, com a Rede Clamor, com membros da CNBB e do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), audiência pública sobre a crise migratória em Boa Vista/ RR e diversas reuniões com o Comitê Técnico do Projeto ONU Mulheres, entre outros (IMDH, 2021). A Rede Clamor foi implementada no Brasil em 2020 e pode ser definida como um espaço de articulação de serviços que a Igreja Católica tem realizado na área da migração, do refúgio e do enfrentamento ao tráfico de pessoas, e está diretamente ligada ao CELAM (UNDOC, 2020, p. 57).

Segue abaixo um demonstrativo dos projetos desenvolvidos anualmente pelo IMDH:

Figura 4: Projetos do IMDH em 2022

**QUADRO SÍNTESE NO QUE SE REFERE A BENEFICIÁRIOS
NOS PROJETOS DO IMDH EM 2022**

	Projeto	Pessoas beneficiadas
PROGRAMA I – ATENDIMENTO, PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO		
1	Acolhida, integração e assistência a pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas	3.193
2	Imigrantes: defesa de direitos e documentação	412
3	IMDH Solidário, em Roraima: atenção a mulheres e crianças	7.413
4	Integração Comunitária e Econômica	1.104
5	Migrantes internos: documentação e orientações	34
6	Ação Pastoral da Mobilidade Humana	Critério não é numérico
7 e 7A	Crianças sem fronteiras: bebês a caminho e Kit Angel Gabriel	4.155
PROGRAMA II – INCIDÊNCIA, ARTICULAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO		
8	Incidência por políticas públicas e acesso dos imigrantes e refugiados às políticas existentes	Critério não é numérico
9	Apoio e fortalecimento da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados	Critério não é numérico
10	Mídia, publicações, eventos e aportes à qualificação do debate público.	Critério não é numérico
PROGRAMA III - ACORDOS, CONVÊNIOS E PARCERIAS DO IMDH COM ENTIDADES DIVERSAS		
TOTAL de Pessoas atendidas		11.052*

* O número de pessoas atendidas é a soma dos Projetos 1, 2, 3 e 5 totalizando 11.052 pessoas atendidas e diretamente beneficiadas. Os demais projetos são dirigidos a pessoas já registradas e contabilizadas ou o alcance não é mensurável numericamente.

Fonte: IMDH, 2022.

Devido à capacidade de estabelecer canais de diálogo, o IMDH transcende as relações com organizações da sociedade civil e fomenta o diálogo com órgãos internacionais e governamentais, possibilitando assim influenciar e garantir a defesa dos direitos humanos dos imigrantes e refugiados em diferentes níveis de governo, além de conseguir novos acordos de parceria.

Entretanto, existem também dificuldades a serem enfrentadas. Nem todos os convênios ou entidades parceiras custeiam mão de obra ou recursos humanos. Muito se trabalha com um pequeno contingente de pessoas, desproporcional às necessidades e demandas. Atualmente em Brasília o IMDH conta com apenas 9 funcionários, que atuam de forma direta na assistência aos refugiados, na sede do

instituto. Um deles coordena o serviço de voluntários na Casa Bom Samaritano. Mesmo em meio a tantos desafios, o IMDH e os seus colaboradores mantiveram a determinação na missão que assumiram.

O quadro de funcionários e de voluntários também foi consultado por meio de entrevista para a coleta de dados para o presente trabalho (anexo III). Quando questionados sobre quais seriam as dificuldades enfrentadas nas atividades voltadas às pessoas em situação de mobilidade, as respostas foram quase unânimes em afirmar que as diferenças culturais, linguísticas e a própria situação de vulnerabilidade dos migrantes em si são as maiores dificuldades.

Existem, além disso, aquelas dificuldades que derivam dos próprios funcionários e colaboradores, tais como falta de tempo e muitas vezes a falta de preparo emocional para trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade. Segue um relato colhido através do questionário:

[...] é importante criar uma “barreira emocional” para não se afetar demais com as situações que são vistas, de forma que ainda acha uma sensibilidade e um auxílio, mas que o voluntário/funcionário não se paralise e se prejudique pois “se envolveu demais” nos casos testemunhados (Entrevistado 3, Brasília, 2022).

Das respostas obtidas da pergunta feita sobre a espiritualidade e a religião dos colaboradores do IMDH, encontramos entre os nove colaboradores 2 católicos, um espírita e um judeu. Embora de crenças religiosas distintas esses membros do IMDH comungam do mesmo empenho e desejo de ajudar pessoas em vulnerabilidade, em particular migrantes e refugiados. A partir do questionário percebe-se ainda que as respostas convergem para a importância da espiritualidade como auxílio para as pessoas assistidas no IMDH. Conforme relatos desses colaboradores, “a dimensão espiritual pertence a todas as pessoas e promover ações que despertem essa dimensão gera contribuição, pois fortalece, gera resiliência e atribui sentido às coisas vividas”³⁰. Ou ainda como respondeu outro colaborador:

A religião contribui principalmente devido aos seus ensinamentos, ela prega a importância do indivíduo ser uma pessoa melhor e sempre pregar o amor ao próximo independente de classe, nacionalidade,

³⁰ Resposta do entrevistado 2 ao questionário de pesquisa.

orientação sexual etc. Além disso, a espiritualidade também faz com que uma pessoa passando por uma situação difícil tenha aonde buscar forças para seguir em frente e superar as dificuldades. Dessa forma, a religião tem o poder de desenvolver a fé e a força nos assistidos das instituições (Entrevistado 3, Brasília, 2022).

Embora haja tais dificuldades, os colaboradores se mostraram motivados no trabalho realizado no IMDH, cientes dos sofrimentos e das dificuldades enfrentadas pelos assistidos. Alguns dos colaboradores citaram um interesse antigo por questões humanitárias, com participação em outros projetos. Notei que existe um elo solidário que liga colaboradores e assistidos, e que faz ambos os grupos superarem as dificuldades.

Durante o ano de 2020, um ano atípico devido a pandemia da COVID 19, as dificuldades enfrentadas foram muitas, em várias circunstâncias e em todo mundo. A atuação do IMDH no enfrentamento ao tráfico de pessoas concentrou-se em participar de debates sobre a temática, em colaborar com o projeto “ATENÇÃO Brasil: fortalecendo a capacidade do governo brasileiro no combate ao tráfico de pessoas”, pois o crime não diminuiu durante o confinamento social.

A proposta do IMDH é participar e colaborar com iniciativas governamentais e da sociedade civil voltadas ao enfrentamento ao tráfico humano, contribuir na informação e sensibilização da sociedade a respeito do tema, afim de que mais pessoas atuem na prevenção e denúncia de casos de tráfico. Como citei no primeiro capítulo, ainda é difícil conceituar o tráfico humano, e a subnotificação dos casos dificulta o combate desse crime. O IMDH procura por meio desse projeto alcançar o maior número possível de pessoas na sociedade, atender os casos de vítimas de tráfico humano no DF que forem encaminhadas ou identificadas pelo IMDH.

Sobre as dificuldades do processo migratório durante a pandemia da COVID-19 escreve Milesi:

Nesta jornada, sempre marcada pelas dificuldades do processo migratório, agravada pelas circunstâncias atípicas e graves de 2020, refugiados e migrantes carregam marcas e passam por necessidades e carências que só a fé, a esperança e muita solidariedade podem suavizar. Incansável foi a generosidade e imensa a dedicação dos colaboradores, voluntários/as, Irmãs da comunidade, amigos e amigas (MILESI, 2020).

Nota-se aqui um traço marcante da espiritualidade scalabriniana dos religiosos envolvidos em gestos concretos de engajamento.

Ante o exposto, perguntei à Irmã Rosita por que a Igreja Católica assumiu um trabalho com migrantes e pessoas traficadas. Afirma a irmã scalabriniana que a Igreja sempre esteve atenta às necessidades do povo e sobretudo, disposta a atuar em prol de condições de dignidade de todo o ser humano, principalmente dos mais pobres e desprovidos de recursos que lhes possibilitem viver humana e espiritualmente bem.

Para a Irmã, as Scalabrinianas devem manter-se fiéis ao carisma e atentas aos desafios da mobilidade, acolher a proposta da Igreja, colocando-se a serviço dos que estão envolvidos no drama do fenômeno das migrações, sendo sinal da ternura de Deus e testemunho particular do mistério da Igreja, motivadas pelas palavras do Evangelho: “Eu era migrante e vocês me acolheram” (Mt 25,35).

Nesse mesmo sentido, Marinucci em entrevista à presente pesquisa afirmou que “a congregação acompanha em muitos aspectos as mudanças da Igreja [...] com certeza a preocupação pelos migrantes, pela ação social, se fortaleceu muito depois do Concílio Vaticano II” (Entrevista, Marinucci, Brasília, 27/03/2023). E complementou: “[Os Scalabrinianos] reconhecem a importância do trabalho social muito mais do que antes, como parte da missão evangelizadora da Igreja, que não é só converter pessoas, é mesmo lutar pela justiça social, pelos direitos humanos”.

Os programas desenvolvidos no IMDH têm o objetivo de oferecer ao refugiado e migrante a oportunidade de fazer parte da vida social, econômica e cultural do local de chegada como se fosse um nativo. Isso só é possível através de um processo multidisciplinar que vise o acolhimento e a integração cultural dos migrantes. Assim como integração, os direitos e cidadania também são conceitos amplamente discutidos e trazem à tona diferentes perspectivas de análise e evocam conceitos como identidade e nacionalidade (Hall, 2005).

Vale ressaltar que a integração num contexto social dá ao refugiado/ migrante a oportunidade de utilizar os recursos que já traz consigo e expandir sua identidade por meio da aquisição de novos conceitos. A comunidade receptora também valoriza as contribuições trazidas pelo imigrante, além de buscar entender e respeitar suas condições e cultura. Como um exemplo dessa interação possível, cito festas comemorativas realizadas na Casa Bom Samaritano³¹.

³¹ Centro de acolhida a refugiados venezuelanos.

Figura 5: Festa junina de 2022



Fonte: CBS, 2022.

Na figura acima, os colaboradores, voluntários e os acolhidos da CBS na festa junina de 2022. Todos participam dos preparativos dos eventos realizados conforme a data comemorativa (carnaval, festa junina e natal). Nessas ocasiões se serve a culinária dos dois países e há apresentações de danças e músicas venezuelanas. Na figura abaixo, temos a apresentação de dança venezuelana realizadas por filhos de venezuelanos no natal de 2022.

Figura 6: Apresentação de Natal 2022.



Fonte: CBS, 2022.

A interação cultural é grande, reforça-se o respeito e o interesse pela cultura de cada país. Em um esforço conjunto na busca pelo entendimento mútuo, respeitando as identidades previamente formadas, reconhece-se a humanidade comum de migrantes e nacionais, ao mesmo tempo em que se promove e valoriza a diversidade cultural da sociedade acolhedora (Coury; Rovey, 2012, p. 105).

Nesse sentido o entrevistado 5 afirma: “É importante trabalhar não apenas a integração laboral, mas outros aspectos da vida do migrante [...] que visem a integralidade do ser humano e a sua potencialidade”.

Na sequência, vamos discorrer sobre o centro de acolhida Casa Bom Samaritano. Reitero que o centro de acolhida está sob direção da AVSI Brasil, com a participação e parceria do IMDH. Ademais, foi na CBS que desenvolvi parte da pesquisa de campo e onde atuo como colaboradora voluntária. Notadamente observo no desenvolvimento das atividades da CBSA a presença do carisma scalabriniano e o amor ao próximo.

3.3.1 CENTRO DE ACOLHIDA CASA BOM SAMARITANO

Conforme dito no início desse trabalho, o desejo de contribuir ativamente em prol das pessoas em situação de vulnerabilidade provocou em mim o desejo de estudar e aprimorar o conhecimento sobre a temática das migrações.

No ano de 2021 tomei conhecimento através do site do IMDH que o instituto, em parceria com a AVSI Brasil, havia inaugurado em Brasília o centro de acolhida para refugiados venezuelanos, a Casa Bom Samaritano, e estava desenvolvendo o Projeto Acolhidos por meio do trabalho³². A Casa Bom Samaritano está localizada na região administrativa do Lago Sul de Brasília/ DF, em um imóvel cedido pela CNBB. Na figura 7 podemos observar que o prédio é bem amplo e ventilado.

Figura 7: Casa Bom Samaritano



Fonte: IMDH, 2021

Imediatamente me inscrevi no processo seletivo para voluntários, mas não fui selecionada na primeira turma. Não desisti e me inscrevi novamente em 2022. Juntamente com outros 06 voluntários fui selecionada e passei por um treinamento administrado pelos colaboradores efetivos do centro de acolhida. Desse modo, desde fevereiro de 2022 venho contribuindo voluntariamente nas ações relacionadas à saúde e valorização pessoal dos acolhidos. Sob a supervisão da Assistente de saúde,

³² O Projeto Acolhidos por Meio do Trabalho tem o objetivo de melhorar o acesso ao trabalho formal para refugiados e migrantes venezuelanos e para a população brasileira mais vulnerável. O projeto busca facilitar a integração socioeconômica de refugiados e migrantes venezuelanos que estão em Roraima, com a realocação voluntária (interiorização) para outros estados do Brasil.

família e espiritualidade, Milena de Jesus Nunes, realizo controle de vacinas dos acolhidos. Acompanho-os em consultas e na realização exames médicos.

O centro de acolhida conta com voluntários nas mais diversas áreas de atuação, tais como pedagógica, psicossocial, lazer e documental.

O relatório anual do IMDH de 2021 informa que entre as atividades e serviços prestados pelo IMDH através da atuação direta com a equipe da AVSI estão:

- Apoio e monitoramento das atividades do centro, em conjunto à Coordenação e equipe da AVSI Brasil;
- Promoção e capacitação do voluntariado;
- Realização de atendimentos para regularização migratória;
- Promoção de atividades de formação;
- Apoio na assistência social e no diálogo estruturado com os beneficiários;
- Participação na elaboração das orientações internas e estruturação dos serviços da Casa Bom Samaritano;
- Promoção de oficinas de formação para as equipes da AVSI e do IMDH;
- Acompanhamento de casos de proteção;
- Preparação para entrevista de emprego, encaminhamento para curso de português e elaboração de currículo;
- Preparação de subsídios sobre Migrações e Refúgio;
- Campanhas de alimentos e itens para crianças em apoio às famílias acolhidas;
- Busca e indicação de postos de trabalho para a inserção laboral de ao menos um membro de cada família acolhida no Centro.

Todas as atividades desenvolvidas na Casa Bom Samaritano têm como meta a integração social dos acolhidos. As famílias venezuelanas são recebidas por um tempo determinado, 90 dias. O centro de acolhida funciona no modelo de cogestão, desenvolvido a partir das experiências da metodologia APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. A cogestão é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo, os acolhidos colaboram na manutenção e tarefas do centro (IMDH, 2021).

Durante o período de permanência as famílias recebem suporte psicossocial, religioso e material. Nesse período pelo menos um membro da família é inserido no mercado de trabalho, com carteira assinada, para que possa manter a si e seus

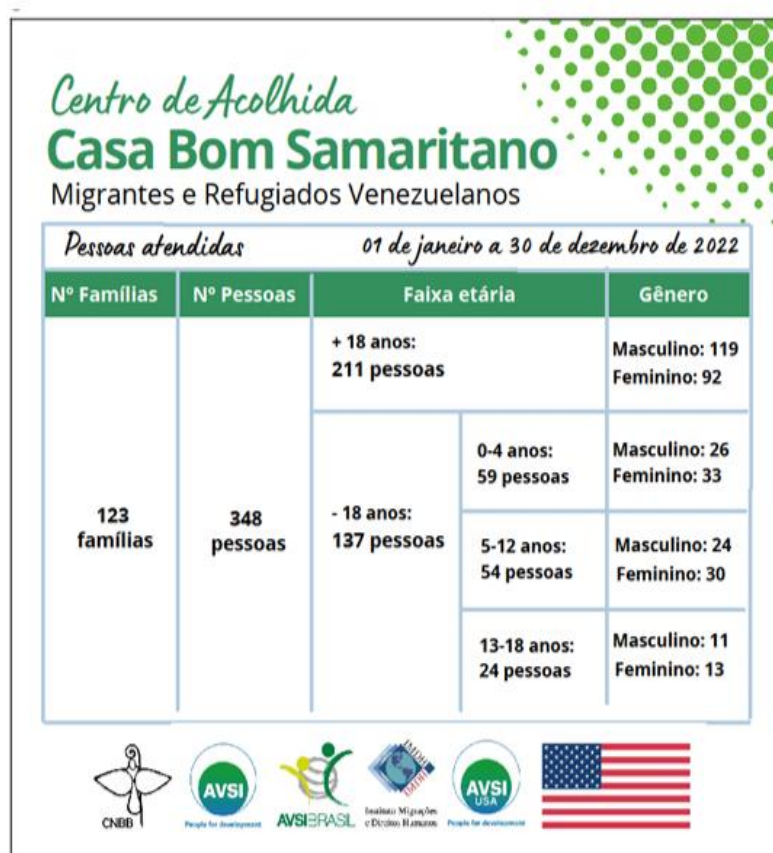
familiares futuramente. Dentro do possível, as crianças são matriculadas em instituições de ensino.

Para a manutenção do espaço físico, conta-se com recursos financeiros recebidos do Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM) do Departamento de Estado dos EUA. Também contamos com o apoio institucional da Casa Civil da Presidência da República, da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Rede Brasil do Pacto Global e de entidades da sociedade civil que atuam na temática do refúgio e da migração (IMDH, 2023).

Em três anos de atividade cerca de 340 pessoas já foram acolhidas no espaço – dessas, 75 pessoas foram admitidas para trabalhar em 20 empresas parceiras na região do Distrito Federal e nos estados de São Paulo e Goiás (CBS, 2023).

Na figura abaixo trazemos o quantitativo de atendimentos realizados na CBS em 2022.

Figura 8: Atendimentos da CBS em 2022



Fonte: Registros da Casa Bom Samaritano

A Casa Bom Samaritano é um espaço novo, inaugurado em 2021 e ainda pouco conhecido da comunidade. O centro está localizado em uma área onde se concentra várias embaixadas. No intuito de promover o espaço e as ações do projeto, pretende-se desenvolver uma série de atividade para aproximar pessoas que atuam em embaixadas e seus familiares, iniciando pelos que vivem mais próximos e, posteriormente, ampliar os encontros para receber outros grupos, alargando as relações que com certeza serão benéficas tanto para os refugiados e migrantes, quanto para a comunidade local, no enriquecimento cultural que decorre destas relações, explica Irmã Rosita (IMDH, 2023).

Na homilia³³ da missa de canonização do beato João Batista Scalabrini, realizada em 9 de outubro de 2022, o Papa Francisco afirma que assim também era a forma pela qual Scalabrini via o migrante: “Scalabrini olhava mais além, olhava lá para mais diante, para um mundo e uma Igreja sem barreiras, sem estrangeiros” (FRANCISCO, 2022).

É fácil compreender desse modo que o carisma e a identidade da Congregação Scalabriniana estão presentes no serviço realizado pelo IMDH aos migrantes e refugiados. A realidade percebida na estação de Milão por Dom Scalabrini foi um marco específico na história e, no entanto, apontava para uma realidade à qual a Igreja deveria responder com urgência. Dificuldades sempre existiram, tanto na acolhida aos migrantes como no enfrentamento dos crimes contra as pessoas em condição de vulnerabilidade.

Por analogia, temos atualmente muitas estações, portos e fronteiras. O tempo passou, vieram outros migrantes além dos italianos, trazendo com eles novos desafios e novas necessidades urgentes. Entretanto, o carisma da congregação dos Scalabrinianos permaneceu ativo e soube adaptar-se às mudanças históricas, sociais e eclesiais. A atuação dos membros do IMDH demonstra que eles e elas se esforçam para se adaptar aos novos tempos e continuar acompanhando os novos migrantes.

³³ Site do Vaticano, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo dessa pesquisa apresentamos como a religião e a mobilidade humana estão interligadas e como sua influência mútua tem sido significativa ao longo da história.

Frequentemente o fluxo migratório causa nos países receptores um crescimento demográfico rápido e intenso, o qual leva parte dos membros da população local a proferir discursos xenofóbicos, alegações de que os migrantes roubam os empregos dos cidadãos. Esses fatores provocam nos refugiados sentimentos de distanciamento e não-pertencimento à sociedade receptora. Assim, o IMDH por meio do projeto “Mídia, publicações e aportes à qualificação do debate público”, divulga a realidade migratória e busca sensibilizar a sociedade para a causa e sua problemática através da participação em palestras, seminários e entrevistas. O público-alvo desse projeto são estudantes universitários, pesquisadores, acadêmicos, jornalistas, comunidades acolhedoras e pessoas interessadas no tema.

Respeitar o semelhante é um dever natural, qualquer forma de comportamento extremo deve ser excluído, seja ele de discriminação étnica, racial, religiosa, social. Vale ressaltar que o reconhecimento da dignidade implica reconhecimento de valores inalienáveis, tais como liberdade, justiça, paz e desenvolvimento social; ultrapassá-los ou aviltá-los significa ferir ou ameaçar um direito que não pode ser objeto de qualquer injunção.

Mesmo que o indivíduo seja obrigado a deixar seu local de origem, ele vai levar consigo as tradições que lhe foram passadas por seus pais e avós. E quando se vê em outra cultura ele absorve parte dela para se sentir inserido ou aceito. As pessoas precisam de um lugar especial para se sentir seguras, não um lugar com cercas elétricas e arames farpados, e sim em uma comunidade com todos os aspectos de segurança (Bauman, 2003, p. 103).

A população de um determinado país não se sente segura em relação aos que vêm de fora e tomam atitudes para afastá-los de qualquer forma. Nesse sentido, escreve Bauman (2006, p. 36), “em um mundo inseguro, a segurança é um valor que se não na teoria, ao menos na prática, reduz e afasta os outros, incluindo aqueles proclamados como os que nos são mais caros”.

A falta de conhecimento da legislação voltada para o migrante pode ser o fator desencadeante da intolerância por parte da nação de acolhida. O ato de se colocar no lugar do outro e enxergar as pessoas em situação de vulnerabilidade como seu próximo também é uma dificuldade apontada nessa pesquisa.

No segundo capítulo procurou-se demonstrar que a própria Igreja Católica ocupou historicamente uma posição controvertida. Embora tenha condenado formalmente a escravidão como contrária à conquista humana, muitos líderes religiosos e padres apoiaram o sistema escravocrata em seu papel como proprietários de escravos.

Movimentos como o Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação fortaleceram a opção da Igreja pelos pobres e marginalizados. Notadamente, a Igreja já se posicionava a favor da proteção dos direitos humanos e da propriedade de todas as pessoas, independentemente de sua origem ou situação. Mas esse entendimento se fortaleceu durante o papado de Francisco. Neste contexto, uma Igreja em saída, mais atenta aos pobres e necessitados, inclusive os migrantes e refugiados, poderá efetivar uma ação mais incisiva na sociedade para começar a transformar as estruturas sociais de desigualdade.

No terceiro capítulo trouxemos a história do IMDH e o trabalho desenvolvido em prol das vítimas da mobilidade humana, no intuito de entender a motivação de uma instituição religiosa na assistência às pessoas em situação de mobilidade.

Diante do exposto pode-se avaliar a hipótese de que as instituições religiosas ligadas à Igreja Católica voltaram sua atenção às pessoas em situação de migração e enfrentamento ao tráfico humano em razão das transformações ocorridas na Igreja desde o Concílio Vaticano II e, sobretudo, devido às mudanças provocadas pela Teologia da Libertação. Isso se confirma em grande parte em relação ao Instituto de Migrações de Direitos Humanos, pois este, além de reinterpretar e atualizar o carisma deixado pelo fundador Scalabrini, adotou em suas ações a metodologia própria da Teologia da Libertação. Trata-se de não somente acolher assistencialmente migrantes e refugiados, mas também de promover uma cultura de acolhida, procurar e combater as causas sociais dos processos migratórios e atuar em diversas frentes da sociedade por meio de parcerias com instituições da sociedade civil e com o Estado. Tudo isso exige uma postura aberta e não confessional, um trabalho ecumênico para a conscientização da sociedade e para a inserção de migrantes e refugiados nas suas regiões de destino.

Como foi possível constatar, o IMDH foi fundado dentro do carisma e da identidade da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo (Scalabrinianas). Os membros do Instituto se consideram atentos aos desafios novos e complexos da mobilidade humana em época de globalização e pretendem, nas suas palavras, ser sinal de Deus para os migrantes e refugiados.

Penso, no entanto, que não podemos esperar que o outro se mobilize primeiro. Colocar-se a serviço do próximo é um ato de amor e fé.

É notório a presença de profundas convicções religiosas em tal atividade humanitária, política e pedagógica, mas ela também revela uma visão unitária e solidária em relação a um público que muitas vezes não recebe o devido cuidado por parte do Estado e da sociedade civil.

Existe de tudo um pouco para justificar o distanciamento em relação aos migrantes: às vezes um medo camuflado, o preconceito, a indiferença, o “nacionalismo” egoísta. Nesse horizonte, o sentimento despertado por uma experiência religiosa, como no caso das religiosas e dos colaboradores do IMDH, desde as bases fundantes do carisma scalabriniano, revela também uma forma de espiritualidade mais ampla, inclusiva, solidária e aberta à presença do Outro, uma visão afinal de que o mundo pode ser menos indiferente, mais igualitário e justo.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, M. Entre dois mundos: a Igreja no pensar e agir de Giovanni Battista Scalabrini. Brasília: CSEM, 2011.

BAGGIO, Marileuda; SUSIN, Luiz Carlos. O clamor das migrações e o Magistério da igreja. in Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 211-228, jul./dez. 2012.

BAGGIO, Marileuda. *João Batista Scalabrini: observações e escritos sobre migrações* In: IMDH. Caderno de debates refúgio, migrações e Cidadania, n. 15, 2020, p. 131-152.

BARBOSA, Guilherme Vieira. POR UM PREÇO DE CRUZ: os abusos contra a dignidade humana e o tráfico internacional de pessoas no âmbito dos cristãos perseguidos. 2013, p.4.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. 1. ed. – Brasília: ACNUR; Ministério da Justiça, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Europa: Uma aventura inacabada* – 1. ed. Zahar- Rio de Janeiro: 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

BITTENCOURT, A.; ARDUINI, G. R. Apresentação. Dossiê: Empreendimentos sociais, elites eclesiais e congregações religiosas no Brasil República: a arte de “formar bons cidadãos e bons cristãos” In: *Pro-Posições*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 12-28, set. / dez. 2017.

BOFF, Clodovis M. A originalidade histórica de Medellín. Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/relat/203p.htm>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Editora Vozes: Petrópolis, 1986.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Editora Vozes: Petrópolis, 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.017 de 12 de março de 2004. Protocolo de Palermo. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes*: Secretaria de Direitos Humanos: Brasília, 2013.

CAZETTA, Ubiratan. *A escravidão ainda resiste: possibilidades jurídicas de combate à escravidão contemporânea*. Brasília: OIT, 2007.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL, 2016, p. 146.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO. Cinquentenário da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas: Província Imaculada Conceição (1915-1965). Caxias do Sul: 1965.

COURY, Paula; ROVERY Julia. *O Idioma como Facilitador do Processo de Integração de Refugiados e Imigrantes: a Experiência do Instituto Migrações e Direitos Humanos*: Brasília, 2017.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Coleção Debates Filosofia; Tradução: Paola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ES CRAVO NEM PENSAR! Nossas ações. [Escravonempensar.org.br](http://escravonempensar.org.br), São Paulo. Disponível em: <<http://escravonempensar.org.br/nossas-acoas/>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ou Gabinete das Nações Unidas. Disponível em: <<https://www.unodc.org>>. Acesso em 30 de março de 2022.

FRANCISCO, Papa. *Mensagem do Papa Francisco para o 108º dia Mundial do Migrante e do Refugiado*. Vatican.va: Roma, 2022. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/20220509-world-migrants-day-2022.html>. Acesso em: 25 set. 2022.

FRANCISCO, Papa. *Discurso aos participantes no encontro sobre tráfico de pessoas*. Vatican.va: Vaticano, 2014. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/april/documents/papa-francesco_20140410_tratta-persone-umane.html. Acesso em: 25 set. 2022.

FRANCISCO, Papa. *Mensagem para o dia mundial do migrante e do refugiado 2018*. Vatican.va: Vaticano, 2017/2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20170815_world-migrants-day-2018.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

FRANZIN, Aldemir; MOREIRA, Alberto da Silva: os romeiros de Muquém: Goiânia: Espaço acadêmico, 2019.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 1989.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022 (Volume 3).

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros: 2019 (Volume 1).

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro; 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAUCK, João Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1980.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. *Relatório de atividades 2020 do Instituto de Migrações e Direitos Humanos*. Migrante.obrg.br: Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relatorio-2020-final-1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. Relatório de atividades 2021 do Instituto de Migrações e Direitos Humanos. Migrante.obrg.br: Brasília, 2020 Disponível em <https://www.migrante.org.br/diversos/imdh-apresenta-seu-relatorio-de-atividades-de-2021/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. Caderno de debates refúgio, migrações e Cidadania, n. 12, 2017.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. Caderno de debates refúgio, migrações e Cidadania, n. 15, 2020.

JESUS, Damásio de. *Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003. p.19.

JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Vita Consecrata*. Roma, 1996. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031996_vita-consecrata.html. Acesso em: 8 mar. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1996.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (Orgs). *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial: PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil*. Brasília: CECRIA, 2002.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Portugália, 1945 (Volume 2).

LELA, Danilo Vieira. *Os direitos humanos em face do conflito EUA x Talibã* In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; MALATIAN, Teresa. Políticas migratórias. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANZATTO, Antônio. O Papa Francisco e a Teologia da Libertação in *Revista de Cultura Teologica*, nº86, 2015

MEDEIROS, Camila Pinheiro; COURY, Paula. *Acolhimento e proximidade: reflexão sobre os 20 anos de atuação do Instituto de Migrações e Direitos Humanos junto a pessoas*. IMDH: Brasília, 2019.

MILESI; R. ANDRADE, W. C. *A sociedade civil na atenção aos imigrantes e refugiados: o agir do IMDH* In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Orgs). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

MILESI, R.; BONASSI, M.; SHIMANO, M. L. Entidades confessionais e migrações internacionais. A ação com estrangeiros no Brasil e com brasileiros no exterior. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 61, n. 243, p. 531–567, 2001. DOI: 10.29386/reb.v61i243.2085. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/2085>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Tráfico de Pessoas*. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Trafico_de_Pessoas/trafico_div/trafico%20. Acesso em: 20 mar. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Onu no Brasil*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Organização internacional para as imigrações*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oim/>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

PAULO VI, Papa. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. Vatican.va: Roma, 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 02 mar. 2023.

PEREIRA, Luciana Diniz Durães. *O direito internacional dos refugiados: análise crítica do conceito de “refugiado ambiental”*. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. PUC Minas: Belo Horizonte, 2009.

RIBEIRO, Raiana. *Tráfico de pessoa na imprensa brasileira*. São Paulo: Repórter Brasil; UNODC; Secretaria Nacional de Justiça; Ministério da Justiça; Governo Federal: 2014. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-na-imprensa-brasileira-reporter-brasil>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RIZZARDO, R. João Batista Scalabrini. Petrópolis: Vozes, 1974.

ROSA, Rosane Costa; AMARAL, Ana Paula Martins; COSTA, Luiz Rosado (Orgs). *Migração, Carisma Scalabriniano e Pastoral dos Migrantes no Mato Grosso do Sul* / Rosane Costa Rosa, Ana Paula Martins Amaral, Luiz Rosado Costa, et al – Campo Grande, MS: Life Editora, 2020.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*. Vatican.va: Roma, 1984. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html. Acesso em: 22 mar. 2022.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. *Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas – 2. ed.* Brasília: SNJ, 2008. Disponível em https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/2008_politica_nacional_TSH.pdf acesso em: 07 abr. 2022.

SILVA, Enzo Carlos Figuerêdo da; ALMEIDA, Carolina dos Reis de. *Análise das principais modalidades de trabalho forçado e das formas de abordagem do problema pela legislação nacional e internacional*. Jus.com.br, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34979/analise-das-principais-modalidades-de-trabalho-forcado-e-das-formas-de-abordagem-do-problema-pela-legislacao-nacional-e-internacional>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SOUSA, Leonardo Gomes de. *Redes sociais, mercado e cultura migratória: um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na microrregião de Governador Valadares no século XXI*. 2016. 146 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, 2016.

TERESI, Verônica Maria; HEALY, Claire. *Guia de Referência para rede de enfrentamento de Tráfico de Pessoas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

UNITED NATIONS. *Human Rights*. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/issues-depth/human-rights/index.html>. Acesso em 23 de março de 2022.

UNODC. *Global Report on Trafficking in Persons 2020* (United Nations publication, Sales No. E.20.IV.3). Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tip/2021/GLOTIP_2020_15jan_web.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. *Nova campanha contra o tráfico de pessoa incentiva a denúncia*. Disponível em: <http://www.unodc.org/southerncone/pt/frontpage/2010/02/09-nova-campanha-contra-o-trafico-de-pessoas-incentiva-adenuncia.html>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNODC. *Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2019. Disponível em: [2019_UNODC_TIP_Manual_PT_-_wide_use.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tip/2019/2019_UNODC_TIP_Manual_PT_-_wide_use.pdf). Acesso em 07 abr. 2022.

VATICAN NEWS. *Papa recorda Santa Bakhita: dedicar-se aos pobres com ternura*. Vaticannews.va, Vaticano, 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-discurso-santa-bakhita-fundacao-galilei.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

WASHINGTON DC, USA. *Human Rights and Trafficking in Persons: A Handbook*. Campanha para Migração de Trabalhadoras Domésticas: Instituto de Estudos Políticos, 2000.

ZAMBERLAM, Jurandir. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ANEXOS

ANEXO I – ENTREVISTA 1

Questionário

1. Nome completo e uma breve apresentação.

Resposta: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

O **Instituto Migrações e Direitos Humanos** (IMDH) é uma instituição social, filantrópica. Foi fundado em 1999 e está vinculado à Fundação Scalabriniana sediada em Roma. Dedicar-se integralmente à atenção, assistência e integração de migrantes e refugiados. Tem sede na Quadra 7, conj. C, Lote 1, Vila Varjão – Brasília – DF. Em 2018 abriu um escritório em Roraima, dedicado à atenção e assistência a mulheres e crianças migrantes e refugiadas, especialmente procedentes da Venezuela.

Atua no atendimento a migrantes e refugiados em diversas áreas: sócio assistencial, na inserção comunitária e econômica, na documentação e orientação jurídica, na inclusão escolar das crianças e adolescentes, e outros aspectos, dentro de suas possibilidades. O IMDH dedica-se também à promoção da defesa dos direitos humanos, implementação de políticas públicas e articulação das redes de entidades socioassistenciais.

É entidade parceira do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) com as quais firma acordos de parceria para as ações que realiza.

O IMDH é observador convidado junto ao CONARE e atua de forma colaborativa com o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União, entre outros. Assim como também colabora com órgãos de governo e prestadores de serviços públicos, encaminhando demandas dos migrantes para os órgãos responsáveis e capacitando agentes públicos para a temática migratória.

O trabalho prestado à sociedade é reconhecido por diversas organizações o que propiciou receber algumas premiações: reconhecimento e Homenagem do Alto Comissariado das N.U para os Refugiados (2004); prêmio Direitos Humanos (2005), concedido pelo governo brasileiro; prêmio Solidário (2006), concedido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); medalha Stella Della Solidarietà Italiana (2007), concedido pelo Presidente da Itália, Giorgio Napolitano; medalha do Exército Brasileiro (2022), concedido à Ir. Rosita pelo Exército Brasileiro; Insígnia Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, concedida pelo Ministério da Relações Exteriores do Brasil (2022) entre outras honrarias.

2. Como se iniciou o trabalho das Irmãs Scalabrinianas no Brasil, relacionado a assistência as pessoas em situação de mobilidade?

Resposta:

A Congregação foi uma iniciativa do pai dos migrantes, São João Batista Scalabrini, que viu e se dedicou profundamente à atenção ao povo italiano que emigrava, numa época em que nem os governos, nem mesmo a Igreja, estavam atentos ou preocupados

com a atenção e o acompanhamento pastoral e social desse povo. Diante da triste realidade que o Bispo de Piacenza via e do sofrimento dos emigrados, teve grande sensibilidade e em 25/10/1895 fundou nossa Congregação Scalabriniana com a missão específica que hoje as Irmãs buscam realizar e viver.

A Congregação, com seu carisma de atenção aos migrantes, nasceu na época da grande emigração italiana em direção às Américas, em fins do século XIX, como resposta socio-pastoral concretizada através de Instituições de caráter religioso.

A missão da Congregação é o serviço evangélico e missionário aos migrantes e refugiados, especialmente aos mais pobres e necessitados. Embora nascida na Itália, a Congregação desenvolveu sua atuação no Brasil, onde atuou durante os 40 anos iniciais e só em 1936 estendeu sua atuação na Itália e depois para outros países europeus. E mais,, tarde, em 1941, ampliou sua presença na América do Norte. Além do Brasil nas últimas décadas abriu missões em vários países da América Latina, assim como em vários países africanos e asiáticos.

As Scalabrinianas, ao longo da história congregacional se dedicaram e continuam a servir através da educação, da ação social-pastoral, no serviço da pastoral da saúde, da catequese, em especial em favor dos migrantes e refugiados mais vulneráveis.

3. Quais são os valores fundamentais da Irmandade Scalabriniana que motivam o apoio às pessoas em situação de mobilidade?

Resposta:

Fiéis ao carisma e atentas aos desafios da mobilidade, as Scalabrinianas acolhem a proposta da Igreja, colocando-se a serviço dos que estão envolvidos no drama do fenômeno das migrações, sendo sinal da ternura de Deus e testemunho particular do mistério da Igreja, "... motivadas pelas Palavras do Evangelho: "Eu era migrante e vocês me acolheram" (Mt 25,35).

As Scalabrinianas, vivem o carisma recebido do fundador, acolhem o amor de Deus como um dom e assumem, com alegria, a responsabilidade de transmiti-lo a todos os que sofrem as mazelas da migração e do refúgio. Desta maneira, garantem a continuidade da intuição profética do fundador, o bem-aventurado João Batista Scalabrini.

Temos como valores essenciais, mas não únicos, em nossa missão:

- **Acolhida:** significa amor e cuidado, por meio da aceitação e diálogo com outras culturas e visões de mundo, tendo como fundamento o amor de Deus Pai por nós. Por meio do acolhimento das pessoas podemos participar do projeto do amor do Pai para com cada um de nós.
- **Itinerância:** está relacionado à capacidade de cada um de nós de sairmos de si mesmos. Também se explica desde o mistério pascal de Deus Filho: Jesus emigrou do Pai, assumiu como pessoa a nossa realidade e condição humana e histórica. Para nós, é um convite para sair e ir ao encontro do outro, do migrante e de toda pessoa que encontrarmos pelo caminho.
- **Comunhão na Diversidade:** significa criar espaço a novas perceptivas de diálogo intercultural, sabendo-se que "cada cultura, comporta uma reflexão sobre o

mistério do mundo e, em particular, sobre o mistério do homem e da mulher. É | um modo de dar expressão à dimensão transcendental da vida” (CONGREGAZIONE PER L’EDUCAZIONE CATTOLICA, 2013, p. 30). Neste valor encontramos o papel de Deus – Espírito Santo em tornar real essa comunhão.

- **Esperança:** como peregrinos neste mundo, somos chamados a confiar em Deus e ter fé num futuro melhor.
- **Solidariedade:** significa ter sentimentos e atitudes de amor e de compaixão pelos mais necessitados, empobrecidos e injustiçados, que nos impelem a agir e ajudar de forma material ou moral a todos aqueles que estão em nosso entorno social.

4. Porque Brasília foi escolhida para sediar o Instituto de Migrações e Direitos Humanos e o que a Congregação Scalabriniana esperava ou pretendia com a criação de um Instituto de Migração e Direitos Humanos?

Resposta:

A superiora geral da Congregação enviou a Brasília, em 1988, a Ir. Rosita Milesi, para viabilizar a fundação do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Nesta tarefa que foi plenamente executada, iniciou-se um serviço específico de atenção aos migrantes, principalmente na área de documentação e proteção.

Sendo que este serviço tomou uma dimensão muito grande, com centenas de pessoas sendo atendidas de todos os pontos do País, sentiu-se a necessidade de organizar e fundar uma instituição específica para esta finalidade de atenção direta aos migrantes e refugiados. Diante desta necessidade, Ir. Rosita Milesi, juntamente com Pe. Virgílio Leite Uchoa e Maria Luisa Shimano, apoiados pela comunidade do Varjão, periferia de Brasília, fundaram o IMDH. Isto se concretizou em 1999.

Na verdade, não houve uma decisão prévia de instalar o IMDH em Brasília. Foi a necessidade, a grande demanda de migrantes e refugiados que buscavam apoio de alguma instituição em Brasília, que levou os membros fundadores a criar o IMDH, mediante autorização da Superiora Provincial da época.

A expectativa sempre foi a de ajudar migrantes e refugiados a terem sua condição de residência legal no Brasil, de poderem trabalhar, de terem acesso aos serviços e benefícios públicos como cidadãos vivendo com dignidade.

5. Por que razão um setor da Igreja Católica assumiu um trabalho com migrantes e pessoas traficadas?

Resposta:

A Igreja Católica sempre esteve atenta às necessidades do povo e sobretudo, disposta a atuar em prol de condições de dignidade de todo o ser humano, principalmente, os mais pobres e desprovidos de recursos que lhes possibilitem viver humana e espiritualmente bem.

Onde há necessidade de defender os direitos humanos, assistir os necessitados,

6. Qual é a missão do Instituto de Migrações e Direitos Humanos na proteção em dos direitos das pessoas em situação de mobilidade humana?

Resposta:

Vinculado à Congregação das Irmãs Scalabrinianas, o IMDH tem por missão promover o reconhecimento pleno da cidadania de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, atuando na defesa de seus direitos, na assistência social, jurídica e humanitária, bem como incentivando e promovendo sua integração social e econômico-laboral para que possam viver com dignidade.

7. Quais são os desafios enfrentados pelo IMDH na assistência as pessoas em situação de mobilidade e como são superados?

Resposta:

O maior desafio está em atender a demanda de apoio socioassistencial. O Instituto é referência para muitas comunidades de migrantes e refugiados, o que leva a crescente busca por apoio de pessoas em situação de alta vulnerabilidade.

A procura sempre é maior do que as capacidades da instituição. Assim, para melhorar as condições de atendimento, o IMDH promove campanhas, busca instituições parceiras para somar forças no atendimento à população migrante e refugiada, faz convênios com entidades financiadoras, envolve voluntários, entre outras iniciativas.

Outra forma que o IMDH adota para apoiar as pessoas é encaminhá-las a setores ou órgãos específicos tais como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS e CREAS), ao Centro POP, à Defensoria Pública da União, e outros.

Mas, é importante destacar que há outros desafios muito grandes. Um deles é a inserção laboral. As pessoas necessitam trabalhar. E para minimizar este desafio, o IMDH mantém relações com empresas, ajuda os migrantes a elaborarem seus currículos, encaminha para curso de português ou outros cursos de capacitação.

Um terceiro grande desafio é atender a quem pede abrigo ou local para estar pelo menos temporariamente. O Instituto não conta com abrigo, e neste caso, estamos sempre frente a uma situação altamente difícil e precária. Para superar este desafio, quando há recursos, o IMDH busca apoiar com auxílio financeiro, através de Bolsa de Subsistência financiada pelo ACNUR.

8. O IMDH encontrou ou encontra dificuldades em fazer parcerias com outras organizações para o apoio e assistência as pessoas em situação de mobilidade?

Resposta:

O IMDH tem mais de 20 anos trabalhando em conjunto com agências da ONU, e portanto, tem grande prestígio entre atores da área, o que leva a ser recrutada para desenvolver projetos para essas organizações. Desta forma, o Instituto não encontra dificuldades em conseguir novos acordos de parceria. A dificuldade às vezes reside no fato de que nem todos os convênios ou entidades parceiras custeiam mão de obra, isto é, recursos humanos. Por isso, muitas vezes há que trabalhar com pequeno contingente de pessoas, desproporcional às necessidades e demandas.

9. Como o IMDH colabora com as outras organizações e comunidades para melhor atender as pessoas em situação de mobilidade?

Resposta:

O IMDH articula desde 2004 com mais de 70 instituições da sociedade civil de todas as regiões do Brasil, por meio da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR), a qual reúne entidades que trabalham em prol de migrantes e refugiados. A rede é um canal de comunicação e de compartilhamento de ações, bem como, serve de apoio ao trabalho dos parceiros.

Sua capacidade de estabelecer canais de diálogo transcende as relações com organizações da sociedade civil e fomenta o diálogo com órgãos internacionais e governamentais, possibilitando assim, influenciar e garantir a defesa dos direitos humanos dos imigrantes e refugiados em diferentes níveis de governo.

Ao longo do ano o IMDH presta assistência de diferentes formas as instituições membros da Rede e, realiza anualmente o Encontro RedeMiR, o qual possibilita o encontro desses membros para discutirem atividades, desafios e estratégias para desenvolver seus trabalhos, também participam de discussões e capacitações para ampliarem ou aprimorem os seus trabalhos.

10. A quem deveria ser atribuída a responsabilidade de desenvolver ações para mitigar a crise migratória e exploração à pessoa traficada?

Resposta:

11. Até ano de 2020, o IMDH também desenvolvia projetos para assistência e enfrentamento ao tráfico humano e atualmente o público-alvo são os migrantes e refugiados. O que levou a essa mudança?

Resposta:

12. Como a fé e a religiosidade influenciam as pessoas que trabalham no IMDH e no desenvolvimento dos projetos voltados ao público assistido?

Resposta:

13. O trabalho desenvolvido pela Irmãs Scalabrinianas e pelo IMDH teve ou tem alguma influência da Teologia da Libertação?

Resposta:

14. Você gostaria de fazer alguma consideração sobre o tema ou que não foi contemplado nas minhas perguntas?

Resposta:

ANEXO II – ENTREVISTA 2

Transcrição da entrevista realizada com o pesquisador Roberto Marinucci realizada em 27/03/2023, no CSEM, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, é uma instituição internacional de estudos sobre migrações, com sede no SRTV/N Ed. Brasília Radio Center Conj. P – Quadra 702 – Sobrelojas 01/02 - Asa Norte, Brasília - DF, 70719-900.

Após as apresentações de praxe o Sr. Roberto Marinucci- MR, iniciou sua fala apresentando o CSEM.

Roberto Marinucci: “Este é o CSEM, nós dependemos diretamente da sede geral da congregação que fica em Roma. Este é um centro que está em Brasília, mas, poderia estar Nova York, em Paris, Roma ou em qualquer lugar do mundo, porque nós trabalhamos pelo Governo Geral que está em Roma.

Então nós aqui nos ocupamos das migrações internacionais. Porque a Congregação este presente em 27 países, as irmãs estão distribuídas sobretudo na América Latina e na Europa, mas tem também na África, na Ásia, então elas querem que a gente trabalhe as migrações internacionais.

Por isso, mesmo estando no D.F, a gente não lidamos muito com nosso território. Por que esse centro se ocupa de migrações internacionais, em nível mundial. Mas é evidente que sempre chega coisas sobre o Brasil, D/F, tráfico de pessoas que está incluído na migração internacional.

Marcilene Reis: Como é realizado o trabalho do CSEM?

RM: “Nós aqui, fazemos pesquisa, e ...publicamos a revista, eu sou o diretor, talvez você conheça”.

MR: Sim.

RM: “A revista verdinha, e fazemos atividade de formação, quando nos chamam e claramente o governo geral em Roma, às vezes nos pede, quer algum trabalho sobre esse assunto, ou outra questão então nós produzimos material para eles. ”

MR: “Entendi, então, a revista é ligada diretamente ao trabalho da Congregação Scalabriniana?”

RM: Sim, agora é... nosso foco é as migrações, agente... você falava a pouco de religião, a gente trabalha pouco a religião, alguma coisa, não muita coisa, por que o foco é a migração”.

MR: “Compreendo, mas a Congregação foi fundada sob o carisma de Dom Scalabrin, na Itália e pelo carisma que se mantem o trabalho da Congregação em prol do migrante?”

“Isso mesmo, então, Scalabrin enfim, acaba de ser canonizado, no ano passado, era bispo em Piacenza, uma cidade da Itália, ele era na época, no final do século XIX,

quando teve a grande migração italiana, para o Brasil, Argentina, Estados Unidos, Austrália, e também outros países, e... aí ele se sensibilizou muito com os camponeses pobres que saía de lá. E começou toda uma articulação para que a igreja dê suporte a esses migrantes quando chegassem ao Brasil, Argentina principalmente. E inclusive ele denunciou muito o tráfico de pessoas, ele falava muito daqueles que exploravam esses pobres.

Enfim, inicialmente a Congregação nasceu só pelos imigrantes italianos e depois com o passar dos anos eles perceberam o carisma dizia a respeito de todo tipo de migrante. E então tiveram em um determinado momento histórico uma mudança radical. E hoje se tornou uma congregação, acho que a única congregação da Igreja Católica que tem carisma específico. E como nesse momento a questão migratória a nível mundial, se tornou realmente uma prioridade em debates políticos, é evidente que o carisma dessa congregação se tornou muito importante, e muito valorizado. ”

MR: A que se deve essa mudança que houve na congregação? Teria relação com os movimentos que trouxeram mudanças na Igreja Católica?

RM: Foi uma mudança interna, que aconteceu na segunda metade do séc. XX, por que eu sei o momento que eles se deram conta que o carisma não era apenas com os italianos, era com todo tipo de migrante. E essa foi a mudança, a migração continuou, só que antes estava limitada a um tipo de pessoas, uma nacionalidade, como se fosse uma congregação pros italianos e de repente era para todos os migrantes.

Enfim, a congregação acredito, também acompanha as mudanças que acontece na Igreja Católica, e em muitos aspectos também teve mudanças, mas não sei muito... um pouquinho da história da congregação eu conheço. Mas, com certeza a preocupação pelos migrantes, pela ação social se fortaleceu muito depois do Concílio Vaticano II, reconhecem a importância do trabalho social, muito mais que antes, como parte da missão evangelizadora da igreja que não é só converter pessoas, é mesmo lutar pela justiça social, pelos direitos humanos. Então isso a congregação pegou muito disso e colocou no carisma em relação da questão migratória.

MR: Qual a maior dificuldade encontrada no trabalho com migração internacional?

RM: “A finalidade do nosso centro é juntamente transmitir uma visão, vamos dizer mais correta do fenômeno de migração e mobilidade humana. Mais correta por que? Porque hoje existe muitas informações falsas, muitas fakenews sobre a questão migratória. Existe quase que uma luta de narrativas diferentes. O nosso trabalho aqui no centro fundamentalmente propor uma narrativa sobre as migrações, que não apresente a migração como um ato criminoso, como um problema, ao contrário, como um recurso, uma possibilidade tanto pros migrantes quanto para os países receptores.

MR: Em que se baseia essa narrativa?

RM: “Nosso trabalho é apresentar uma narrativa coerente com a realidade, no sentido, nós queremos que as pessoas saibam realmente, o que acontece no mundo das migrações, quantos são os migrantes, quais características tem, para evitar exatamente essa demonização que acontece no mundo da migração que não

corresponde à realidade. Nossa finalidade, com as pesquisas a publicação da revista, e justamente de propor/ oferecer uma narrativa que seja mais coerente com a realidade. A gente acha isso um grande problema, porque nos lugares onde a migração é perseguida, criminalizada é porque se impõe uma narrativa que não bate com a realidade. Uma narrativa construída justamente num processo de demonização da pessoa migrante. ”

MR: O senhor pode exemplificar?

RM: “Como se o migrante fosse terrorista, na época do terrorismo, depois num segundo momento quando começou a crise econômica, 2007/2008, aí o migrante era aquele que roubava o trabalho, aquele que obrigava o estado a socorrer-lo, era um gasto econômico, que é outra mentira. Na verdade, os migrantes trazem mais riquezas do que gastos, isso foi provado por números e estudos. Aí veio a pandemia, de repente o migrante virou vetor de doença. Cada momento histórico parece que teve uma narrativa de criminalização do migrante. Nós acreditamos que uma narrativa diferente possa convencer a população a escolher seus representantes políticos, numa outra ótica que não seja daqueles que são contra a migração, como acontece nos Estados Unidos, na Europa. ”

MR: Qual é a responsabilidade do estado na questão migratória?

RM: “Todo ser humano que está no Brasil é portador de direito. O estado não pode violar o direito de uma pessoa simplesmente por que ela não nasceu ou tem passaporte brasileiro ou não tem um visto regularizado, enquanto ser humano ele é portador de direito. O Estado tem responsabilidade com cada pessoa que esteja no país. Mas muitas vezes o estado não faz isso. ”

MR: Qual o papel da sociedade civil frente o migrante?

RM: “Como o estado nem sempre cumpri com sua responsabilidade, infelizmente, falo, porque ela ocupa um espaço que muitas vezes deveria ser do estado. Por sociedade civil a gente entende Organizações não governamentais, pastorais da Igreja Católica e outras igrejas, movimentos populares espontâneos que são pessoas que se reúnem sem estatuto, que formam movimentos de promoção e indivíduos, às vezes famílias, que acabam ocupando um lugar que deveria ser do estado. Isso por um lado é bom, pois acabam defendendo o direito do migrante, só que por outro lado tem que ser feito uma cobrança do estado. O estado tem que assumir, por que quando o migrante vem para trabalhar, pagar impostos, o estado lucra. Agora se você lucra com todo trabalho do migrante que está aqui, logo tem responsabilidades para com eles, não pode ser omissa. A gente defende isso, portanto, que o papel da sociedade civil para nós é muito importante, inclusive, porque às vezes a sociedade civil consegue trabalhar melhor que o estado, é muita gente, muitos voluntários, muita gente engajada, na minha opinião apresenta um trabalho de mais qualidade do que o estado, mas a responsabilidade é do estado. O estado às vezes financia alguns grupos da sociedade civil. Esse é um assunto que gera muitos debates e não quero entrar nesse assunto. Mas enfim, achamos muito importante o papel dos movimentos populares, da sociedade civil, inclusive em termos de conscientização, de formação, não só no trabalho direto com os migrantes em substituição do estado, mas também

um trabalho, repito, de criação de novas narrativas, que na minha opinião as igrejas fazem muito pouco, muito pouco mesmo.

Elas poderiam trabalhar muito mais, são poucas as paróquias que tem espaços de formação sobre a mobilidade humana, sobre as questões das migrações, inclusive em termos da acolhida, esse já é outro assunto, mas...

As vezes o migrante é estrangeiro também dentro das paróquias. Isso é algo que tem que ser avaliado, inclusive quando o estrangeiro é católico, só que as vezes vem de outro país, tem de outro jeito de fazer, tem outra espiritualidade, outras devoções, ai quando chega na paróquia o pessoal diz pode ficar mas não atrapalha nossa vida. Então, raramente tem um lugar, um espaço mesmo de protagonismo dentro das paróquias, e muito mais quando estrangeiro de outra religião.

A gente agora com migração africana, migração asiática, começa a aparecer um estrangeiro que é de outra religião, porque aqui no Brasil, estamos acostumados com as migrações latino americanas, bolivianos, paraguaios, peruanos que eram católicos, de qualquer forma cristãos. Agora começam a chegar os muçulmanos, o pessoal da religião africanas, asiáticos, hinduísmo, budismo.

MR: Como se lida com esses novos grupos, para que eles se sintam acolhidos, uma vez que muitas vezes denota -se o sentimento de não pertencimento?

RM: “Esse é um novo desafio para as pastorais da mobilidade humana ligadas à Igreja Católica. Temos uma forte migração brasileira nos EUA, quando os migrantes católicos vão as igrejas estadunidenses, eles não se encontram. A igreja estadunidense, como posso dizer..., é muito conservadora, muito ritualísticas brasileiros dizem que é muito fria. Os brasileiros são acostumados com a música e dança, e quando chegam lá é um choque mesmo”.

MR: Qual a solução?

RM: “A solução é fazer celebrações com padres brasileiros, em português, num estilo mais brasileiro. Às vezes aqui no Brasil já temos as comunidades Eclesiais de Bases - CEBs e temos a renovação carismática. São os dois grupos que gostam muito de música e dança enfim. Então só pra te dizer que isso é tudo um debate no âmbito da religião, que é como o migrante que chega em outro país mesmo sendo a mesma religião, tem uma problemática cultural, de espiritualidade. Como eles são acolhidos? A paróquia abre um espaço real para ele viver a própria espiritualidade ou a paróquia diz não, você tem que se encaixar e não interessa como você vivia sua religião na sua terra. E é esse o desafio, porque o papa Francisco fala na igreja ninguém é estrangeiro, esse é o desejo do papa, tem lugares que você entra na igreja e acha mesmo que é estrangeiro, porque não tem muito espaço pra sua maneira de viver a sua fé. Isso é um desafio no mundo inteiro, não só no Brasil.

Fizemos uma pesquisa a alguns anos atrás na Itália, foram entrevistados alguns estrangeiros migrantes que estavam na Itália. Eles disseram que o lugar onde eles se achavam melhor nas paróquias era nos corais. Isso é muito interessante, no coral é todo mundo igual, todo mundo canta, não tem o estrangeiro, a música une. No espaço do coral parece que está todo mundo no mesmo nível, não tem superior e inferior.

Porque eles dizem que quando vão na celebração eles não se acham, tem muita dificuldade de sentir aquele espaço como uma casa, um lar, um lugar onde eles são bem acolhido”.

MR: Como é feita a divulgação e distribuição das pesquisas realizadas no CSEM?

RM: Todo material é distribuído gratuitamente, nosso material está indexado em Scielo Brasil, e cada vez que sai a revista, ela está no site da Scielo, no nosso site e tem também um indexador no México, que coloca nossos artigos. A revista funciona como uma revista acadêmica, são publicados três números por ano, tem data limite para entrega de artigos de cada número. Os artigos são recebidos pelo site, a pessoa tem que se cadastrar, os artigos são enviados para os avaliadores. Temos quase de 200 pessoas, em 13 países que gratuitamente, como voluntários, avaliam os artigos. Depois de avaliado eles nos enviam o artigo, nós lemos e a partir da avaliação decidimos se o artigo pode ser publicado. Acolhemos artigos em quatro idiomas, italiano, espanhol, português e inglês. É uma revista internacional, com o centro, então temos artigo de vários países, geralmente temos artigos de sete países do mundo. E esse é o nosso trabalho.

ANEXO III – ENTREVISTA 3

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

Meu nome é Marcilene Reis de Almeida sou, mestranda no Programa de Pós-Graduação *STRICTOSENSU* da PUC Goiás, no curso Ciências da Religião, orientada pelo professor Alberto da Silva Moreira(PUC

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), da Pesquisa para Tese de mestrado sob o título **O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos migrantes e refugiados**.

O objetivo desta pesquisa é compreender a motivação que levam instituições não governamentais, ONGs e instituições religiosas a se envolver com temas que, à primeira vista, seriam apenas uma questão de competência das políticas públicas e da ação do Estado. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável através do número 61-99154-5179, ligações a cobrar (se necessárias) ou através do e-mail: marcilener15@gmail.com Em caso de dúvida **sobre a ética aplicada a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, N° 1069, St. Universitário, Goiânia/GO. Funcionamento: das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas de segunda a sexta-feira. E-mail: cep@pucgoias.edu.br. O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinada ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Você deve clicar na opção CONCORDO que você será direcionado para o questionário. Caso contrário, clique em NÃO CONCORDO que encerraremos. Obrigada!

Você concorda em participar desta pesquisa ? *

- Concordo
- Não concordo

QUESTIONÁRIO

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

Informe seu email *

ENTREVISTADO 1.

Qual sua formação religiosa

- Católica Evangélico
- Religião de matrizes africanas
- Budista
- Espírita
-
- Outro: _____

Qual instituição você é colaborador?

AVSI BRASIL

Qual seu vínculo com a instituição?

- Funcionário
- Voluntário
- Outro: _____

O que te motiva e/ou motivou a trabalhar com pessoas em situação de mobilidade humana?

O desejo de assistir os mais necessitados

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

Quais as dificuldades enfrentadas nas atividades voltadas as pessoas em situação de mobilidade?

Muitas, mas sobretudo a reinserção cultural e o ter que começar de novo. Os estudos, o trabalho, o ambiente, a língua e etc.

Como a religião/ religiosidade contribui nas atividades desenvolvidas com os assistidos na instituição?

A dimensão espiritual pertence a todas as pessoas e promover ações que despertem essa dimensão gera contribuição, pois fortalece, gera resiliência e atribui sentido às coisas vividas.

De quem seria a responsabilidade de assistência e acolhimento as pessoas vítimas de mobilidade?

- Instituições governamentais nacionais
- Instituições governamentais internacionais
- Instituições não governamentais
- Instituições religiosas

Outro: _____

Você gostaria de deixar algum comentário/ experiência que ache pertinente ao tema?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados



ENTREVISTADO 2

Qual sua formação religiosa

- Católica Evangélico
- Religião de matrizes africanas
- Budista
- Espírita
- Outro: judia



Qual instituição você é colaborador?

IMDH

Qual seu vínculo com a instituição?

- Funcionário
- Voluntário
- Outro: _____

O que te motiva e/ou motivou a trabalhar com pessoas em situação de mobilidade humana?

Eu amo a área humanitária e causas sociais. Sempre me envolvi com ONGs e causas, então não tinha como não buscar trabalhar na área quando ingressei no mercado de trabalho. Gosto de auxiliar a população vulnerável e dar o apoio de que necessitem.

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

Quais as dificuldades enfrentadas nas atividades voltadas as pessoas em situação de mobilidade?

São muitas as dificuldades. A questão da língua, da diferença cultural, a vulnerabilidade em si, a xenofobia no país.

Como a religião/ religiosidade contribui nas atividades desenvolvidas com os assistidos na instituição?

A religiosidade fornece esperança àqueles que já haviam perdido a esperança no meio da travessia. Isso possibilita que eles ainda acreditem de que é possível recomeçar e que tudo dará certo no final.

De quem seria a responsabilidade de assistência e acolhimento as pessoas vítimas de mobilidade?

- Instituições governamentais nacionais Instituições
- governamentais internacionais Instituições não
- governamentais Instituições religiosas
- Outro: Todo mundo. A sociedade, as instituições privadas e governamentais.



Você gostaria de deixar algum comentário/ experiência que ache pertinente ao tema?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

Informe seu email *

ENTREVISTADO 3.

Qual sua formação religiosa

- Católica Evangélico
- Religião de matrizes africanas
- Budista
- Espírita
-
- Outro: _____

Qual instituição você é colaborador?

Casa Bom Samaritano

Qual seu vínculo com a instituição?

- Funcionário
- Voluntário
- Outro: _____

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

O que te motivou e/ou motivou a trabalhar com pessoas em situação de mobilidade humana?

Possibilidade de auxílio a pessoas em situação de vulnerabilidade, contato com o próximo. Além também de situações envolvendo refúgio e migrações serem um tema do meu curso de graduação (Relações Internacionais). Acho importante aprender sobre essas situações estando envolvido com as pessoas, prestando ajuda a elas, ouvindo suas histórias etc.

Quais as dificuldades enfrentadas nas atividades voltadas as pessoas em situação de mobilidade?

Acredito que a principal dificuldade da minha parte seria a questão que envolve a sensibilidade do tópico. É necessário que os voluntários e demais pessoas que atuam na área ter uma inteligência emocional para lidar com as situações de vulnerabilidade e também com o nível de seriedade das histórias que são contadas pelas vítimas. Ou seja, é importante criar uma "barreira emocional" para não se afetar demais com as situações que são vistas de forma que ainda acha uma sensibilidade e um auxílio mas que o voluntário/funcionário não se paralise e se prejudique pois "se envolveu demais" nos casos testemunhados

Como a religião/ religiosidade contribui nas atividades desenvolvidas com os assistidos na instituição?

A religião contribui principalmente devido aos seus ensinamentos, ela prega a importância do indivíduo ser uma pessoa melhor e sempre pregar o amor ao próximo independente de classe, nacionalidade, orientação sexual etc. Além disso, a espiritualidade também faz com que uma pessoa passando por uma situação difícil tenha aonde buscar forças para seguir em frente e superar as dificuldades. Dessa forma, a religião tem o poder de desenvolver a fé e a força nos assistidos das instituições.

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

De quem seria a responsabilidade de assistência e acolhimento as pessoas vítimas de mobilidade?

- Instituições governamentais nacionais
- Instituições governamentais internacionais
- Instituições não governamentais
- Instituições religiosas

Outro: _____

Você gostaria de deixar algum comentário/ experiência que ache pertinente ao tema?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

Informe seu email *

[REDACTED]

ENTREVISTADO 4.

Qual sua formação religiosa

- Católica Evangélico
- Religião de matrizes africanas
- Budista
- Espírita
-
- Outro: _____

Qual instituição você é colaborador?

Avsi

Qual seu vínculo com a instituição?

- Funcionário
- Voluntário
- Outro: _____

O que te motiva e/ou motivou a trabalhar com pessoas em situação de mobilidade humana?

Responsabilidade com o Ser humano

12/03/2023, 19:10

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e apoio aos refugiados

Quais as dificuldades enfrentadas nas atividades voltadas as pessoas em situação de mobilidade?

Tempo.

Como a religião/ religiosidade contribui nas atividades desenvolvidas com os assistidos na instituição?

Creio que a religião traz um certo consolo e permite sonhar um novo começo.

De quem seria a responsabilidade de assistência e acolhimento as pessoas vítimas de mobilidade?

- Instituições governamentais nacionais
- Instituições governamentais internacionais
- Instituições não governamentais Instituições
- religiosas
- Outro: Toda sociedade

Você gostaria de deixar algum comentário/ experiência que ache pertinente ao tema?

Nao

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

17/04/2023, 23:48

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e migração forçada.

Você concorda em participar desta pesquisa ? *

- Concordo
- Não concordo

QUESTIONÁRIO

Informe seu email *

[REDACTED]

ENTREVISTADO 5.

17/04/2023, 23:48

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e migração forçada.

Qual sua formação religiosa

- Católica Evangélico
- Religião de matrizes africanas
- Budista
- Espírita
-
- Outro:

Estado civil

- Casado Solteiro
- Divorciado
- Viúvo
- Outro: União estável
-

17/04/2023, 23:48

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e migração forçada.

Qual instituição você é colaborador?

AVSI Brasil - Casa Bom Samaritano

Qual seu vínculo com a instituição?

Funcionário

Voluntário

Outro:

O que te motiva e/ou motivou a trabalhar com pessoas em situação de mobilidade humana?

Sempre quis trabalhar na ótica dos direitos humanos e atuação humanitária.

Quais as dificuldades enfrentadas nas atividades voltadas as pessoas em situação de mobilidade?

Para mim, as dificuldades são de ordem objetiva e prática como: falta de recurso para transporte (escolar, entrevista de trabalho, saúde, mobilidade urbana); falta de contato/experiência com recursos digitais (e-mail, aplicativos) em um momento onde tudo é realizado por meios digitais; falta de preparo e acessibilidade das instituições na lida com imigrantes, por exemplo no aceite de documentação.

17/04/2023, 23:48

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e migração forçada.

Como a religião/ religiosidade contribui nas atividades desenvolvidas com os assistidos na instituição?

Acredito que a religiosidade contribui no sentido de oportunizar mais uma área/escopo de ação que pode e deve ser levada em consideração quando se considera a integralidade do ser humano. É importante não apenas trabalhar uma integração laboral, por exemplo, mas outros aspectos da vida do imigrante que podem, inclusive, estar pouco ativas devido ao processo migratório e de vulnerabilidades diversas, sendo essencial a retomada ou continuidade de movimentação de diferentes ordens: religiosidade, mobilidade, educação, trabalho, moradia, alimentação, lazer, artes, desenvolvimento cognitivo, dentre outras que visem a integralidade do ser humano e sua potencialidade.

De quem seria a responsabilidade de assistência e acolhimento as pessoas vítimas de mobilidade?

Instituições governamentais nacionais

Instituições governamentais internacionais

Instituições não governamentais

Instituições religiosas

Outro:

17/04/2023, 23:48

O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e migração forçada.

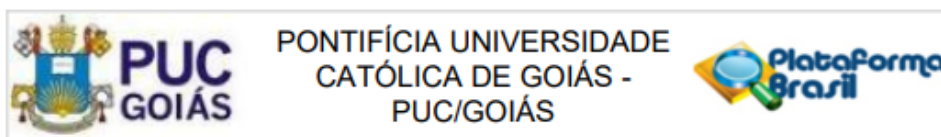
Você gostaria de deixar algum comentário/ experiência que ache pertinente ao tema?

Acredito que, sobretudo, essa responsabilidade deve ser do Estado. As instituições religiosas entrariam em segundo plano, como participantes da comunidade e atuantes nas diversas necessidades que essa comunidade venha a apresentar. E, por último, as instituições não governamentais que, na maioria das vezes, se apresentam a auxiliar e dar conta de uma demanda que o Estado não alcança: algumas vezes por falta de interesse/importância a demandas sociais e algumas vezes pela falta de escopo e viabilidade estrutural e econômica para lidar com tantas demandas que carecem de amparo sob uma ótima capitalista que já vem estruturada e em funcionamento há séculos.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO IV – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O LUGAR DA FÉ NO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E NO APOIO AOS MIGRANTES

Pesquisador: MARCILENE REIS DE ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 63973522.0.0000.0037

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.756.015

Apresentação do Projeto:

A questão migratória envolve milhões de pessoas no mundo inteiro. Dados publicados no site da ACNUR, apontam que cerca de 89,3 milhões de pessoas estão em situação migratória, elas foram forçadas a deixar suas casas em todo mundo. Dentre elas quase 27,1 milhões são refugiados (UNHCR, 2021). Por outro lado, o tráfico de pessoas é um crime repugnante com dimensões transnacionais, que infelizmente está muito presente na história da humanidade. É um crime e pode ser considerado como uma nova forma da escravidão, o objeto de troca acaba por ser a própria pessoa, que é vista e tratada como mercadoria, e o principal objetivo da atividade é o lucro dos traficantes.

Ao pesquisar a atuação de uma instituição religiosa no enfrentamento da questão migratória e do tráfico humano, optei pela realização de uma pesquisa qualitativa. Entende-se que este tipo de investigação permite aprofundar na complexidade do fenômeno a ser investigado. A abordagem qualitativa permite que o participante esteja no foco da análise, além de ser o melhor método de obter os dados e informações que se busca. A pesquisa empírica envolverá entrevistas com pessoas-chave da instituição, por aplicação de questionários. A entrevista dirigida realizada com a diretora e coordenadora do IMDH e com colaboradores que atuam no IMDH, e poderá apontar para a realização de práticas de acolhimento, qual a motivação para a realização de projetos voltados às vítimas de tráfico e quais as dificuldades enfrentadas para manter os projetos ativo.

Endereço: Avenida Universitária, 1069, Área IV, Bloco D, sl 2 Prédio da Reitoria, 1º andar, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 74.605-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3946-1512 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 5.756.015

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender os motivos que levam uma organização religiosa a se envolver com temas que, à primeira vista, nada tem de religiosos e que seriam apenas uma questão de competência das políticas públicas e da ação do Estado

Objetivos Secundários:

- Entender por que razão um setor da Igreja Católica assumiu um trabalho com migrantes e pessoas traficadas?
- Identificar as situações concretas migração e tráfico de pessoas e apresentar um panorama das políticas, programas e projetos implantados pelas autoridades para seu combate,
- Compreender as principais características do fenômeno migratório e do tráfico de pessoas e relatar como a violência e o abuso contra a dignidade humana são presentes, mesmo em uma época na qual se fala tanto em proteção aos direitos humanos;
- Perquirir as contribuições do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) no apoio ao migrante, refugiado e ao enfrentamento ao tráfico de pessoas em Brasília.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A presente pesquisa é de risco. Pode vir a acarretar transtornos emocionais ou desconfortos em decorrência da participação. Para evitar e/ou reduzir os riscos da participação, será concedido o tempo adequado para que o(a) convidado(a) a participar da pesquisa possa refletir na tomada de decisão livre e esclarecida, atendo -se as respostas e informações pertinentes ao tema da pesquisa.

Esta pesquisa terá com benefícios conscientização à sociedade para o tema abordado e contribuição acadêmica e para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa empírica qualitativa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão apresentados corretamente.

Endereço: Avenida Universitária, 1069, Área IV, Bloco D, sl 2 Prédio da Reitoria, 1º andar, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 74.605-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3946-1512 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 5.756.015

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foi encontrado nenhum óbice ético na presente versão do projeto, portanto considera-se o mesmo APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

INFORMAÇÕES AO PESQUISADOR REFERENTE À APROVAÇÃO DO REFERIDO PROTOCOLO:

1. A aprovação deste, conferida pelo CEP PUC Goiás, não isenta o Pesquisador de prestar satisfação sobre sua pesquisa em casos de alterações metodológicas, principalmente no que se refere à população de estudo ou centros participantes/coparticipantes.
2. O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP PUC Goiás, via Plataforma Brasil, relatórios semestrais do andamento do protocolo aprovado, quando do encerramento, as conclusões e publicações. O não cumprimento deste poderá acarretar em suspensão do estudo.
3. O CEP PUC Goiás poderá realizar escolha aleatória de protocolo de pesquisa aprovado para verificação do cumprimento das resoluções pertinentes.
4. Cabe ao pesquisador cumprir com o preconizado pelas Resoluções pertinentes à proposta de pesquisa aprovada, garantindo seguimento fiel ao protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2012936.pdf	25/10/2022 00:58:05		Aceito
Outros	RESPOSTAS_A_PENDENCIA.docx	25/10/2022 00:56:27	MARCILENE REIS DE ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	25/10/2022 00:52:54	MARCILENE REIS DE ALMEIDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	03/10/2022 10:29:05	MARCILENE REIS DE ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	03/10/2022	MARCILENE REIS	Aceito

Endereço: Avenida Universitária, 1069, Área IV, Bloco D, sl 2 Prédio da Reitoria, 1º andar, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 74.605-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3946-1512 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br

ANEXO V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título **O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas e no apoio aos refugiados**.

Meu nome é Marclene Reis de Almeida sou, mestrande no Programa de Pós-Graduação **STRATO SENSU** da PUC Goiás, no curso Ciências da Religião, orientada pelo professor Alberto da Silva Moreira. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em todas as folhas e em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável através do número 61-99154-5179, ligações a cobrar (se necessárias) ou através do e-mail: marclener15@gmail.com. Residente na QNL 15 BLOCO B APARTAMENTO 103, TAGUATINGA, BRASÍLIA – ADF, Cep:72.151-612. Em caso de dúvida **sobre a ética aplicada a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, Nº 1069, St. Universitário, Goiânia/GO. Funcionamento: das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas de segunda a sexta-feira. E-mail: cep@pucgoias.edu.br. O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinada ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Pesquisadores: Marclene Reis de Almeida e Alberto da Silva Moreira

O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é por entender qual a motivação religiosa impulsiona o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

- Tem por objetivo Perquirir as contribuições do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) no enfrentamento ao tráfico de pessoas e no apoio aos refugiados .
- Entender o engajamento de instituição religiosa ajuda nas ações de enfrentamento ao tráfico, no apoio aos refugiados e na reinserção das vítimas na sociedade.

O procedimento de coleta de dados será revisão da literatura sobre o tema e conceitos, realização de entrevista dirigida, coleta e análise de dados secundários e tabulação dos dados.

Riscos: A presente pesquisa é de risco, será utilizados uso dos dados coletados, além da identidade da entrevistada. Assim, pode vir a acarretar transtornos emocionais ou desconfortos em decorrência sua participação. Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência

imediate e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza para dirimir possíveis intercorrências em consequência de sua participação na pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação, será concedido o tempo adequado para que o convidado a participar da pesquisa possa refletir na tomada de decisão livre e esclarecida, atendo-se a resposta com informações confidenciais pertinentes ao tema da pesquisa.

Benefícios: Esta pesquisa terá como benefícios conscientização à sociedade para o tema abordado e contribuição acadêmica e para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado;

Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá qualquer penalização ou prejuízo.

Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados na pesquisa a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados serão guardados por, no mínimo, 5 anos e, após esse período serão incinerados. Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a pleitear indenização. O entrevistado terá total acesso aos resultados da pesquisa.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo este será ressarcido pelo pesquisador responsável. Adicionalmente, em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

O pesquisador responsável por este estudo e sua equipe de pesquisa declara que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos oriundos, imediatos ou tardios devido a sua participação neste estudo; que toda informação será absolutamente confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE

Eu, abaixoassinado, discuti com a Marilene Reis de Almeida e/ou sua equipe sobre a minha decisão em participar como voluntário (a) do estudo O lugar da fé no combate ao tráfico de pessoas: Um estudo de caso no Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia integral e gratuita por danos diretos, imediatos ou tardios, quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Goiânia, de de 2022.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)